



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ -UNIOESTE CAMPUS
DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON – PR CENTRO DE CIÊNCIAS
HUMANAS EDUCAÇÃO E LETRAS PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
HISTÓRIA ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: HISTÓRIA PODER E PRÁTICAS
SOCIAIS**

RICARDO KRUPINISKI

**REVISTA *ÉPOCA*: DISCURSO DE CLASSE E ATUAÇÃO POLÍTICA - 1998 A
2006**

**MARECHAL CÂNDIDO RONDON
2022**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ -UNIOESTE CAMPUS
DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON – PR CENTRO DE CIÊNCIAS
HUMANAS EDUCAÇÃO E LETRAS PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
HISTÓRIA ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: HISTÓRIA PODER E PRÁTICAS
SOCIAIS**

RICARDO KRUPINISKI

**REVISTA *ÉPOCA*: DISCURSO DE CLASSE E ATUAÇÃO POLÍTICA - 1998 A
2006**

Defesa apresentada ao Programa de Pós-Graduação *strictu sensu* em História, área de concentração em História, Poder e Práticas Sociais, nível de doutorado do *campus* Marechal Cândido Rondon da UNIOESTE à Linha de Pesquisa Estado e Poder, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em História.

MARECHAL CÂNDIDO RONDON

2022

Ficha de identificação da obra elaborada através do Formulário de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da Unioeste.

Krupiniski, Ricardo
Revista Época: discurso de classe e atuação política - 1998
a 2006 / Ricardo Krupiniski; orientador Gilberto Grassi
Calil. -- Marechal Cândido Rondon, 2022.
146 p.

Tese (Doutorado Campus de Marechal Cândido Rondon) --
Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Centro de Ciências
Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, 2022.

1. Grupo Globo. 2. Revista Época. 3. Discurso de classe.
4. Atuação política. I. Calil, Gilberto Grassi, orient. II.
Título.

Programa de Pós-Graduação em História

ATA DA DEFESA PÚBLICA DA TESE DE DOUTORADO DE RICARDO KRUPINISKI, ALUNO(A) DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE, E DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO DO PROGRAMA E O REGIMENTO GERAL DA UNIOESTE.

Ao(s) 25 dias do mês de março de 2022 às 14h00min, na modalidade remota síncrona, por meio de chamada de videoconferência, realizou-se a sessão pública da Defesa de Tese do(a) candidato(a) **Ricardo Krupiniski**, aluno(a) do Programa de Pós-Graduação em História - nível de Doutorado, na área de concentração em História, Poder e Práticas Sociais. A comissão examinadora da Defesa Pública foi aprovada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em História. Integraram a referida Comissão os(as) Professores(as) Doutores(as): Carla Luciana Souza da Silva, Gilberto Grassi Calil, Alexandre Sebastião Ferrari Soares, Danilo Martuscelli, Isabel Grassioli. Os trabalhos foram presididos pelo(a) Gilberto Grassi Calil. Tendo satisfeito todos os requisitos exigidos pela legislação em vigor, o(a) aluno(a) foi admitido(a) à Defesa de TESE DE DOUTORADO, intitulada: "**Revista Época: discurso de classe e atuação política – 1998 a 2006.**". O(a) Senhor(a) Presidente declarou abertos os trabalhos, e em seguida, convidou o(a) candidato(a) a discorrer, em linhas gerais, sobre o conteúdo da Tese. Feita a explanação, o(a) candidato(a) foi arguido(a) sucessivamente, pelos(as) professores(as) doutores(as): Carla Luciana Souza da Silva, Alexandre Sebastião Ferrari Soares, Danilo Martuscelli, Isabel Grassioli. Findas as arguições, o(a) Senhor(a) Presidente suspendeu os trabalhos da sessão pública, a fim de que, em sessão secreta, a Comissão expressasse o seu julgamento sobre a Tese. Efetuado o julgamento, o(a) candidato(a) foi **aprovado(a)**. A seguir, o(a) Senhor(a) Presidente reabriu os trabalhos da sessão pública e deu conhecimento do resultado. De acordo com o que está previsto nos § 8 e § 9 do Artigo 81 do Regulamento do Programa de Pós-graduação em História da Unioeste, a banca de Defesa de Tese foi realizada contando com a participação de membros via utilização de tecnologia de Webconferência. Diante desta circunstância, o(a) Coordenador(a) do Programa de Pós-Graduação em História assina esta Ata e atesta a conformidade da Comissão Examinadora em relação ao resultado da Defesa de Tese e ao conteúdo dos pareceres descritivos anexados.

Orientador(a) - Gilberto Grassi Calil

Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Marechal Cândido Rondon (UNIOESTE)

Alexandre Sebastião Ferrari Soares

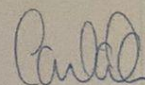
Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Marechal Cândido Rondon (UNIOESTE)

Programa de Pós-Graduação em História

ATA DA DEFESA PÚBLICA DA TESE DE DOUTORADO DE RICARDO KRUPINISKI, ALUNO(A) DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE, E DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO DO PROGRAMA E O REGIMENTO GERAL DA UNIOESTE.

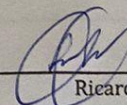
Danilo Martuscelli
(UFU)

Isabel Grassioli

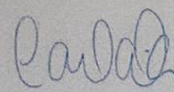


Carla Luciana Souza da Silva

Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Marechal Cândido Rondon (UNIOESTE)



Ricardo Krupinski
Aluno(a)



Coordenador(a) do Programa de Pós-Graduação em História

Profa. Dra. Carla Luciana Souza da Silva
Coordenadora Especial do Programa de
Pós-Graduação em História
Mestrado e Doutorado
Portaria nº 4107/2020-GRE



unioeste
Universidade Estadual do Oeste do Paraná

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

DECLARAÇÃO E PARECER DE PARTICIPAÇÃO EM BANCA EXAMINADORA DEFESA DE DOUTORADO REALIZADA À DISTÂNCIA, DE FORMA SÍNCRONA, POR VIDEOCONFERÊNCIA

Eu, Prof. Dr. Gilberto Grassi Calil, declaro, como **ORIENTADOR**, que presidi os trabalhos à **distância, de forma síncrona e por videoconferência** da banca de Defesa de Doutorado do(a) candidato(a) Ricardo Krupiniski deste Programa de Pós- Graduação.

Considerando o trabalho entregue, a apresentação e a arguição dos membros da banca examinadora, **formalizo como orientador**, para fins de registro, por meio desta declaração, a decisão da banca examinadora de que o(a) candidato(a) foi considerado(a): **APROVADO(A)** na bancade defesa realizada na data de 25 de março de 2021.

Descreva abaixo observações e/ou restrições (se julgar necessárias):

Atenciosamente,

Nome e assinatura
Programa de Pós-Graduação em História
UNIOESTE - Universidade Estadual do Oeste do Paraná



unioeste

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

DECLARAÇÃO E PARECER DE PARTICIPAÇÃO EM BANCA EXAMINADORA DE DEFESA DE DOUTORADO REALIZADA À DISTÂNCIA, DE FORMA SÍNCRONA, POR VIDEOCONFERÊNCIA

Eu, Prof. Dr. Alexandre Sebastião Ferrari, declaro que *participei à distância, de forma síncrona e por videoconferência* da banca de defesa de doutorado em História do candidato Krupiniski deste Programa de Pós-Graduação em História.

Considerando o trabalho entregue, apresentado e a arguição realizada, **formalizo como membro externo**, para fins de registro, por meio desta declaração, minha decisão de que o candidato pode ser considerado **APROVADO**, na banca realizada na data de 25 de março de 2022.

Declaração e Parecer de Participação em Banca Examinadora de Defesa de Doutorado Realizada à Distância, de Forma Síncrona, por Videoconferência

Considerando o trabalho entregue, apresentado e a arguição realizada, formalizo como membro externo, para fins de registro, por meio desta declaração, minha decisão de que o candidato pode ser considerado APROVADO, na banca realizada na data de 25 de março de 2022.

Descreva abaixo observações e/ou restrições (se julgar necessárias):

Considerando o trabalho entregue, apresentado e a arguição realizada, formalizo como membro externo, para fins de registro, por meio desta declaração, minha decisão de que o candidato pode ser considerado APROVADO, na banca realizada na data de 25 de março de 2022.

Descreva abaixo observações e/ou restrições (se julgar necessárias):

Prof. Dr. Alexandre Sebastião Ferrari

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**DECLARAÇÃO E PARECER DE PARTICIPAÇÃO EM BANCA EXAMINADORA DA DEFESA
DE DOUTORADO REALIZADA À DISTÂNCIA, DE FORMA SÍNCRONA, POR
VIDEOCONFERÊNCIA**

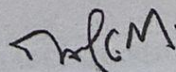
Eu, Prof. Dr. **Danilo Enrico Martuscelli**, declaro que **participei à distância, de forma síncrona e por videoconferência** da banca de defesa de doutorado em História do(a) candidato(a) Ricardo Krupinski, deste Programa de Pós-Graduação em História.

Considerando o trabalho entregue, apresentado e a arguição realizada, **formalizo como membro externo**, para fins de registro, por meio desta declaração, minha decisão de que o candidato(a) pode ser considerado(a) **APROVADO(A)**, na banca realizada na data de 25 de março de 2022.

Descreva abaixo observações e/ou restrições (se julgar necessárias):

Considero que o candidato cumpriu os requisitos exigidos para a aprovação de sua tese de doutorado, sendo recomendável apenas fazer os ajustes indicados em minha arguição em comum acordo com o orientador.

Atenciosamente,



Danilo Enrico Martuscelli
Universidade Federal de Uberlândia



Unioeste
Universidade Estadual do Oeste do Paraná

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

DECLARAÇÃO E PARECER DE PARTICIPAÇÃO EM BANCA EXAMINADORA
DA DEFESA DE DOUTORADO REALIZADA À DISTÂNCIA, DE FORMA
SÍNCRONA, POR VIDEOCONFERÊNCIA

Eu, Prof.(a) Dr.(a) Isabel Grassioli, declaro que participei à distância, de forma síncrona e por videoconferência da banca de defesa de doutorado em História do(a) candidato(a) Ricardo Krupiniski, deste Programa de Pós-Graduação em História.

Considerando o trabalho entregue, apresentado e a arguição realizada, formalizo como membro externo, para fins de registro, por meio desta declaração, minha decisão de que o candidato(a) pode ser considerado(a) APROVADO(A), na banca realizada na data de 25 de março de 2022.

Descreva abaixo observações e/ou restrições (se julgar necessárias):

A banca considera que o trabalho atinge os resultados esperado de uma Tese de doutorado e indica que sejam atendidas as indicações e recomendações feitas.

Atenciosamente,

ISABEL GRASSIOLI

Instituição:

GERAR



unioeste

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

DECLARAÇÃO E PARECER DE PARTICIPAÇÃO EM BANCA EXAMINADORA DA DEFESA DE DOUTORADO REALIZADA À DISTÂNCIA, DE FORMA SÍNCRONA, POR VIDEOCONFERÊNCIA

Eu, Prof.(a) Dr.(a) Carla Luciana Souza da Silva, declaro que participei à distância, de forma síncrona e por videoconferência da banca de defesa de doutorado em História do(a) candidato(a) Ricardo Krupinski, deste Programa de Pós-Graduação em História.

Considerando o trabalho entregue, apresentado e a arguição realizada, formalizo como **membro externo**, para fins de registro, por meio desta declaração, minha decisão de que o candidato(a) pode ser considerado(a) APROVADO(A), na banca realizada na data de 25/3/2022.

Descreva abaixo observações e/ou restrições (se julgar necessárias):

A tese atende as exigências acadêmicas e traz uma contribuição original ao tema.

Atenciosamente,

Carla Luciana Silva - UNIOESTE



unioeste
Universidade Estadual do Oeste do Paraná

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**DECLARAÇÃO DE APRESENTAÇÃO DE DEFESA DE DOUTORADO PARA
BANCA EXAMINADORA REALIZADA À DISTÂNCIA, DE FORMA
SÍNCRONA, POR VIDEOCONFERÊNCIA**

Eu, discente Ricardo Krupinski
declaro que realizei a minha DEFESA DE DOUTORADO à distância, de forma síncrona e
por videoconferência do trabalho intitulado:
Revista Época: discurso de classe e atuação política - 1998 a
2006
para banca examinadora realizada na data de 25 de março de 2022

Atenciosamente,

nome e assinatura

Programa de Pós-Graduação em História Universidade
Estadual do Oeste do Paraná

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu pai Clemente e minha mãe Neide (Im Memoriam). Aos meus irmãos e amigos, por sempre estarem ao meu lado.

Ao meu orientador Gilberto Calil, que nos momentos mais delicados teve a sensibilidade de sempre me orientar e motivar.

Aos professores do Doutorado em História da Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

A todos envolvidos direta, ou indiretamente, meu muito obrigado!

Dedico a minha mãe, Neide Krupinski (1953-2022)

Resumo: O objetivo desta pesquisa é analisar o posicionamento da revista *Época* durante o período de 1998 à 2003, que abrange o segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso e o primeiro mandato de Luíz Inácio Lula da Silva. Busca-se realizar um levante histórico sobre o nascimento das Organizações Globo, até chegar ao surgimento de *Época*. Para melhor compreender sobre o discurso de classe da revista, se faz necessário uma análise das sessões Brasil e Economia & Negócios, bem como de assuntos relacionados a importação (multinacionais, capital financeiro) e exportação (capital imperialismo e multinacionais brasileiras) de capitais. Toda a reflexão tem como principal suporte teórico as ideias de Antônio Gramsci.

Palavras-chave: Grupo Globo, revista *Época*, discurso de classe, atuação política.

Abstract: The aim of this research is to analyze the position of the Brazilian magazine *Época* during the period from 1998 to 2003, which covers the second mandate of former president Fernando Henrique Cardoso and the first mandate of the also former president Luíz Inácio Lula da Silva. We have attempted to make a historical survey of the birth of *Organizações Globo* prior to the appearance of *Época* magazine. In order to better understand the magazine's class discourse, it is essential to analyze the sections *Brasil* and *Economia & Negócios*, as well as the issues related to the import (multinationals, financial capital) and export (imperial capital and Brazilian multinationals) of capital. The reflections on this study have as their main theoretical support the ideas of Antonio Gramsci.

Keywords: Globo Group, *Época* magazine, class discourse, political performance.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
CAPÍTULO 1 – Grupo Globo, Rede Globo de Televisão e Revista <i>Época</i>	22
CAPÍTULO 2 – Revista <i>Época</i> : a busca pela estabilidade econômica nos governos de FHV e Lula	51
CAPÍTULO 3 – Revista <i>Época</i> : importação de capitais e expansão imperialista	87
CAPÍTULO 4 – Revista <i>Época</i> : exportação de capitais.....	112
CONCLUSÃO	141
REFERÊNCIAS	143
INTRODUÇÃO	

Essa pesquisa busca realizar uma investigação a revista *Época*, que teve sua primeira edição lançada em 25 de maio de 1998. Sua publicação é feita pela Editora Globo, que pertence ao Grupo Globo, um dos maiores conglomerados de mídia do mundo. O que torna a família Marinho, uma das mais poderosas e influentes famílias no Brasil.

O objetivo da pesquisa -é compreender qual o posicionamento político da revista *Época*. Que tipo de consenso e qual hegemonia *Época* cria, propaga e defende?

Para tentar resolver este e muitos outros problemas que possivelmente surgirão, é na teoria marxista que este projeto se debruça, em especial nas ideias de Antônio Gramsci.

A revista *Época* é uma revista de grande circulação no Brasil, ficando atrás apenas da revista *Veja*. Por ser uma revista do Grupo Globo, acredita-se que tal periódico apresenta um grande poder na construção de um consenso, bem como na preservação de uma hegemonia para a sociedade brasileira, desta forma, é necessário realizar uma investigação rigorosa que busque compreender a atuação política da revista e sua visão de classe.

O curso de História da UNIOESTE em seus vários níveis: graduação, mestrado e doutorado, tem uma forte tradição em estudos sobre os meios de comunicação brasileiros (rádio, televisão, impressa, seja ela escrita ou digital, revistas e jornais, em nível local ou nacional). Em particular, a Linha de Pesquisa Estado e Poder realiza um amplo trabalho de análise histórica crítica sobre tais meios de comunicação. A revista *Veja*, por exemplo, é muito bem pesquisada, resultando em grandes trabalhos, cuja orientação teórica é o marxismo. Na tentativa de contribuir com as pesquisas sobre a mídia brasileira, – esse trabalho-propõe investigar a revista *Época*, seguindo os preceitos teóricos colocados em prática pela linha de pesquisa.

Muitos dizem que quando chegamos à conclusão de uma pesquisa, saímos com mais dúvidas do que respostas. E foi mais ou menos isso que ocorreu no meu caso com o término do mestrado. Durante os momentos de análise da revista *Época*, uma inquietante “preocupação” foi surgindo. Na medida em que fazia as leituras da Carta do Editor e da sessão Economia e Negócios, a ânsia para compreender a relação orgânica da revista com as elites brasileiras empresários, banqueiros, latifundiários (agronegócio), ia aumentando.

Jean Chesneaux nos faz pensar a “história como relação ativa com o passado”, pois para ele não é o passado que comanda o presente, mas o presente que comanda o passado, sendo assim

“Ao colocar a relação coletiva com o passado como base do conhecimento histórico, inverte-se radicalmente a relação passado-presente. Não é mais o passado que comanda, que dá lições, que julga do alto de seu tribunal. É o presente que questiona e faz as intimidações. Mas o presente só tem necessidade do passado em relação ao futuro. Não se trata apenas de melhor “viver o presente”, como comentava Lucien Febvre, mas de mudá-lo (ou defendê-lo). A memória coletiva e o apelo à história desempenham o papel de última instância em relação ao futuro. A relação dialética entre passado e futuro, elemento, ao mesmo tempo, de continuidade e ruptura, de coesão de luta, é a própria trama histórica”¹.

¹ CHESNEAUX, Jean. **Devemos fazer tabula rasa do passado?** Sobre a história e os historiadores. São Paulo: Ática, 1995, p. 24.

O passado não é um mero artifício que utilizamos quando o “presente vai mal”, mas um elemento que nos ajuda a compreender a sociedade na qual vivemos. Nesse sentido é frequente encontrarmos na -comunidade diferentes grupos que utilizam o passado para se legitimar. Ora as classes dominantes se utilizam do passado para a

manutenção de sua hegemonia, ora as classes subalternas se remetem ao passado visando à superação da hegemonia existente, na busca da construção de uma nova *civilitá*.

“Nas sociedades de classe, a história faz parte dos instrumentos por meios dos quais a classe dirigente mantém seu poder. O aparelho de Estado procura controlar o passado, simultaneamente, no nível da política prática e no nível da ideologia. O Estado e o poder organizam o tempo passado e moldam sua imagem em função de seus interesses políticos e ideológicos”².

Chesneaux chama a atenção para a dominação das classes dirigentes e o poder de Estado, no entanto o autor salienta que o apelo ao passado é menos evidente uma vez que é “pelo viés da ideologia difusa que a história é chamada para defender a ordem estabelecida e os interesses das classes dirigentes: manuais escolares, filmes e tevê, imaginário”³. Essa interpretação permite realizar certos questionamentos sobre o papel da mídia na sociedade.

O passado pode ter várias funções, de acordo com o sujeito ou grupo que dele faz uso, podendo até ser utilizado para legitimar discursos políticos, criar ou fortalecer uma determinada cultura. Nesse sentido, a imprensa, em particular a grande imprensa escrita (jornalismo de revista), em seu sentido liberal, tem por função, dentre várias, a manutenção de uma dada visão de mundo.

A partir dos apontamentos apresentados por Chesneaux é possível pensar o papel da imprensa na construção de uma verdade histórica, de um projeto de sociedade. Através da criação e da transmissão de notícias, a imprensa busca criar uma relação com seu receptor, assim ela cria seus significados em torno de um determinado acontecimento, dando explicações, construindo dessa maneira, a sua verdade, e posteriormente vendendo-a como uma verdade histórica. A notícia vendida pela grande imprensa é colocada como

² Idem, p. 30. ³
Idem, p. 30.

imparcial, como se os fatos falassem por si só, deixando de lado qualquer tipo de explicação, e principalmente, camuflando seu caráter político.

Feita essas breves ponderações, esse projeto visa desconstruir a História impressa em *Época*. Os tentáculos segmentários do Grupo Globo assumem grandes proporções que vão muito além da programação televisiva (“Muito além do Jardim Botânico” como bem nos mostra Carlos Eduardo Lins da Silva³). Para que essa desconstrução seja possível, é

de grande importância buscar compreender os interesses econômicos, políticos, sociais, culturais e as estratégias de luta de classes presente em *Época*. Partindo de uma análise crítica, alguns assuntos são de extrema relevância para a investigação aqui proposta. Temas como capital-imperialismo brasileiro, classes e frações de classe, elites empresariais, sejam elas do agronegócio, indústria, capital financeiro, encontram espaço em meios de comunicação como a revista *Época*. Em contrapartida, assuntos como à luta dos trabalhadores, direitos trabalhistas e movimentos sociais são negligenciados.

Os aparelhos privados de hegemonia, como a imprensa, são de fundamental importância para a compreensão do Estado⁴. Como observa Liguori, amparado pelo pensamento de Antônio Gramsci: “o fato de que tais organismos voltados para a formação do consenso estejam articulados dialeticamente ao Estado permite dizer, sem ambiguidade, que Gramsci está propondo uma leitura forte da morfologia do poder na sociedade”⁵.

A mídia exerce um grande poder sobre a coletividade nacional, transformando-se numa força dominante de socialização e alienação, por isso seria um equívoco separar força e consenso, direção e domínio, uma vez que tais fatores devem ser analisados de maneira conjunta, para melhor compreensão das formas de poder na sociedade contemporânea.

³ SILVA, Carlos Eduardo Lins da. *Muito além do Jardim Botânico*. São Paulo: Sammus Editorial, 1985.

⁴ Quando se fala que a imprensa é de “fundamental importância para a compreensão do Estado”, temos que ter em mente a noção de um Estado ampliado, sua relação com a sociedade civil. A imprensa hegemônica, como é o caso de revistas como *Época*, adotam uma postura didática pedagógica, pois tem como finalidade, dizer para ao público qual é o dever do Estado, produzindo discurso, desenvolvendo um consenso, (re) produzindo hegemonia.

⁵ LIGUORI, Guido. **Roteiros para Gramsci**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007, p. 21-22.

Negar as contribuições que alguns meios de comunicação, como a imprensa escrita têm para a manutenção das relações capitalista seria um erro. Observa-se que com a criação e transmissão de notícias, a imprensa busca criar uma relação com seu receptor, criando significados em torno de um determinado acontecimento, dando explicações, construindo verdades e posteriormente vendendo-as como sendo a própria História.

“A construção deste pseudo “conhecimento histórico”, nos moldes realizados pela mídia, configura-se num importante instrumento de perpetuação do Pensamento Único. A apreensão crítica da realidade é dificultada em função: da naturalização do acontecido (a partir da qual o evento assume um caráter de inevitabilidade que muitas vezes, o legitima); da sua dissociação com os demais eventos, da análise reduzida à escala local e conjuntural – sem referências aos processos mais amplos, e às estruturas -; do enfoque dado aos antagonismos étnicos, raciais, de

gêneros em detrimento de outras contradições mais significativas – como, por exemplo, a de classe”⁶.

A revista *Época*, não será estudada em sua visão liberal, mas sim, através de uma análise gramsciana, que possibilitará um entendimento de *Época* enquanto Aparelho Privado de Hegemonia (APH), que busca (re) produzir consenso, bem como hegemonia, sendo determinante para a realidade política brasileira.

Ao profetizar os ditames das teorias liberais sobre o jornalismo, a revista *Época* esconde seu caráter de classe bem como sua atuação política. Ancorada em preceitos como a do “Quarto poder” e de “responsabilidade social”, *Época* fala em nome da sociedade brasileira. Em nome da nação, esconde que tal meio impresso tem dono e o dono tem nome, bem como interesses a serem criados, preservados e garantidos.

A hipótese assumida nessa pesquisa é de que *Época* se coloca em favor tanto do capital internacional quanto nacional. Por tanto, se faz necessário averiguar como tal posicionamento (em prol de um discurso de classe burguesa) é apresentado pela revista.

Para que esse objetivo seja alcançado, foi necessário realizar um corte temporal. Ao investigar o caráter de classe e a atuação política de *Época* entre o período de 1998 a 2006, foi possível entender os motivos que levaram ao Grupo Globo ter sua própria revista semanal.

⁶ RODRIGUES, Gabriela. História: uma ciência do presente. In: FERNANDES, É. P. et. all (org.) **CONTRAPONTO** – Ensaio de História Imediata. Porto Alegre: Folha da História/Livraria Palmarinca Editora, 1999, p. 17.

Como o intento envolve a posição política da revista, foram analisadas reportagens das sessões Brasil e Economia & Negócios. Sendo o recorte temporal da pesquisa de 1998 a 2006. Durante esse tempo temos a passagem de dois presidentes: Fernando Henrique Cardoso (FHC) e Luís Inácio Lula da Silva (Lula). Analisar o trato que a revista deu a esses governos e suas políticas também é necessário.

O contato com as fontes se deu a partir de idas à Biblioteca Pública Municipal Sandálio dos Santos, na cidade de Cascavel, Paraná. A biblioteca conta com um vasto arsenal de periódicos regionais e nacionais, dentre eles a revista *Época*.

CAPÍTULO 1 – GRUPO GLOBO, REDE GLOBO DE TELEVISÃO E REVISTA *ÉPOCA*

Este capítulo tem por objetivo apresentar três discussões que não devem ser pensadas de -maneira individual. A primeira delas é expor a mudança que as Organizações Globo passaram. Essa mudança diz respeito ao nome da marca, que hoje é chamada de Grupo Globo.

A segunda discussão, de extrema importância, gira em torno de averiguar sobre a História do Grupo Globo. Aqui se pode encontrar duas versões: a primeira é a história oficial, contada na ótica da empresa, a segunda, logicamente, mostra uma história oculta, repleta de crimes, relações políticas e jogos de interesses.

Por fim, após ter percorrido esse caminho chega-se ao ponto de interesse, que é discorrer sobre a história da revista *Época*. Aqui será feita uma apresentação introdutória, pois as revistas serão mais bem analisadas nos capítulos futuros. Para além de apresentar *Época*, um debate sobre o padrão liberal de imprensa e a visão gramsciana se faz necessário nesse momento da pesquisa.

1 AGORA GRUPO GLOBO

A intenção de começar com essa discussão se deve pelo fato de as empresas da família Marinho serem conhecidas por Organizações Globo, por muitos anos assim eram chamadas. O recorte em que se situa essa pesquisa foi durante o momento que se usava o nome Organizações Globo.

Atualmente, as empresas da família Marinho levam o nome de Grupo Globo. Essa mudança ocorreu em agosto de 2014. Apesar de ter ocorrido anos depois do recorte temporal aqui estudado, nesta pesquisa será utilizada o nome Grupo Globo.

Segundo o Grupo, a mudança é decorrente de um processo que teve como objetivo “estimular a troca de experiência entre empresas em áreas como tecnologia, produção e conhecimento do consumidor”, sem acarretar alterações “na estrutura corporativa ou societária de nenhuma das empresas do Grupo”.⁷

Na época, o presidente do Grupo, Roberto Irineu Marinho, afirmou que a mudança foi “resultado de uma visão de futuro”, sendo que o novo nome “Grupo”, buscou reforçar

a noção de um “conjunto de pessoas com os mesmos sentimentos e representações”. Nas palavras do próprio presidente,

“É isso que o novo nome representa: que temos identidade, valores e objetivos comuns. Queremos cada vez mais ser o ambiente onde todos se encontram. E encontram informação, diversão e cultura, instrumentos essenciais para uma sociedade que almeja a felicidade de todos e de cada um”.⁸

1.2 A HISTÓRIA OFICIAL: AS ORIGENS

É com Irineu Marinho que se sentam as bases daquele que seria um dia, o maior conglomerado de mídia da América Latina e um dos maiores do mundo. Tudo começou com a publicação do primeiro jornal em 1911, intitulado *A Noite*. Alguns anos depois, em 1925, foi lançado *O Globo*, que no futuro daria nome ao Grupo.

⁷ O GLOBO. Organizações Globo adotam nova marca: Grupo Globo. Disponível em: < <https://oglobo.globo.com/economia/organizacoes-globo-adotam-nova-marca-grupo-globo-13739502> >
Acessado: 05/05/2018

⁸ Idem.

Desde o lançamento, O Globo se caracteriza por ser um jornal essencialmente noticioso e voltado para a prestação de serviços. A primeira sede do novo vespertino é no prédio do Liceu de Artes e Ofícios, no Largo da Carioca, centro do Rio de Janeiro. Começa a funcionar apenas com uma máquina rotativa, que havia pertencido ao exército britânico, e com um time de jornalistas talentosos que deixam a redação de A Noite e acompanham Irineu Marinho no novo desafio. O jornal tem seu nome escolhido em um concurso popular. Irineu Marinho morre 25 dias após o primeiro número de O Globo chegar às bancas. O experiente jornalista Eurycles de Mattos assume a posição de diretor-redator chefe e Roberto Marinho, filho de Irineu, ocupa o cargo de secretário. Cinco anos depois, em 1931, Roberto Marinho torna-se presidente de O Globo e transforma-o em um dos jornais mais conceituados do país.⁹

Sobre seu posicionamento político, Sérgio Mattos destaca que:

“O Globo apoiou o governo instituído pela Revolução de 30. ‘No período que se seguiu à vitória da Revolução de outubro de 1930, o jornal manteve uma linha de acomodação com o governo. No final da década de 1930 o jornal empenhou-se na campanha eleitoral com simpatia pelos candidatos da Aliança Liberal – Getúlio Vargas e João Pessoa’. Durante a Segunda Guerra Mundial, O Globo era favorável ao rompimento da

aliança com a Alemanha e tomou posição a favor do fim da ditadura de Getúlio Vargas”.¹⁰

O jornal O Globo era o principal produto dos Marinhos, porém, o aumento do poder financeiro se deu com a venda de histórias em quadrinhos norte-americanos e edições de gibis¹² durante os anos 1930 e 1940. Esse período é visto como a primeira fase do Grupo Globo¹¹, e também tem como ponto fundamental a inauguração da Rádio Globo.

⁹ HISTÓRIA/GRUPO GLOBO. Lançamento de O Globo. Disponível em: <<http://memoriaglobo.globo.com/mobile/historia-grupo-globo/criacao-da-fundacao-roberto-marinho.htm>> Acessado: 05/05/2018

¹⁰ MATTOS, Sérgio. A trajetória de sucesso de Roberto Marinho. Disponível em: <https://www.usp.br/pioneiros/n/arqs/sMattos_rMarinho.doc> Acessado: 13/11/2017 ¹² Idem.

¹¹ A história do Grupo Globo pode ser dividida em três períodos: a) os anos de 1930 e 1940, com o surgimento do jornal O Globo e Rádio Globo; b) o segundo período se inicia em 1965, que é marcado pela entrada da primeira emissora de TV do Grupo; c) e o último período é pelos meados de 1990, quando o

Para se consolidar no ramo, Roberto Marinho enfrentou a forte concorrência de Assis Chateaubriand. Essa disputa se acirrou principalmente nos anos 1960, quando Marinho dava indícios de que iria para o ramo televisivo, também dominado por “Chatô”. Após a criação de O Globo o próximo passo levou os Marinheiros a inauguração da Rádio Globo e foi somente na década de 1960, que nasceu a Rede Globo de Televisão, principal empresa do Grupo.

Em relação à televisão, podemos encontrar alguns estudos que romantizam esse momento da história da TV brasileira.

“Os dois primeiros presidentes do regime militar, Castelo Branco e Costa e Silva, criaram as condições básicas para o ‘milagre econômico’, que ocorreu durante o governo Médici. Entre as inúmeras ações governamentais, a Lei de Capital Estrangeiro, assinada por Castelo Branco, em agosto de 1964, foi uma das mais fortes contribuições para o rápido crescimento do setor industrial e, indiretamente, ainda contribuiu para a manutenção da chamada ‘paz social’, que os militares buscavam, através da criação de novas oportunidades de empregos e de redução do número de desempregados”¹².

Mattos ainda destaca que

“A instituição do Ato No. 5, em dezembro de 1968, foi outra forte contribuição para o cumprimento dos objetivos que formaram as bases do ‘milagre econômico’ [...] depois do Ato No. 5, ‘o Congresso foi

abruptamente colocado em recesso, uma torrente de decretos foi baixados afetando aos setores públicos e privado. Não havia mais os impedimentos da Constituição de 1967”¹³.

É nesse cenário “idílico” que Roberto Marinho se beneficiou e fez surgir a Rede Globo de Televisão.

“TV Globo. Pouca gente sabe, mas uma das histórias mais espetaculares da televisão mundial já tinha começado naqueles idos de 1950. Em 9 de janeiro de 1951, a Rádio Globo encaminhara oficialmente ao governo Dutra o pedido de concessão de um canal de TV. Não se espante com o

Grupo abriu seu capital. Fonte: FOLHA DE SÃO PAULO. Roberto Marinho influenciou durante sete décadas. Disponível em: < <http://www1.folha.uol.com.br/foha/brasil/ult96u52057.shtml> > Acessado: 13/11/2017.

¹² MATTOS, Sérgio. **História da televisão brasileira**: uma visão econômica, social e política. 2ª. ed. Petrópolis, Editora Vozes, 2002, p. 38.

¹³ Idem, p. 39.

fato de uma estação de rádio pleitear a concessão: quando a TV Tupi de Assis Chateaubriand foi inaugurada, seis meses antes, em São Paulo, a novidade chamada televisão foi inaugurada como ‘a mais nova modalidade de rádio’. No dia 13 de março de 1951, Getúlio já empossado, o requerimento foi aprovado pelo governo. Dois anos depois, em janeiro de 1953, o presidente Vargas voltou atrás e revogou a concessão da TV Globo. Juscelino Kubitschek, em 1957, devolveria o direito de Roberto Marinho fazer sua televisão. A segunda concessão, para um canal em Brasília, foi outorgada por João Goulart. Todos os outros canais, que vieram a formar a Rede Globo, foram comprados mesmo, o Estado não deu mais nada”¹⁴.

Segundo Pedro Bial, essas informações são muito importantes para começar qualquer investigação em relação à Rede Globo de Televisão, uma vez que elas possibilitam desmistificar algumas “verdades absolutas”, que segundo o autor, foram consagradas pelo senso comum, dentre elas, a de que a família Marinho teria se beneficiado das facilidades da ditadura civil militar brasileira.

Encontramos na biografia oficial de Roberto Marinho que os interesses por trás da criação da TV Globo e sua relação com a ditadura civil militar tinha apenas um ponto de convergência, ou seja, o fortalecimento da Federação, todos os demais proveitos eram meramente comerciais e empresariais.

“Os governos militares tinham, e cumpriam, o objetivo declarado de unificação nacional. Acontecia que onde chegasse um novo braço da Embratel, lá iam em seguida os executivos da TV Globo, ver se valia a pena adquirir uma nova emissora concessionária na região. Os marechais e generais, como sonharam tenentes, estavam unificando o país; a TV Globo, como sonhara Roberto Marinho, estava construindo a sua rede, a primeira do Brasil. Havia eventual identidade de interesses; moleza, não.

Nada é fácil sob a ditadura, e Roberto Marinho sabia bem disso – já tinha sobrevivido a uma”¹⁵.

¹⁴ BIAL, Pedro. *Roberto Marinho*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004, p. 178, 179.

¹⁵ Idem, p. 180.

Em uma de suas viagens para os Estados Unidos nos anos de 1950, Roberto Marinho ficou admirado com um negócio chamado *TV Network* (rede de TV). Como escreveu Pedro Bial, de forma poética: “Faltava pouco para Doutor Roberto perder o medo de voar! [...] Ele era assim, quando descobria um brinquedo novo, não queria saber de outra coisa, virava mania”¹⁶.

O “brinquedo novo” era a possibilidade de montar uma rede de TV no Brasil. Porém, o “pouco” que faltava, era capital a ser investido. “Os irmãos e assessores alegavam que simplesmente não havia dinheiro para brinquedo tão caro. ‘Vai quebrar o jornal’, ‘a empresa não aguenta’ argumentos lógicos, irrefutáveis, nada adiantava! Encasquetara”¹⁷.

Como num “passe de mágica”, ou diante das “forças do destino”, o “companheiro” Roberto Marinho não sabia que empresa grande, com muito dinheiro, procurava pelo mundo a fora pessoas como ele. Foi assim, que nos afortunados fins de 1950, o grupo norte-americano Time-Life, “a mais parruda e respeitada editora de revistas dos Estados Unidos, planejava se aventurar no mercado de televisão”¹⁸.

Time-Life nos Estados Unidos (EUA) já eram donos de alguns canais de televisão, porém, não tinha *network*. Ao invés de empreender em uma rede de TV no próprio país de origem, o grupo norte-americano visou internacionalizar seus investimentos e se unir a empresas de comunicação em outros cantos do globo.

“Naquele momento, sem que Roberto pudesse imaginar, o Time-Life procurava a embaixada do Brasil em Washington, buscando aconselhamento. No posto do embaixador Walter Moreira Salles, os americanos foram informados de que havia alguns impedimentos constitucionais para a participação de capital estrangeiro em empresas de comunicação brasileiras, porém, é mais que razoável supor, é claro que não foram rejeitados. Uma das principais funções de representações diplomáticas é dizer ‘bem-vindo’ a qualquer intenção de injetar dinheiro na economia nacional. Informados dos eventuais obstáculos, os empresários ianques ganharam uma listinha preciosa de nomes de empresas e famílias brasileiras. O nome de Roberto Marinho figurava nessa seleção”²¹.

¹⁶ Idem, p. 180.

¹⁷ Idem, p. 182.

¹⁸ Idem, p. 182.

²¹ Idem, p. 183.

Na citação acima, temos que nos atentar para a parte em que diz: “os americanos foram informados de que havia alguns impedimentos constitucionais para a participação de capital estrangeiro em empresas de comunicação brasileiras”. Como esse problema foi resolvido?

No dia 11 de junho de 1962, Walter Moreira Salles, que era na época ministro da Fazenda do governo de João Goulart, havia recebido uma correspondência de Andrew Heiskell, membro do Conselho Time-Life. Na carta, ficava evidente que as negociações haviam avançado. Segue o trecho:

“Rio, 11 de junho de 1962.

Senhor Ministro

Conforme já tivemos ocasião de expor a *V.ex.^a*, ... expandimos também para o campo da televisão ...em países estrangeiros (Alemanha e Líbano) ... com sucesso.

De acordo com a Constituição brasileira, não podemos fazer o mesmo no Brasil. Entretanto, estamos desejosos de proporcionar a estações brasileiras a experiência e os conhecimentos adquiridos, e de colaborar com parte do custo de instalação das estações mediante suprimentos em conta de participação nos lucros, sem participar, entretanto, da orientação intelectual ou administrativa das estações, como exige a Constituição brasileira”¹⁹.

O texto sugere que Roberto Marinho tinha encontrado alguma forma legal para buscar investimento estrangeiro, tanto é que em certo momento, a carta de Heiskell já tratava de questões técnicas e de transferência de câmbio: “... desejamos chegar a um acordo com o Banco do Brasil, para a realização de *swaps*, pelos quais poríamos dólares à disposição do Banco em Nova York, e ele nos proporcionaria cruzeiros correspondentes no Brasil”²³.

¹⁹ Idem, p. 186.

²³ Idem, p. 187.

Mas se Roberto Marinho havia encontrado meios legais para a concretização da parceria entre as Organizações Globo e o Grupo Time-Life, como uma CPI foi aberta?

Carlos Lacerda, político e jornalista brasileiro²⁰, era um dos maiores críticos da empreitada de Roberto Marinho, visto como um inimigo ferrenho²¹. Em 1964 o projeto presidencial de Lacerda foi por água abaixo. A partir desse momento, os bombardeios a Roberto Marinho não paravam. Dentre as críticas, em 1965, Lacerda denunciava o acordo entre a TV Globo e o Grupo Time-Life como “escândalo internacional”.

Nessa história um nome figura como suspeito, o do cubano Alberto Catá. Filho de um embaixador do governo de Fulgêncio Batista, sua conduta era de um típico cubano Made in Miami. Apesar de suas características norte-americanas, Catá foi preso e recolhido ao DOPS (Departamento de Ordem Política e Social) da Guanabara, com base em sua nacionalidade. Em seu depoimento, alegou que era apenas um representante dos norte-americanos, sócios na Rede Globo de Televisão do Rio. Aqui está o estopim que levaria a TV Globo e Roberto Marinho à réu. “Pronto! Mais que suficiente para a criação de um circo político, inaugurado com acusações de ‘traição à pátria’, culminando com a inevitável criação de uma CPI, Comissão Parlamentar de Inquérito”²².

Podemos perceber que a nacionalidade de Alberto Catá favoreceu às investigações contra Roberto Marinho, que era suspeito de associação ao modelo comunista cubano. Posteriormente à confissão de Catá, onde alegou ser representante do Grupo Time-Life e que trabalhava na TV Globo, Carlos Lacerda abandonou a liderança da ofensiva à família Marinho e passou o bastão para João Calmon.

²⁰ Como jornalista, Lacerda era proprietário do jornal Tribuna da Imprensa e criador da Editora Nova Fronteira. Como político, foi membro da União Democrática Nacional (UDN), vereador e deputado federal, além de governador do Estado da Guanabara entre o período de 1960 a 1965.

²¹ A inimizade entre os dois era tão grande, que em uma tarde Roberto Marinho saiu com arma em punho com a intenção de matar Lacerda. “Foram tantas ofensas pessoais, tantos petardos políticos, tantas agressões de parte a parte que se torna impossível precisar a data em que Roberto Marinho quase se desgraçou”. BIAL, Pedro. Op. cit, p. 207.

²² Idem, p. 209.

²⁷ Idem, p. 210.

Com Calmon as acusações assumiram proporções maiores, “a concorrência aproveitou a oportunidade e se organizou em campanha para eliminar a TV Globo”²⁷. Até mesmo o Sindicato das Empresas de Jornais e Revistas de São Paulo divulgou um

Manifesto à Nação, denunciando “a invasão estrangeira na imprensa brasileira”.

De forma resumida, a situação foi apresentada da seguinte maneira:

“Acusação: a TV Globo seria controlada por estrangeiros. Toda a sua programação, conteúdo e orientação editorial estariam submetidos às ordens dos americanos do grupo Time-Life. Roberto Marinho não passaria de um títere de interesses alienígenas, ‘testa-de-ferro’, e feriria a

Constituição ao permitir aos estrangeiros ter o comando numa empresa de comunicação nacional.

Defesa: a TV Globo apenas se beneficiaria de um mecanismo, não previsto nem vetado pela Constituição, para captar recursos no exterior e transferir tecnologia internacional para o Brasil, estabelecendo não mais que uma sociedade de assistência técnica e de investimentos com o grupo norte-americano Time-Life”²³.

No decorrer das investigações, fica evidente que as acusações se deram por motivos de concorrência, que estavam atrelados ao domínio do mercado da comunicação brasileira, bem como uma certa “inveja” da oposição. Dentre eles, estava o deputado João Calmon, que na época era diretor do consórcio dos Diários Associados, o maior império de comunicação no Brasil na época, criado por Chatô.

Assis Chateaubriand, João Calmon e Roberto Marinho era amigos. Mas por motivos mercadológicos, a amizade se desfez e denúncias, críticas e insultos eram atirados para todos os lados.

“Agora era guerra. Mesmo tetraplégico e doente, Chatô participava das batalhas, escrevendo e publicando comentários racistas que outros concorrentes só ousavam cochichar. Chamar Roberto Marinho de ‘Roberto Africano’ e ‘homem de cor’, com sentido de insulto, era uma das práticas favoritas de Chatô. As ofensas desceram a níveis

²³ Idem, p. 212.

inacreditáveis: ‘...crioulo alugado, ... cafuzo indígena, ... africano de trezentos anos de senzala, ... débil mental sem remédio...’²⁴.

Os defensores dos Marinheiros afirmavam que enquanto seus críticos gritavam aos quatro cantos do Brasil sobre o crime de “lesa-pátria”, seus concorrentes também buscavam acordos idênticos ao realizado pela TV Globo e o Time-Life. Por exemplo, João Calmon, que havia ido à embaixada dos Estados Unidos, buscar apoio financeiro. Segundo informações, Calmon se apresentou como,

“... diretor de um império mergulhado em dívidas, a fim de obter dinheiro para livrar os Diários das dificuldades ... Ante a negativa do então embaixador Lincoln Gordon, ele, ao que se informa, jurou vingar-se. Consta que se aborreceu porque seus jornais haviam combatido o ex-presidente João Goulart, a quem também se opunha o presidente dos Estados Unidos. Por esse motivo, achava, devia ter o apoio norte-americano”³⁰.

O interrogatório de Roberto Marinho na Comissão de Inquérito Parlamentar durou horas, se iniciou às 14:00 horas, tendo seu término pelas 3:00 horas da madrugada. Depois de não negar a sociedade com o grupo Time-Life, não esconder nomes de norte-americanos aos quais estava associado, Roberto Marinho, para fechar a sessão, fala a sua verdade:

“A denúncia do deputado João Calmon, eu atribuo a motivos concorrenciais, pois se trata de uma empresa em péssima situação financeira, querendo criar dificuldades a uma empresa florescente ... Eu devo dizer que, com as empresas que eu construí antes da TV Globo, eu podia ter uma existência sossegada, pois o senhor sabe que eu sou um homem de sessenta e um anos e que trabalho há quarenta e um ... Eu poderia ter uma vida muito mais tranquila, ... de modo que não me levou absolutamente, ao fazer a TV Globo, um interesse em ganhos maiores, mas sim em alargar meu campo de empresa jornalística. Nós já tínhamos rádio, jornais, e agora televisão. A televisão, estou vendo, é um negócio fabuloso, um campo extraordinariamente lucrativo, com Time-Life ou sem Time-Life. Eu apenas quero defender um princípio correto de negociação correta que fiz com uma organização estrangeira, que num momento difícil me financiou. E eu lutarei por Time-Life com toda lealdade e com todo o esforço que eu puder, mas talvez não seja consultando aos meus interesses materiais, apenas por um princípio de fidelidade”²⁵.

²⁴ Idem, p. 213.

³⁰ Idem, p. 214.

²⁵ Idem, p. 216.

Perceba como a lealdade e fidelidade são enaltecidas. De fato, essas são virtudes humanas dignas de homens honrados. Mas a realidade é que com o término da CPI houve quem classificou o “caso Time-Life” como uma vitória dúbia, uma vez que um novo decreto-lei foi elaborado para impedir que outros empresários fizessem o mesmo que Roberto Marinho havia feito. Nesse decreto havia restrições mais severas no que diz respeito a empréstimos externos e assistências técnicas foram criados. No entanto, tal decreto não tinha efeito retroativo, ou seja, não atingia a TV Globo. O mais irônico nesse desfecho todo, é que Roberto Marinho preferiu seguir as novas normas estabelecidas pelo decreto. Aí estava a oportunidade de a TV Globo jogar para escanteio o Grupo Time-Life, e junto com ele, toda o discurso de lealdade e fidelidade.

Sabemos que a História é um campo de luta e construção de memória, Marc Bloch e muitos outros antes dele, já alertava para uma análise crítica da História: “há muito tempo estamos alertados no sentido de não aceitar cegamente todos os testemunhos históricos. Uma experiência, quase tão velha como a humanidade, nos ensinou que mais

de um texto se diz de outra proveniência do que de fato é”. O que Bloch quer dizer é que “nem todos os relatos são verídicos e os vestígios materiais [eles] também, podem ser falsificados”²⁶.

A história que contamos até aqui é do tipo oficial, biográfica e um tanto quanto romantizada. Como toda história tem mais de uma versão, iremos apresentar um outro viés, não muito conhecido e obscuro. Nas palavras de Daniel Herz, uma “história secreta da Rede Globo”.

1.3 A HISTÓRIA NÃO CONTADA: A ILEGALIDADE E OS CRIMES DA FAMÍLIA MARINHO

²⁶ BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001, p. 89.

A construção do império de comunicação da família Marinho se favoreceu de uma conjuntura histórica particular. No contexto mundial, temos na segunda metade do século XX o fim da Segunda Guerra Mundial, que trazia boas novas à liberdade de pensamento, que na prática, mostrava-se totalmente teórica, uma vez que somente grandes capitais tinham condições de montar grandes empresas jornalísticas²⁷. O imperialismo estrangeiro avançava por todas as dimensões do social, inclusive na imprensa. Por isso a década de 1950 é tida como um marco, pois nesse contexto é que temos a vinda das primeiras multinacionais e do capital estrangeiro ao país, bem como uma reformulação e padronização na forma de fazer jornalismo, que deixa de ser político literário e passa a adotar um estilo informativo, passando, portanto, a ilusória ideia de um espaço neutro e objetivo³⁴.

Carla Luciana Souza da Silva argumenta que nesse contexto,

“Várias mudanças tornaram as empresas jornalísticas progressivamente dependentes do capital, especialmente o externo, para sua manutenção. Não seria correto dizer que anteriormente os jornais não possuíam vínculos com o capital. Mas, o que os caracterizava era o seu caráter diretamente vinculado à sociedade política, sem prejuízo de sua ação de classe. Ou seja, eram jornais ligados explicitamente a partidos ou grupos políticos [...] cada partido tinha seu jornal, que se caracterizava por ser geral, propor uma interpretação política, econômica, cultural, a partir de cada um [...] Por isso se dizia que eram jornais de opinião. Com os novos

padrões, os jornais que sobrevieram se colocavam como objetivos, sem vínculos partidários²⁸.”

Além de investimentos tecnológicos, muitos jornalistas foram buscar formação dos Estados Unidos. Para elucidar o que estamos apresentando, Werneck escreve que apesar de todas as particularidades era possível encontrar algo universal:

“O jornalismo norte-americano criou, por exemplo, o *lead*, cujos princípios se fundamentaram na regra dos cinco *W* e um *H*; qualquer *foca* americano sabe que toda notícia deve conter, obrigatoriamente, os

²⁷ SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999, p. 395. ³⁴ SILVA, Carla Luciana Souza da. **Veja: o indispensável partido neoliberal (1989 a 2002)**. Tese de doutoramento em História. Niterói, UFF, 2005, p. 37, 39.

²⁸ Idem, p. 38.

seguintes elementos: *who*, quem; *what*, que; *when*, quando; *where*, onde; *why*, por que; e *how*, como”²⁹.

Também no campo das comunicações, em especial a partir da década de 1960, introduziu-se o videoteipe, videocassete, vídeo texto e a televisão. Segundo Carlos Eduardo Lins da Silva, esse fenômeno não aconteceu por acaso, principalmente no caso televisivo. Nesse contexto, as transnacionais tinham muito interesse em expandir seus negócios para além dos mercados internos e o Brasil se apresentava como um importante país para a compra de aparelhos de produção e transmissão de televisão e qualquer outro tipo de tecnologia da comunicação³⁰. Paralelamente aos interesses das companhias internacionais, o crescimento da televisão no Brasil era fundamental para o sucesso do modelo econômico que passou a vigorar a partir de 1964. O Estado teria apostado alto para que o maior número de aparelhos de TV chegasse na casa dos brasileiros. Foi necessário construir um moderno sistema de micro-ondas, abrir o crédito para a compra de receptores, além de fornecer toda infraestrutura para sua expansão. Para Carlos Silva, os objetivos eram muito mais do que ideológicos, “a televisão teve como função a partir de 64 a operação de acelerar o processo de circulação do capital para viabilizar a forma de acumulação monopolista adotada desde então”³¹.

Daniel Herz destaca que “a Globo abriu uma fase acelerada de modernização dos sistemas de comunicação de massa, inaugurou práticas compatíveis com essa

modernização e inspirou políticas oficiais que amparam as pretensões privado-comerciais dessas empresas”³², além de mediar os interesses do Estado e dos grupos dominantes.

²⁹ SODRÉ, Nelson Werneck. Op. cit, p. 394.

³⁰ É importante destacar a atuação das agências de publicidade estrangeiras, que controlavam o mercado publicitário, decorrente do grande volume de capital injetado pelas empresas sediadas no Brasil (HERZ, 1991, p. 82)

³¹ SILVA, Carlos Eduardo Lins da. *Muito além do jardim botânico*. Um estudo sobre a audiência do jornal nacional da Globo entre os trabalhadores. 3.ed. São Paulo: Summus, 1985, p. 37.

³² HERZ, Daniel. **A história secreta da REDE GLOBO**. 14ª ed. Porto Alegre, Ortiz, 1991, p. 17.

É “no contexto da ditadura e de abertura ao capital externo que se dá a implantação da Rede Globo de Televisão, com a entrada direta de capital estrangeiro e gestão da empresa pelo grupo norte-americano Time-Life”³³. Para Daniel Herz,

“Foi nesse contexto que uma nova estratégia das forças imperialistas aos meios de comunicação, começou a delinear-se. Em 1961 surgiram os contratos elaborados inconstitucionalmente entre as organizações Globo e o grupo norte-americano Time-Life, que iria transformar aquele grupo empresarial brasileiro na maior potência econômica na área de comunicação na América Latina”³⁴.

A inserção do capital estrangeiro no ramo das comunicações era inconstitucional. O artigo 160 da Constituição determinava:

Art. 160 – É vedada a propriedade de empresas jornalística, sejam políticas ou simplesmente noticiosas, assim como a de rádio fusão, a sociedades anônimas por ações ao portador e aos estrangeiros. Nem esses, nem pessoas jurídicas, executados os partidos políticos nacionais, poderão ser acionistas de sociedades anônimas proprietárias dessas empresas. A brasileiros (art. 129, No. I e II) caberá, exclusivamente, a responsabilidade principal delas e sua orientação intelectual e administrativa.

Art. 129 – São brasileiros:

I – Os nascidos no Brasil, ainda que de pais estrangeiros, não residindo estes a serviço do seu país;

II – Os filhos de brasileiros ou brasileira, nascidos no estrangeiro, se os pais estiverem a serviço do Brasil, ou, não o estando, se vierem residir no país. Neste caso, atingida a maioridade, deverão, para conservar a nacionalidade brasileira, optar por ela, dentro de quatro anos³⁵.

Não foi apenas a TV Globo que se beneficiou de dinheiro externo. O mercado editorial no Brasil desde os anos 1940 já mostrava a invasão estrangeira. A primeira revista que chegou ao país foi a “Seleções do Reader’s Digest” com uma política que

³³ SILVA, Carla Luciana. *Veja: mais um partido neoliberal*. In: História e Luta de Classes. Dossiê: Linguagem, comunicação e cultura. Ano I – ed. No. 2, Fevereiro 2006, 44, 45.

³⁴ HERZ, Daniel. Op. cit., p. 84.

³⁵ HERZ, Daniel. Op. cit., p. 229.

estava de acordo com a expansão dos Estados Unidos do pós-guerra. Também podemos citar o “Grupo Visão” e a chegada de Victor Civita ao Brasil, abrindo no Brasil a maior editora da América Latina, a Editora Abril³⁶.

O investimento de capital estrangeiro no campo da radiodifusão encontrava entraves bem maiores do que no ramo editorial. Em tese, cada emissora de rádio ou televisão ganhava uma concessão de frequência emitida pelo Governo Federal, mas passava por um certo controle antes da execução do serviço. Para acobertar certas irregularidades, era fundamental que as empresas de rádio e televisão tivessem um “laranja”, que disfarçasse a presença de um proprietário ou sócio irregular juridicamente. O grupo Time-Life de linha mais reacionária do Partido Republicano norteamericano, tinha muitos interesses em expandir seus negócios em mercados estrangeiros, dentre eles, manter bases anticomunistas. Depois de algumas tentativas em se associar com empresários da comunicação no Brasil³⁷, é com a Família Marinho que a busca se deu por encerrada.

No Rio de Janeiro, as Organizações Globo já detinham o tão conhecido e tradicional jornal “O Globo”, a editora Globo e a Rádio Globo. Para além disso, Herz destaca que

“As Organizações Globo, de tendência marcadamente conservadora, estavam presentes nas listas de jornais subornados pela publicidade estrangeira para mover companhas, por exemplo, contra a nacionalização do petróleo. Essa empresa apresentava então grandes perspectivas de expansão. É o que se pode deduzir dos pedidos de 25 emissoras de rádio e televisão, localizadas nos principais estados, feitos pela empresa ao Governo em 1960 e 1961. Com esses projetos de expansão as Organizações Globo mostraram não só receptividade a associação com o capital estrangeiro [...]”⁴⁵.

No dia 13/07/1962 foi registrado no Departamento Nacional de Indústria e Comércio a sociedade por cotas de responsabilidade limitada, sob o número 134.028. Em 14/12/1962

³⁶ HERZ, Daniel. Op. cit., p. 90,91.

³⁷ Daniel Herz menciona que Júlio de Mesquita Filho, de “O Estado de São Paulo”, foi procurado para juntos criarem uma rede de televisão e rádio. O pedido foi negado por Mesquita (HERZ, 1991, p. 93). ⁴⁵ HERZ, Daniel. Op. cit., p. 93, 94.

o capital seria aumentado de quinhentos para Cr\$ 650 milhões. Nesse processo todo, algo importante diz respeito a forma de sociedade firmada, que foi por cota e não por ações.

“A TV Globo Ltda, adotou a forma da sociedade por cotas, e não por ações, e são por ações a Rádio Globo S.A e outras organizações do mesmo grupo, porque este tipo de sociedade dispensa a publicação de atos constitutivos, das alterações contratuais, dos balanços, das decisões administrativas, e dos atos que impliquem em distribuições de lucros a terceiros. Ademais, a sociedade por cotas, possibilitando a assinatura de alterações contratuais sem datas, para eventual utilização, propicia o expediente de manter ‘testas-de-ferro’”³⁸.

Antes mesmo da assinatura dos contratos entre Globo e Time-Life os dólares já haviam chegado. Em 16 de julho de 1962, a TV Globo, através de uma operação de “*swap*”, recebeu uma quantia de US\$ 1,5 milhão, que na época equivalia a 300 milhões de cruzeiros. A justificativa dada por Roberto Marinho a CPI, foi de que esse dinheiro era um empréstimo pessoal.

Foi em julho de 1962 que a TV Globo Ltda. juntamente com o grupo Time-Life assinou em Nova Iorque, dois contratos: o **Contrato Principal** e o contrato de **Acordo de Assistência Técnica**, que em suma, tinha alguma vinculação com o Contrato Principal. Veremos um pouco sobre as especificações de cada contrato. De antemão, como já foi mencionando, ambos os contratos infringiam o Código Brasileiro de Telecomunicações e o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão da época.

1.3.1 O Contrato Principal

A discussão sobre os dois contratos foi amplamente apresentada por Daniel Herz em seu livro *A História Secreta da Rede Globo* (1991). Não é nosso objetivo trazer novamente toda essa discussão, mas apenas apresentar alguns pontos que comprovam as irregularidades da parceria entre a TV Globo e o grupo norte-americano Time-Life, sendo que a principal delas estava atrelada à sociedade entre ambas as empresas.

Retomando o que foi apresentado, a defesa de Roberto Marinho na CPI afirmava que a Rede Globo Televisão apenas se favoreceu de um dispositivo, que não era vetado e nem

³⁸ João Calmon *apud* HERZ, 1991, p. 105. ⁴⁷ BIAL, Pedro. Op. cit., p. 212.

previsto pela Constituição, “para captar recursos no exterior e transferir tecnologia internacional para o Brasil, estabelecendo não mais que uma sociedade de assistência técnica e de investimentos com o grupo norte-americano Time-Life”⁴⁷. No entanto a história é bem diferente.

No Contrato Principal a TV Globo tinha sob sua responsabilidade, instalar todo o equipamento de televisão e concluir a construção do prédio, onde seria o estúdio, na Rua Von Martius. O prédio deveria ficar pronto até o dia primeiro de julho de 1963, sendo que sua operação era prevista para primeiro de outubro do mesmo ano.

Cabia a Time-Life Broadcast International Inc. troca de informações sobre direção comercial e administrativa, treinamento na área de televisão e orientações para aquisição de programas e filmes produzidos fora do país. Além disso, responsabilizava-se para a TV Globo um valor de até Cr\$ 220 milhões.

O curioso é que essa operação de Cr\$ 220 milhões coloca em cheque o discurso de que a relação entre Globo e Time-Life era meramente para captar tecnologia estrangeira. Essa quantia de dinheiro era creditada a uma conta de Time na qual a TV Globo fazia parte com todo seu capital.

Herz enfatiza que “essa cláusula, portanto, elimina qualquer possibilidade de enquadrar a operação como um simples financiamento: Globo e Time-Life eram sócios, numa ‘sociedade em conta de participação’”³⁹. A sociedade em conta é própria dos “testas-de-ferro”, se configura como sociedade secreta, sem obrigação de escritura particular ou pública.

“Pela cláusula oito do mesmo contrato principal, Time-Life, sócio da TV Globo na sociedade de conta de participação, ‘terá direito à participação de 30% dos lucros líquidos, produzidos pela empresa anualmente, a partir da data em que a TV Globo começar a transmissão comercial de televisão

³⁹ HERZ, Daniel. Op. cit, p. 108.

pelo canal 4, Rio de Janeiro, participando igualmente da mesma proporção dos prejuízos verificados”⁴⁰.

Até mesmo o Grupo Time-Life tinha entendimento das irregularidades, pois era previsto em contrato que se o “Governo Brasileiro tomar qualquer medida seriamente adversa a este investimento estrangeiro [...], Time terá direito de rescindir este contrato a qualquer momento após o sexto ano de sua duração, mediante aviso escrito à TV Globo ou a Marinho com seus meses de antecedência”⁵⁰.

Outra prova de que ambas as empresas eram sócias, refere-se ao fornecimento de balanços mensais e anuais, além de permitir que Time-Life tivesse o direito de acesso a todos os assuntos comerciais e financeiros da TV Globo.

1.3.2 O Contrato de Assistência Técnica

Além do contrato principal, Time Incorporated, sociedade anônima localizada no Estado de Nova Iorque e a TV Globo Ltda. assinaram um Contrato de Assistência Técnica.

É interessante notar que enquanto o Contrato Principal foi assinado com o Grupo Time-Life Broadcast International Inc., com sede em Delaware, o Contrato de Assistência Técnica firmou-se na cidade de Nova Iorque, com a Time Incorporated. A manobra é clara: não tornar muito óbvia a participação estrangeira de uma só empresa, com seus 30% de lucro, sem contar sua parcela na receita. Para isso, foi necessário destinar os proventos para duas empresas estadunidenses, que na verdade estão ligadas. Entre as obrigações prevista no Contrato de Assistência Técnica, encontra-se:

1. No campo da técnica administrativa;
2. Noticiário, programação, promoção e publicidade e atividades de interesse público;
3. Atividades e controle contábeis, orçamentários e financeiros;
4. Orientação de engenharia técnica;
5. Assistência e orientação com os aspectos comerciais, administrativos e técnicos da construção e operação de uma estação de TV;

⁴⁰ Idem, 109. ⁵⁰
Idem, 110.

6. Treinamento nos EUA do número de pessoas que a TV Globo necessitar, nas especialidades fundamentais para a gestão da TV comercial, dentre outros⁴¹.

Podemos perceber que a assistência técnica não se restringiu apenas à venda de anúncios e à administração,

“Time fornece à TV Globo, durante essa perpétua assistência técnica, uma pessoa com habilitação equivalente à de um gerente-geral de uma estação de televisão. Além dessa, uma outra com experiência nos campos de contabilidade e finanças, que trabalhará para a estação em regime de tempo integral, sob as ordens do diretor-geral e da Diretoria, com título de assistente do diretor-geral, e responsabilidade específica nos campos de contabilidade e finanças”⁵².

Tendo sua contabilidade orientada, fiscalizando sua administração, orientando quase todas as atividades comerciais, financeiras e administrativas, fica difícil acreditar que a Time ajuda tecnicamente a TV Globo, pelo contrário, gere e administra todo seu patrimônio.

Com muitas irregularidades, escândalos, cartório invadido, contrato rasgado, no dia 22 de agosto de 1966, a CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito, após investigar as relações da TV Globo com o Grupo Time-Life, aprovou o parecer do relator Djalma Marinho, que apresentava as seguintes conclusões:

“1º.) Os contratos firmados entre a TV Globo e Time-Life ferem o artigo 160 da Constituição, porque uma empresa estrangeira não pode participar da orientação intelectual e administrativa de sociedade concessionária de canal de televisão; por isso, sugere-se ao Poder Executivo aplicar à empresa faltosa a punição legal pela infringência daquele dispositivo constitucional;

2º.) Deve ser remetida ao Poder Executivo cópia autêntica dos autos desta Comissão de Inquérito, para a comprovação das providências sugeridas;

3º.) A mesa da Câmara dos Deputados criará, nos termos do Regimento Interno, uma Comissão Especial, interpartidária, para elaborar legislação específica sobre a televisão (incluindo-se também rádio e jornal), para

⁴¹ Idem, 114, 115. ⁵²
Idem, 115.

preservar a sua nacionalização, dada a presença de capitais estrangeiros nas organizações que exploram essa atividade”⁴².

Apesar do parecer contrário à TV Globo Ltda., Roberto Marinho apresentou ao presidente da República Castelo Branco um recurso que suspendesse a decisão da CPI, o qual foi indeferido.

Não aceitando o indeferimento do presidente Castelo Branco, a Rede Globo procurou outras vias de reconhecimento e encaminhou um pedido de “reconsideração:

“Em 3 de março de 1967, Castelo pediu o parecer do consultor-geral da República. Em resposta, o consultor Adroaldo Mesquita da Costa emitiu um longo parecer, datado de 8 de março, onde propôs que se atendessem o pedido de reconsideração da Globo. Ante o parecer desse consultor, Castelo preferiu ‘lavar as mãos’ e, dois dias antes de passar a Presidência da República para o marechal Arthur da Costa e Silva, no dia 13 de março de 1967, pediu novas diligências. Com isso, a decisão quanto ao pedido de reconsideração da Globo foi transferida, junto com o cargo de Presidente da República, para o marechal Costa e Silva”⁵⁴.

É no governo de Costa e Silva que a TV Globo foi legalizada. A partir de um parecer favorável dado pelo consultor-geral da República, Adroaldo Mesquita da Costa, no dia 20 de outubro de 1967. No entanto, a aprovação pelo presidente ocorreu um ano depois, em 23 de setembro de 1968.

1.4 OS MARINHO: DA DITADURA À “NOVA REPÚBLICA”

A relação da família Marinho com os rumos da política brasileira é antiga. Desde o jornal *O Globo*, fundado em 1925, os Marinho sempre mantiveram uma atuação partidária forte. João Braga Arêas, por exemplo, escreve que “*O Globo* esteve ao lado de quase toda a imprensa nacional ligadas ao capital multinacional e associado na oposição ao governo Vargas”⁴³. O jornal e o rádio de Roberto Marinho sempre foram plataformas à disposição

⁴² Idem, 183, 184. ⁵⁴

Idem, 185, 186.

⁴³ ARÊAS, João Braga. Os Marinho: o monopólio brasileiro no setor de comunicação. In: MOTTA, Rafael Vaz da; PEDREIRA, Pedro Henrique (org.). **Os donos do capital**: a trajetória das principais famílias empresariais do capitalismo brasileiro. Rio de Janeiro: Editora Autografia, 1ª edição, janeiro de 2017, p. 203.

de políticos da UDN – União Democrática Nacional e realizaram forte campanha contra a criação da Petrobras.

Durante o governo de Juscelino Kubitschek *O Globo* atuou de forma mais moderada, mas sempre atrelado aos interesses da UDN, importante braço de empresas multinacionais e banqueiros no Congresso Nacional. É nesse governo que o pedido de concessão de uma transmissora de TV no Rio de Janeiro é de fato concretizado⁴⁴. Mais tarde, por João Goulart, Roberto Marinho conseguiria uma outra concessão para um canal de TV na cidade de São Paulo.

João Braga Arêas destaca que

“O governo de João Goulart (1961-1964) foi marcado por uma intensificação da luta de classes no Brasil. De um lado, os grupos populares manifestavam-se em favor das ‘reformas de base’, conjunto de medidas de caráter redistributivo, com destaque à reforma agrária. De outro, diversas associações das classes dominantes voltavam-se para a desestabilização e derrubada de Jango. Desta frente, participaram os principais órgãos de imprensa, como *O Globo*, *Jornal do Brasil* e *Folha de São Paulo*, partidos políticos conservadores como a UDN, setores ligados a Igreja Católica, grupos militares e associações empresariais,

destacando-se o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (complexo IPES/IBAD)”⁴⁵.

O jornal *O Globo* atuou de forma feroz não só contra o governo de João Goulart, mas também em oposição ao pensamento de esquerda. Roberto Marinho em associação com João Calmon (*Diários Associados*) e Nascimento Brito (*Jornal do Brasil*) criaram a “Rede da Democracia” que realizava fortes ataques ao governo, denunciando a subversão, “o ‘perigo comunista’, a ‘República Sindicalista’ e o atentado contra a democracia que estaria sendo praticado pelos defensores das reformas de base”, somado a isso, “buscavase

⁴⁴ Roberto Marinho já havia feito um pedido de concessão durante o governo Dutra, o qual obteve uma resposta positiva, porém, foi revogada por Vargas (Idem, p. 204).

⁴⁵ Idem, 204.

assustar principalmente as classes médias, de modo a colocá-las favoravelmente a um golpe de Estado”⁴⁶.

Com o golpe consumado, *O Globo* fez menção honrosa em seu editorial:

“Graças à decisão e heroísmo das Forças Armadas, o Brasil livrou-se do governo irresponsável, que insistia em arrastá-lo a rumos contrários à sua vocação e tradições (...). Salvos da comunização que celeremente se preparava, os brasileiros devem agradecer aos bravos militares”⁴⁷.

O governo que as empresas de Marinho ajudaram a chegar ao poder favoreceu muito as Organizações Globo, que se tornaria o maior conglomerado de mídia do Brasil. A TV Globo inaugurada em 1965 foi adquirindo aos poucos uma estrutura de rede nacional, muito interessante para o governo golpista, uma vez que grupos militares, guiados pela Doutrina de Segurança Nacional, tinham como preocupação a “integração nacional”, por isso as telecomunicações eram consideradas estratégicas durante a ditadura. É nesse contexto que surge a Embratel, o Ministério das Comunicações e o Sistema Telebrás. Paralelamente ao crescimento dos investimentos em telecomunicações, a TV Globo legitimava ideologicamente o regime militar.

Dessa maneira crescia cada vez mais o flerte entre as “empresas de Marinho com a ditadura militar e com o modelo econômico oligopolista e associado ao capital estrangeiro”⁴⁸. Temos assim um tripé que estava intimamente ligado entre os finais de 1960 e primeira metade dos anos 1970: regime militar, capital internacional e Organizações Globo.

Nos anos da década de 1970 um cenário recessivo se instaurava e as contradições entre regime militar e as classes dominantes que os apoiaram começavam a aparecer. Somado a isso, as lutas populares voltavam à cena nacional, em especial as greves no ABC paulista. A instabilidade econômica e política avançou nos anos 1980 e as Organizações Globo já começavam a esboçar um afastamento ao regime militar. Paralelamente, os militares começaram a ver com certa preocupação o poder político das Organizações Globo, o que fez com que a ditadura abrisse licitações públicas para novas

⁴⁶ Idem, 204, 205.

⁴⁷ Idem, 205.

⁴⁸ Idem, p. 211.

concessões no campo televisivo. É nesse período que nasceram a TV Manchete e o Sistema Brasileiro de Televisão (SBT).

Nos anos 1980 Roberto Marinho, de forma moderada, articulava-se com grupos políticos de oposição, especialmente com o Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Por que de forma moderada? Pois tanto as Organizações Globo, quanto o regime militar tinham inimigos em comum, como é o caso do “novo sindicalismo” e Leonel Brizola, que havia retornado do exílio e fundado o Partido Democrático Trabalhista (PDT), sendo candidato ao governo do Estado do Rio de Janeiro nas eleições de 1982⁴⁹.

A influência política de Roberto Marinho ficou mais clara com o advento do primeiro governo da “Nova República”, como mostra João Braga Arêas:

“Pouco depois da sua vitória nas eleições indiretas, Tancredo Neves almoçou com Roberto Marinho, Antônio Carlos Magalhães e o vice-presidente José Sarney (concessionário de afiliadas da Rede Globo) em uma residência das Organizações Globo em Brasília. Poucos dias depois, o presidente recém-eleito anunciou que seu secretário de Imprensa seria Antônio Brito, que era jornalista da Rede Globo, e que Antônio Carlos Magalhães seria seu ministro das comunicações”⁵⁰.

O tráfico de influências não demorou a aparecer:

“[...] em 1986, o ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, após consultar o então presidente Sarney, cancelou encomendas no valor de 100 milhões de dólares à NEC do Brasil, cujo proprietário (com 51% das ações votantes) era o grupo Brasilinvest. O cancelamento deixou o grupo em dificuldades; em outubro, Roberto Marinho comprava o capital da NEC pertencente ao Brasilinvest. No mesmo mês, empresas subordinadas ao ministério das Comunicações normalizavam os pagamentos à NEC do Brasil. Em janeiro de 1987, Marinho mostrava sua

gratidão: transferiu o direito de transmitir a TV Globo na Bahia da TV Arapu para a TV Bahia, esta última de propriedade da família

⁴⁹ Idem, p. 218.

⁵⁰ Idem, p. 220.

Magalhães”⁵¹.

Na “Nova República” o poder e influência da família Marinho aumentou, uma vez que se consolidava cada vez mais como o maior grupo de telecomunicações do Brasil, com enorme aproximação ao aparelho de Estado, tendo como amigos grandes nomes da política nacional, até mesmo o presidente da República.

Durante o processo de transição para uma democracia liberal, principalmente durante a Constituinte de 1987-1988, muitas frações de classe defendiam projetos antiestatistas, que iam de acordo com o discurso neoliberal que se afluía mundo a fora. Contrário a essa proposta, a CUT e o PT se colocavam defensores de uma maior intervenção estatal e de políticas redistributivas.

Trabalhando em torno de um ideário neoliberal, as Organizações Globo deram importante apoio aos grupos interessados nas privatizações. Na década de 1990 temos o fim do monopólio do Sistema Telebrás, oportunizando novos negócios para as empresas de Roberto Marinho.

Com a vitória de Collor nos anos 1990 e nos anos seguintes, a Rede Globo sempre se colocou a favor de partidos que seguia as regras do neoliberalismo. Sua posição crítica ao Partido dos Trabalhadores só muda quando esse começou a mostrar um abandono das perspectivas socialistas.

1.5 ÁREAS DE ATUAÇÃO DO GRUPO GLOBO

Em 2015 o Grupo Globo ficou na 17^a. posição entre as maiores empresas de mídia no mundo⁵². A família Marinho já atuou em diversos ramos do mercado, como construção civil, mineração, finanças, setor imobiliário, pesca, agropecuária, seguradoras, hotelarias entre outros. Mas é na área de comunicação que o Grupo se destaca, indo muito além da Rede Globo de Televisão.

Atualmente o Grupo Globo atua nas seguintes áreas:

⁵¹ Idem, p. 221.

⁵² FOLHA DE SÃO PAULO. Google lidera ranking de 30 maiores empresas de mídia do mundo. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2015/05/1629787-google-lidera-ranking-de-30maiores-empresas-de-midia-do-mundo.shtml>> Acessado: 25/04/2018.

ÁREAS DE ATUAÇÃO DO GRUPO GLOBO	
TV Globo	“A TV Globo tem sua programação distribuída em quase todo o território nacional, por meio de 5 emissoras próprias, em parceria com empresas afiliadas, e em mais de 100 países, por meio da Globo Internacional. Reconhecida pelo alto padrão de qualidade, marca que imprimiu desde a sua fundação em 1965, a TV Globo tem uma trajetória que se confunde com a história da televisão no Brasil, sempre pautada pelo pioneirismo e inovação”.
Globo Filmes	“A Globo Filmes participa da coprodução de filmes brasileiros, lançando títulos que lideram a audiência do cinema brasileiro”.
Globosat	“A Globosat é uma programadora de canais de TV por assinatura. Conta com portfólio diversificado de canais, incluindo mais de 30 canais pagos com 24 horas de programação. Destaque para os canais SporTV, GloboNews, Multishow, GNT, VIVA e Gloob”.
Infoglobo e Editora Globo	“O grupo atua nos segmentos de jornais e revistas, impressos e digitais, através da Infoglobo e da Editora Globo. A Infoglobo reúne os jornais diários O Globo, fundado em 1925, Extra e Expresso, além de participação no jornal Valor Econômico. A Editora Globo possui em seu portfólio 16 revistas, além de editar livros clássicos e contemporâneos”.
Som Livre	“A Som Livre atua na área musical, produzindo e comercializando conteúdo de artistas brasileiros através de vendas físicas (CDs, DVDs e outros), digitais e eventos”.
Sistema Globo de Rádio	“No meio do rádio, a atuação se dá através do Sistema Globo de Rádio, com emissoras próprias e afiliadas, nos segmentos de notícias (CBN) e talk (Rádio Globo) ”.
ZAP	“O ZAP é um portal de classificados online de atuação nacional”.

Fonte: Grupo Globo. Disponível em: <http://www.grupoglobo.globo.com/> Acessado: 23/09/2017

Podemos perceber o quão abrangente é o alcance do Grupo Globo. A família Marinho tem em seu poder um grande conglomerado presente nos mais diversos segmentos de mídia, tais como: mídia impressa, internet, rádio fusão, cinema, indústria fonográfica e telecomunicações.

Qualquer leitura desprovida de um olhar crítico, pode fazer com que se instale um sentimento de grandiosidade e orgulho nacional. Até porque, como ressalta a voz oficial do Grupo, o Grupo Globo é “um grupo 100% brasileiro. O Brasil é sua origem, maior

inspiração e responsabilidade”.⁵³ No entanto, é importante problematizar sobre a atuação do Grupo Globo para que seus interesses de classe sejam descortinados. As construções

ideológicas dos meios de comunicação precisam ser averiguadas, pois como bem observa Carla Lucina Silva, essas construções “permitem aos meios de comunicação ocultar os interesses aos quais estão vinculados e defendem”⁵⁴.

Silva (2009) em seu artigo “Uma visão segmentada para uma dominação total: editoras, projeto educativo e construção de hegemonia” faz importantes apontamentos teóricos e metodológicos que nos possibilita pensar sobre o amplo campo de atuação do Grupo Globo. Temos que entender que a aparente fragmentação: TV, rádio, jornais, revistas, etc., é como foi dito, aparente! Os meios de comunicação não agem de forma fracionada, pelo contrário, no interior de sua organização, operam de forma total. Isso implica dizer que as empresas de mídia buscam construir um programa de ação, que se efetiva pela linha editorial da empresa, construindo assim uma visão de mundo. Por isso a segmentação se faz necessária.

“Assim como o trabalhador não pode ter uma visão do todo do processo produtivo, o ‘espectador’ não deve ter condições de ter uma visão totalizadora da história e da realidade. É por isso que eles não tratam seu público como ‘massa’, mas como segmentos que podem ser separados, e que podem se tornar nichos de consumo de produtos e ideias”⁶⁷.

Dando continuidade a essa reflexão, chega-se as publicações da Editora Globo, particularmente as revistas. No total, podemos elencar 16 revistas que buscam atender um público diverso. Veja a tabela abaixo:

REVISTAS PÚBLICADAS PELA EDITORA GLOBO	
Nome	Slogan e descrição

⁵³ GRUPO GLOBO (a). Somos um grupo de mídia que cria, produz e distribui conteúdos de qualidade que informavam, educam e divertem. Disponível em: < <http://grupoglobo.globo.com/>> Acessado em: 05/05/2018

⁵⁴ SILVA, Carla Luciana. Um visão segmentada para uma dominação total: editoras, projeto educativo e construção de hegemonia. **Qué Universidad necesitan los pueblos**. Rosário: Grupo de Trabajo Hacer La Historia, 2009, p. 207. ⁶⁷ Idem, 207, 208.

Autoesporte	<p><i>“Paixão por carros”</i></p> <p>“Autoesporte é a revista dos apaixonados por carros, seu estilo e desempenho. E dos que buscam a melhor referência para a compra de um automóvel, além de informações sobre manutenção, segurança e acessórios. Todos os meses, traz as novidades do mercado, as notícias sobre lançamentos, testes e comparativos, e ainda preços de veículos nacionais e importados”.</p>
Casa e Jardim	<p><i>“Sua casa linda do seu jeito”</i> “Uma revista para quem quer transformar sua casa em um lar de verdade. Todos os meses, os lançamentos e as tendências de decoração, design, arquitetura e paisagismo, com informações e soluções para cada</p>

	<p>ambiente. Ajuda o leitor a viver com conforto, estilo (o estilo de cada um) e, sobretudo, sossego e felicidade”.</p>
Casa Vogue	<p><i>“A grande referência em decoração, design e arquitetura”</i></p> <p>“Todos os meses, Casa Vogue encanta e inspira seus leitores amantes do bem-viver com sofisticação, ao revelar tendências, mostrar ambientes atemporais e ditar moda. Tudo sempre visto pelas lentes dos melhores fotógrafos do Brasil e do mundo”.</p>
Crescer	<p><i>“Informação e inspiração para mães e pais”</i></p> <p><i>“A Crescer fala com a mulher que ama seus filhos e deseja cuidar da saúde e da educação deles da melhor maneira possível, mas que também se preocupa com o próprio corpo, a beleza, o relacionamento afetivo, a profissão e a casa, desde a gravidez. Para ajudá-la a equilibrar o tempo - e as emoções -, vamos atrás de histórias inspiradoras e dos especialistas com as informações mais quentes e relevantes.</i></p>
Época	<p><i>“Conteúdo que transforma”</i> <i>“Toda semana, ÉPOCA vai além das notícias e antecipa tendências. Uma revista analítica, empreendedora, esclarecedora, inovadora, moderna e profunda”.</i></p>
Época Negócios	<p><i>“Inspiração para inovar”</i></p> <p><i>“A revista que antecipa hoje as tendências que vão influenciar os mais diferentes campos: economia, administração, marketing, carreira, gestão, finanças, e sustentabilidade. Um guia indispensável para líderes que vivem no mutante e veloz mundo dos negócios”.</i></p>
Galileu	<p><i>“Exercite sua curiosidade”</i></p> <p><i>“Galileu seleciona e traduz as mais inovadoras e relevantes ideias nos campos do comportamento, da ciência e da tecnologia, também acompanha os principais movimentos e tendências de consumo e traz histórias com personagens revolucionários e inspiradores”.</i></p>

Glamour	<p><i>“GLAMOUR, Algumas mulheres têm, outras também”</i></p> <p><i>“A revista GLAMOUR chega ao Brasil com a missão de injetar GLAMOUR no dia a dia da leitora: no closet, no nécessaire, na casa, no trabalho, na cama, na vida! Moda, beleza e celebridades são o tripé de uma revista divertida e alto-astral, um guia completo dos assuntos mais saborosos da atualidade”.</i></p>
Globo Rural	<p><i>“A palavra do campo”</i></p> <p><i>“Informação clara, oportuna e honesta sobre tudo o que interessa ao homem do campo. Reportagens variadas a cada edição, novidades em tecnologia e manejo, análises e tendências de mercado, serviços que auxiliem o produtor rural em sua atividade, dicas de cultivo e criação, comportamento, cultura, receitas, curiosidades e causos”.</i></p>
GQ	<ul style="list-style-type: none"> • <i>“A revista masculina mais conceituada do mundo. Muito prazer, somos a GQ”</i> <p><i>“Referência em estilo de vida para o homem moderno, GQ traz todos os meses as melhores entrevistas e reportagens especiais, ensaios com as mais lindas mulheres e tudo o que o homem antenado precisa saber sobre moda, estilo, cultura, tecnologia, saúde, esporte, fitness, carros, turismo e gastronomia. Sempre com elegância, inteligência e humor”.</i></p>
Marie Claire	<ul style="list-style-type: none"> • <i>“Chique é ser inteligente”</i> <p><i>“É uma revista com personalidade forte, dirigida a mulheres inteligentes e bem resolvidas, mostra toda a riqueza do universo feminino ao reunir reportagens polêmicas ao glamour da moda, depoimentos reveladores e divertidos sobre sexo e relacionamento, informações úteis de saúde e beleza”.</i></p>
Meus 5 Minutos	<ul style="list-style-type: none"> • <i>“Para a mulher que quer muito, sem perder tempo”</i> <p><i>“Somos MEUS 5 MINUTOS porque oferecemos uma ferramenta para você aproveitar melhor o tempo, especialmente as pausas que se dá o direito de tirar ao longo do dia. Para isso, reunimos em um só lugar o melhor das notícias de interesse feminino publicadas nos sites da Editora Globo, das Edições Globo Condé Nast e da Globosat”.</i></p>
Monet	<ul style="list-style-type: none"> • <i>“Entretenimento, TV e cultura pop”</i> <p><i>“Os bastidores do mundo do entretenimento, da cultura pop e o mais completo guia de programação da NET estão na revista MONET. São reportagens e entrevistas com os astros e os criadores dos melhores filmes, documentários, seriados e programas, sempre com grande apelo visual e editorial”.</i></p>
PEGN	<ul style="list-style-type: none"> • <i>“Conteúdo para quem quer crescer”</i> <p><i>“Pequenas Empresas & Grandes Negócios reúne a maior e mais importante comunidade de empreendedores do Brasil. A marca tem por missão encorajá-los e capacitá-los, além de inspirar as novas gerações que sonham fundar uma empresa. Produzimos, organizamos e compartilhamos conteúdo relevante sobre pequenos e médios negócios nas plataformas revista, site, aplicativos, vídeos, redes sociais e eventos”.</i></p>

QUEM	<ul style="list-style-type: none"> • “O mundo real dos famosos” <p><i>Quem é um passe-livre para o exclusivo universo das celebridades. Todas as semanas, traz as notícias mais quentes sobre os famosos: flagras, entrevistas, imagens impactantes e perfis, bastidores, festas e baladas. Quem ainda vai além das concorrentes e se diferencia no segmento com a agenda de entretenimento e cultura pop, no QUEM Pensa, mais um forte conteúdo de moda, beleza, consumo e estilo das celebridades.</i></p>
Vogue	<ul style="list-style-type: none"> • “Antes de estar na moda, está na Vogue” <p><i>Autoridade no universo fashion e há mais de 100 anos na vanguarda, Vogue é a revista de moda mais vendida no mundo. Estabelecendo padrões e antecipando tendências, a cada edição mostra as novidades em beleza, lifestyle, saúde e bem-estar.</i></p>

Fonte: Editora Globo. Disponível em: <http://anuncie.globo.com/editora-globo/> Acessado: 23/09/2017

A aparente segmentação oculta relações de poder e dominação que para o leitor comum não são visíveis. Muitos desses leitores podem acreditar que existe um número variado de revistas por que o público é diverso. Para Carla Luciana Silva, essa tese não se sustenta. Segundo a autora, as “revistas não propõem um pensamento de massa. Elas se ocupam de fragmentos da realidade, e o colocam como sendo a realidade total para parcelas com as quais dialoga”⁵⁵.

Outro perigo diz respeito os valores pós-modernos:

“A segmentação está claramente imbuída de preceitos pós-modernos como a negação da totalidade histórica e da história como processo. Além disso, elemento muito presente é a negação da possibilidade de ação coletiva e diluição da noção de classe, o que serve para negar a luta de classe, assumindo evidente posição ao lado da dominação nas lutas reais. Os sujeitos são segmentados em guetos, tribos, lugares cada vez menores”⁵⁶.

Podemos perceber que por trás da aparente segmentação, existe todo um projeto pedagógico, que educa, dita o comportamento, orienta as classes e produz hegemonia.

⁵⁵ Idem, p. 214.

⁵⁶ Idem, p. 212.

1.6 A REVISTA *ÉPOCA*

A revista *Época* é uma revista semanal, publicada no Brasil pela Editora Globo. Segundos dados ANER (Associação Nacional de Editores de Revista) é umas das revistas mais vendidas em território nacional.

Abaixo podemos visualizar uma tabela com as 10 principais revistas vendidas em circulação no país:

Circulação Revistas Semanais – 2013 x 2014 (Jan a Set)

Posição	Título	Editora	Circulação Média – Jan a Set/2013	Circulação Média – Jan a Set/2014
1	Veja	Abril	1.069.840	1.167.928
2	Época	Globo	387.956	390.709
3	IstoÉ	Três	332.813	322.518
4	Caras	Caras	335.453	264.195
5	Ana Maria	Abril	188.895	142.690
6	Contigo	Abril	147.552	136.199
7	Tititi	Abril	181.937	128.806
8	Malu	Alto Astral	126.141	116.311
9	Viva Mais	Abril	137.128	102.494
10	Minha Novela	Abril	146.044	98.692

Fonte: IVC - Revistas Pagas Ativas - Média por Edição - Publicação Principal - Total Brasil⁵⁷

Podemos perceber que em vendas *Época* perde apenas para a revista *Veja*, assumindo a segunda colocação do ranking. Obteve um aumento de vendas de 2013 para 2014, totalizando 390.709 revistas em circulação.

A missão, visão e crença da revista *Época* se mostram da seguinte forma:

1. **Nossa missão:** Fazer um jornalismo que capte o espírito do nosso tempo e ajude a construir o amanhã, converta informação em conhecimento, transforme a confusão em clareza.

⁵⁷ ANER – Associação Nacional dos Editores de Revista. Disponível em: <<http://www.aner.org.br/dadosde-mercado/circulacao>> Acessado em: 25/04/2018

2. **Nossa visão:** Nós e nossos leitores formamos uma comunidade que partilha interesses, ideias e opiniões em busca de um futuro melhor.

3. **Nossa crença:**

- a. Acreditamos na inovação em todos os campos.
- b. Acreditamos na diversidade, na pluralidade e no jornalismo independente e apartidário.
- c. Acreditamos numa postura crítica e propositiva, capaz de formular uma agenda de soluções para os problemas da atualidade.
- d. Acreditamos num mundo sem muros, globalizado, e procuramos práticas e ideias inspiradoras em todos os lugares.
- e. Acreditamos que a educação é prioritária para a sociedade.
- f. Acreditamos que o empreendedorismo é essencial para o desenvolvimento do Brasil.
- g. Acreditamos que a meritocracia é o melhor caminho para uma sociedade justa, dinâmica e próspera.
- h. Acreditamos que a transparência é a melhor defesa contra a corrupção e a ineficiência.
- i. Acreditamos que cuidar do meio ambiente é essencial para a nossa sobrevivência.
- j. Acreditamos na generosidade de pessoas e organizações que fazem o bem ao próximo.
- k. Acreditamos em promover uma vida saudável, equilibrada e feliz.

l. Acreditamos na interatividade com nossos leitores, propiciada pelas novas tecnologias.

m. Acreditamos em celebrar a cultura, a arte e a beleza em todas as suas manifestações⁵⁸.

⁵⁸ Disponível em: <<https://epoca.globo.com/tempo/noticia/2013/07/nossa-missao.html>> Acessado em: 26/04/2018

Segundo Ivan Elizeu Bomfim Pereira, a política editorial de *Época* sai em defesa da lógica do mercado, sendo expressa através de suas treze crenças, que na realidade seriam “eufemismos que engendrariam o posicionamento de interesses mercadológicos por meio de preocupações sociais”⁵⁹.

Época teve sua primeira publicação em 25 de maio de 1998 “e possui um projeto gráfico inspirado na revista alemã ‘*Focus*’, com a qual mantém um acordo para a utilização de material fotográfico e editorial com exclusividade no Brasil”⁶⁰.

Revista *Focus* e *Época*

Imagem 01⁶¹



Imagem 02⁶²



Nas imagens acima, podemos ver a semelhança entre as duas revistas, principalmente quando damos destaque ao logotipo. A publicação da revista *Focus* é datada de 2014. Já a capa da revista *Época* é de 25 de maio de 1998, primeira publicação da revista.

1.7 CONSIDERAÇÕES

⁵⁹ PEREIRA, Ivan Elizeu Bomfim. **O interesse nacional nas revistas Carta Capital, Época, IstoÉ e Veja**. Eles e *nosotros*. Dissertação de Mestrado em Comunicação e Informação. Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011, p. 81.

⁶⁰ MESQUITA, Flávio Agnelli. **As fontes jornalísticas no Caso Dossiê**: uma análise de enquadramento da cobertura das revistas *Veja*, *Época*, *IstoÉ* e *Carta Capital*. Dissertação de Mestrado em Arquitetura, Artes e Comunicação. Bauru, Universidade Estadual Paulista, 2008, p. 56.

⁶¹ Disponível em: <<https://www.focus-magazin.de/>> Acessado em: 26/04/2018

⁶² Disponível em: <<https://epoca.globo.com/>> Acessado em: 26/04/2018

Ao trabalhar com a mídia, toda forma de desnaturalização é necessária. Seja na televisão, rádio, jornal ou revistas, visões de mundo são produzidas. Nesse sentido, com as empresas do Grupo Globo não seria diferente.

A marca Grupo Globo apresenta em seu repertório um leque de opções para os mais diversos públicos. Entender que essa segmentação faz parte de uma manobra que visa manter por via do consenso (nem sempre visível) as relações (seja em seu aspecto econômico ou social) de ordem capitalista, é fundamental para que a crítica seja feita.

Dentre todas as empresas do Grupo Globo apresentadas, a que tem maior importância é sem sombras de dúvidas a Rede Globo de Televisão. Para que haja um melhor entendimento do discurso de classe e atuação partidária da revista *Época*, foi necessário apresentar e compreender as relações da empresa como um todo, pois como foi destacado, existe uma fragmentação, mas isso não passa de um equívoco.

CAPÍTULO 2 – REVISTA *ÉPOCA*: A BUSCA PELA ESTABILIDADE ECONOMICA NOS GOVERNOS DE FHC E LULA

Este capítulo tem como ideia central mostrar a relação da revista *Época* com os governos de Fernando Henrique Cardoso (FHC)⁶³ e Luís Inácio Lula da Silva. A partir dessa premissa, foi realizado um levantamento das reportagens das sessões Economias & Negócios e Brasil, com o objetivo de compreender quais assuntos foram destacados pela revista no que tange a forma de como foi conduzida a política econômica em ambos os governos.

2.1 O ESTADO EM GRAMSCI: SOCIEDADE POLÍTICA E SOCIEDADE CIVIL

No século XIX começaram a aparecer às primeiras interpretações críticas em torno da ideia de um “Estado de todos”. Autores como Hegel, discordavam do caráter ahistórico do Estado, assim como da ideia da existência de um contrato social, que dava todos os poderes ao governante. No entanto, é com a matriz marxiana que ecoaram os maiores gritos de recusa do modelo jusnaturalista.

Sônia Regina Mendonça enfatiza que na matriz marxiana assim como a jusnaturalista, também opera com uma dualidade de conceitos, porém, ao invés de lançar mão dos termos sociedade de natureza versus sociedade civil, é utilizado em uma perspectiva dialética sociedade civil e sociedade política, que apesar de familiares, são empregados com sentidos diferentes, resultando em uma visão distinta de Estado.

É importante notar que se introduziu um outro termo como binômio: a ‘sociedade política’ no lugar da antiga ‘sociedade civil’. Longe de ser mero formalismo. Essa alteração atinge o cerne do modelo jusnaturalista, uma vez que se separa, com clareza, uma esfera propriamente política, da esfera civil, demonstrando, de uma forma ou de outra, algo peculiar: o homem, no modelo marxiano, jamais teria vivido historicamente um ‘estado de natureza’ e, mais que isso, que a sociabilidade humana não se esgota somente – tal como o modelo anterior o estipulara – no âmbito do puramente político⁶⁴.

⁶³ A revista *Época* num primeiro momento utiliza as iniciais FH para se referir à Fernando Henrique Cardoso. Nesta tese será utilizado FHC.

⁶⁴ MENDONÇA, Sônia Regina. Estado e Sociedade. In: MATTOS, Marcelo Badaró (org). **História: pensar e fazer**. Rio de Janeiro: Laboratório Dimensões da História, 1998, p. 18.

Outro ponto de contraposição importante entre a matriz jusnaturalista e marxiana, é que a segunda não concebe o Estado enquanto soma de individualidades, pois não parte da ideia da sociedade como um somatório de individualidades. Se existe natureza no homem, está é de ordem social, portanto, possível de mudança.

Os homens têm uma sociabilidade própria que lhes é dada, em cada momento da história, pelo lugar que ocupam no processo de produção e de trabalho. Alguns, neste caso, são proprietários dos meios de produzir e fazer trabalhar, enquanto outros, não. Os não proprietários, por sua vez, exercem distintas funções no processo produtivo, podendo ser operários, lavradores etc., etc. Em suma, o que a matriz marxiana apresenta é uma visão histórica e classista da sociedade e dos homens. Estes pertencem sempre a uma classe social, por sua posição faces aos meios de produção, não existindo, em tempo algum, individualidades soberanas em ‘estado de natureza’, quer este esteja concebido como estado ‘de guerra’ ou de qualquer outra forma⁶⁵.

O Estado teria surgido da necessidade de assegurar a propriedade privada, além de “ocultar sua apropriação, mediante leis e demais medidas coercitivas, que garantiriam que os despossuídos não só permanecessem nesta condição, como também que não se rebelassem contra ela”⁶⁶.

Essa é uma das particularidades do Estado capitalista moderno “a única instituição que tem a capacidade de fazer com que interesses sociais particulares possam aparecer como interesses de toda a sociedade”, desta forma, “o Estado sintetiza os costumes e valores compartilhados e projeta rumos e metas comuns para os membros da sociedade. O Estado se apresenta como comunidade”⁶⁷.

⁶⁵ Idem, p. 18

⁶⁶ Idem, p. 19.

⁶⁷ OSÓRIO, Jaime. **O Estado no centro da mundialização**: a sociedade civil e o tema do poder. 1ª. ed. São Paulo: Outras expressões, 2014.

O legado da concepção de um Estado como representante das classes dirigentes, defendida por Marx, foi um avanço, mas também um retrocesso, pois fez com que surgissem interpretações mecanicistas das relações sociais humanas, que priorizaram a supremacia do econômico sobre o político, ideológico e social. A corrente mecanicista via o Estado, como um **Estado objeto**. De acordo com essa interpretação o Estado “existiria para garantir e fazer valer os interesses econômicos das classes dominantes”⁶⁸.

A concepção de Estado objeto ao invés de enriquecer o debate, o empobreceu. Ao enaltecer o caráter do Estado enquanto um fantoche nas mãos das classes dominantes

perdeu-se toda a complexidade das relações sociais. É no século XX que as análises marxistas sobre o Estado ganharam novo folego, especialmente pelas discussões promovidas por Antônio Gramsci, que não interpretou o Estado como sujeito, nem objeto, mas sim um complexo de Relações Sociais.

Ao fazer sua interpretação do Estado a partir do pensamento marxiano, Gramsci recuperou os conceitos de **sociedade civil** e **sociedade política**, só que os redefiniu, recriando o conceito de Estado, o que o levou a ideia de **Estado Ampliado**⁶⁹. Para Gramsci é impossível pensar em uma dicotomia entre a sociedade civil e política.

Para compreender o Estado enquanto uma **relação** é necessário operar com uma visão triádica, existindo, para Gramsci, três níveis de percepção da sociedade e do Estado: a) a **infraestrutura** – que, tal como para Marx, consiste no espaço das relações de produção de trabalho, na economia, simplificadamente falando; b) a **sociedade civil** – conjunto dos indivíduos organizados nos chamados aparelhos privados de hegemonia e cerne da ação/pressão política consciente, dirigida a obter certos objetivos e, finalmente, c) a **sociedade política** – ou ‘Estado em sentido restrito’, identificando ao que mais comumente designamos como Estado, isto é, o conjunto de aparelhos e agências do poder público, propriamente dito. O peculiar na visão de Estado ampliado de Gramsci é que ele, enquanto relação social, engloba **tanto a sociedade civil quanto a sociedade política**, numa interação permanente⁷⁰.

Gramsci apresenta duras críticas e enfatiza o erro teórico dos jusnaturalistas (contratualistas)⁷¹ que realizaram um corte entre a sociedade civil e sociedade política:

⁶⁸ MENDONÇA (1998), Op. Cit., p. 19.

⁶⁹ Sobre a ideia de Estado Ampliado ver: BUCI-GLUCKMANN, Christinne. **Gramsci e o Estado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980 e LIGUORI, Guido. **Roteiros para Gramsci**. Rio de Janeiro: EDUF RJ, 2007.

⁷⁰ MENDONÇA (1998), Op. Cit., p. 20 negritos da autora.

⁷¹ Gramsci usa o termo economicismo, ou movimento teórico do livre-câmbio.

A formulação do movimento do livre-câmbio baseia-se num erro teórico cuja origem prática não é difícil identificar, ou seja, baseia-se na distinção entre sociedade política e sociedade civil, que de distinção metodológica é transformada e apresentada como distinção orgânica. Assim, afirma-se que a atividade econômica é própria da sociedade civil e que o Estado não deve intervir na sua ‘regulamentação’ de caráter estatal, introduzida e mantida por via legislativa e coercitiva: é um fato de vontade consciente dos próprios fins, e não a expressão espontânea, automática, do fato econômico. Portanto, o liberalismo é um programa político, destinado a modificar, quando triunfa, os dirigentes de um Estado e o programa econômico do próprio Estado, isto é, a modificar a distribuição da renda nacional⁷².

Diferente da matriz liberal, Gramsci realizou uma leitura onde prevaleceu a unidade-distinção entre os termos **sociedade política** e **sociedade civil**, levando-o a uma leitura totalizadora do Estado, conseqüentemente sua ampliação, ou integração.

Mas por que Gramsci trabalhou o Estado em sua perspectiva integral?

Para Guido Liguori, “Gramsci tem uma concepção dialética da realidade histórico-social, em cujo contexto Estado e sociedade civil são entendidos num nexo de unidade-distinção”⁷³.

Gramsci não analisou a realidade histórica de seu tempo através de uma única via, o que o marxista sardo propôs foi compreender a realidade econômico-político em uma “dupla perspectiva”. Para Gramsci existem

... vários graus nos quais se pode apresentar a dupla perspectiva, dos mais elementares aos mais complexos, mas que podem ser reduzidos teoricamente a dois graus fundamentais, correspondentes à natureza dúplice do Centauro maquiavélico, ferina e humana, da força e do consenso, da autoridade e da hegemonia, da violência e da civilidade, do

⁷² GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do cárcere, volume 3**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 47.

⁷³ 86 LIGUORI (2007), Op. Cit., p. 13.

momento individual e daquele universal (da ‘Igreja’ e do ‘Estado’), da agitação e da propaganda, da tática e da estratégia, etc.⁷⁴.

De acordo com Liguori, as muitas notas sobre força e consenso, direção e domínio encontrados nos Cadernos, mostra que a relação entre sociedade política e sociedade civil também é dialética, portanto, de unidade-distinção.

A complexidade do papel do Estado (‘integral’) reside no fato de reunir força e consenso num nexó dialético, de unidade-distinção, no qual, em geral no ‘Ocidente’ o elemento do consenso é o que predomina, sem que evidentemente a ‘força’ desapareça. Tal como demonstraram até mesmo os casos extremos do fascismo e do nazismo⁷⁵.

É necessário um Estado de classe forte para a consolidação de um projeto burguês de sociedade. Essa consolidação se dá por duas vias: a força e o consenso. Partindo do pressuposto que membros da sociedade civil estão presentes no Estado, a partir do momento que lá se encontram e levam consigo seus interesses particulares de classe para o campo do poder estatal, tem-se a necessidade da formulação de um consenso.

Os aparelhos privados de hegemonia, como a imprensa, são de fundamental importância para a compreensão do Estado. Como observa Liguori, amparado pelo pensamento de Gramsci: “o fato de que tais organismos voltados para a formação do consenso estejam articulados dialeticamente ao Estado permite dizer, sem ambiguidade, que Gramsci está propondo uma leitura forte da morfologia do poder na sociedade”⁷⁶.

Numa sociedade, como a brasileira, onde a mídia exerce um grande poder sobre a coletividade nacional, transformando-se numa força dominante de socialização e alienação, não podemos correr o risco de separar força e consenso, direção e domínio, uma vez que tais fatores devem ser analisados de maneira conjunta, para melhor compreensão das formas de poder na sociedade contemporânea.

2.2 A HEGEMONIA EM GRAMSCI: INTELECTUAIS E APARELHOS HEGEMÔNICOS

⁷⁴ GRAMSCI (2000), Op. Cit., p. 33.

⁷⁵ LIGUIRI (2007), Op. Cit., p. 16-17.

⁷⁶ LIGOURI (2007), Op. Cit., p. 21-22.

Ao escrever sobre hegemonia, intelectuais, aparelhos privados de hegemonia, Gramsci levou a discussão do Estado ampliado para outra dimensão, “para além da força, que é tão ou mais importante do que ela para sua estruturação e preservação. Esta dimensão, é para Gramsci, a cultura”⁷⁷.

... cultura para Gramsci não é a erudição dos sábios, mas o conjunto da visão de mundo – valores, crenças e auto percepções de seu lugar na sociedade – desenvolvidas por cada grupo social ou fração de classe. No mundo contemporâneo, nem certos grupos conseguem desenvolver sua própria visão de mundo, por falta de sua organização em aparelhos privados de hegemonia dentro da sociedade civil. Assim sendo, adotam, como sua, a visão de mundo de outros grupos, quase sempre os dominantes. Esse é o princípio de funcionamento do que Gramsci chama de hegemonia, ou seja, quando a visão de mundo (cultura) de um dado grupo se impõe sobre o conjunto dos demais, sendo por todos eles partilhada. Para tanto é fundamental o papel do Estado em seu sentido restrito⁹¹.

A dominação das classes burguesas não se dá apenas via violência, mas também, por meio do consentimento. Aqui reside a importância dos aparelhos privados de hegemonia, que juntamente com o Estado repressivo, promovem a visão da classe ou

fração de classe dominante. Nas próprias palavras de Gramsci: “na noção geral de Estado entram elementos que devem ser remetidos à noção de sociedade civil (no sentido, seria possível dizer, de que o Estado = sociedade política + sociedade civil, isto é, hegemonia couraçada de coerção) ”⁷⁸.

De acordo com Gilberto Calil,

Os Aparelhos Privados de Hegemonia (APH), no âmbito da reflexão de Gramsci, são compreendidos como os variados e contraditórios

⁷⁷ MENDONÇA (1998), Op. Cit., p. 21. ⁹¹

Idem, p. 21.

⁷⁸ GRAMSCI *apud* LIGOURI (2007), Op. Cit., p. 29.

instrumentos organizativos construídos no âmbito da Sociedade Civil, pelas diversas classes, com o objetivo de disputa da hegemonia⁷⁹.

O Estado “é o sujeito da iniciativa político-cultural, mesmo agindo, como sabemos, seja por meio de canais explicitamente públicos, seja por meio de canais aparentemente privados”⁹⁴. A atualidade desta reflexão é tamanha e se expressa acima de tudo com:

O desenvolvimento do *mass media* e sua incidência político-cultural são tão amplamente reconhecidos: de fato, aos velhos ‘aparelhos hegemônicos’, como a escola ou a imprensa, somou-se a televisão – fundamental na criação do senso comum – terreno em que muitas vezes as conotações de ‘público’ ou ‘privado’, e ‘político’ ou ‘econômico’ encontram muitas dificuldades⁹⁵.

O papel dos intelectuais e seu exercício também mereceu destaque nos estudos de Gramsci. Tais discussões de acordo com Liguori levou Gramsci a desenvolver sua teoria da hegemonia.

Em suas cartas para Tania (7 de setembro de 1931), Gramsci já começava a dar importância para os intelectuais:

O projeto de estudo que fiz sobre os intelectuais é muito amplo [...]. Este estudo também leva a certas determinações do conceito de Estado, que, habitualmente, é entendido como sociedade política (ou ditadura, ou aparelho coercitivo, para moldar a massa popular segundo o tipo de produção e a economia de um dado momento), e não como um equilíbrio da sociedade política com a sociedade civil (ou hegemonia de um grupo social sobre toda a sociedade nacional, exercida através das organizações

ditas privadas, como a Igreja, os sindicatos, as escolas etc.), e é especialmente na sociedade civil que operam os intelectuais⁸⁰ (GRAMSCI apud LIGUORI, 2007, p. 20-21).

Gramsci destaca que:

Intelectuais são os ‘prepostos’ do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político, isto é: 1)

⁷⁹ CALIL, Gilberto. Aparelhos privados e hegemonia: a sociedade civil como instância da luta de classes. **Qué Universidad necesitan los pueblos**. Rosário: Grupo de Trabajo Hacer La Historia, 2009. ⁹⁴ LIGOURI (2007), Op. Cit., p. 22. ⁹⁵ Idem, p. 22-23.

⁸⁰ GRAMSCI apud LIGOURI (2007), Op. Cit, p. 20-21.

do consenso ‘espontâneo’ dado pelas grandes massas da população à orientação impressa pelo grupo fundamental dominante à vida social, consenso que nasce ‘historicamente’ do prestígio (e, portanto, da confiança) obtida pelo grupo dominante por causa de sua posição e da sua função no mundo do produção; 2) do aparelho de coerção estatal que assegura ‘legalmente’ a disciplina dos grupos que não ‘consentem’, nem ativa nem passivamente, mas que é constituído para toda a sociedade na previsão dos momentos de crise no comando e na direção, nos quais desaparece o consenso espontâneo⁸¹.

Ainda na mesma nota do volume 2 dos Cadernos (nota 3 Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo) Gramsci alerta para a dificuldade na criação de novas camadas de intelectuais. Tal problema “consiste em elaborar criticamente a atividade intelectual que cada um possui em determinado grau de desenvolvimento”, pois somente assim, através da modificação do esforço muscular-nervoso, “que inova perpetuamente o mundo físico e social, torna-se o fundamento de uma nova e integral concepção do mundo”⁸².

Existe um nexos entre a capacidade de elaboração de uma visão de mundo e concretização da hegemonia. A construção de uma hegemonia está relacionada com a capacidade de uma classe, seja ela subalterna ou dominante, de elaborar sua própria e autônoma visão de mundo. Por hegemonia, entende-se “a elaboração de uma nova *civilitá* de uma nova civilização. É uma reforma intelectual e moral”⁸³ (DIAS, 1996, p. 10). Destaca-se ainda, que o que está em discussão é o desenvolvimento de forças que leve a formação de uma vontade coletiva nacional-popular, “em direção à realização de uma forma superior e total de civilização moderna’ (1560, MPE 8-9) da qual o partido dessa classe deve ser o porta-voz e o organizador”¹⁰⁰ (DIAS, 1996, p. 10).

O partido deve ser o responsável pela construção de uma nova visão de mundo, que consiga destruir a visão de mundo anterior, e se apresente como possibilidade na instauração de uma nova *civilitá*.

⁸¹ GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do cárcere, volume 2**. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 21.

⁸² Idem, p. 53.

⁸³ DIAS, Edmundo Fernandes. **Política brasileira: embates de projetos hegemônicos**. São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2006, p. 10. ¹⁰⁰ Idem, p. 10.

Uma parte importante do moderno Príncipe deverá ser dedicada à questão de uma reforma intelectual e moral, ou seja, à questão religiosa ou de uma concepção do mundo [...] O moderno Príncipe deve e não pode deixar de ser o pregoeiro e organizador de uma reforma intelectual e moral, o que além disso significa criar o terreno para um ulterior desenvolvimento da vontade coletiva nacional popular até ao cumprimento de uma forma superior e total de civilização moderna⁸⁴.

O partido só conseguirá realizar a tarefa de desconstrução/construção, quando mobilizar as vontades, organizando-as e dando-lhes homogeneidade. Por apresentar muitas vezes uma visão de mundo fragmentada e desordenada, o partido, passa a ser para a classe trabalhadora, uma possibilidade de “intervenção consciente na história”, na construção de uma nova universalidade. Assim, “todo e qualquer movimento político que pretenda a construção de uma hegemonia tem que criar, necessariamente, uma leitura da história com a qual e pela qual pode apresentar-se como projeto”⁸⁵.

O papel dos partidos e intelectuais, se mostra de extrema importância, uma vez que “pela própria organização do mundo da produção, as classes dominantes tentam inibir a formação de intelectuais para as classes subalternas”⁸⁶.

Para Gramsci todos os homens são intelectuais, mas de acordo com ele “nem todos os homens desempenham na sociedade a função de intelectuais”⁸⁷, uma vez que

Esse exercício diferenciado ocorre paralelamente com a formação de ‘categorias especializadas para o exercício da função intelectual.’ (idem, IOC 8) Esta é uma necessidade objetiva das classes sociais. Assim ‘todo grupo que se desenvolve no sentido do domínio (...) luta pela assimilação e conquista ‘ideológica’ dos intelectuais tradicionais, assimilação e conquista que são tão mais rápidas e eficazes quanto mais o grupo em questão elabora simultaneamente seus próprios intelectuais orgânicos’⁸⁸.

⁸⁴ GRAMSCI (2000), Op. Cit., p. 18.

⁸⁵ DIAS, Edmundo Fernandes. **Hegemonia**: racionalidade que se faz história. In: DIAS, Edmundo Fernandes (org). O outro Gramsci. 3ª. ed. São Paulo, 1996, p. 16.

⁸⁶ Idem, p. 33.

⁸⁷ GRAMSCI apud DIAS (1996), Op. Cit., p. 32.

⁸⁸ GRAMSCI apud DIAS (1996), Op. Cit., p. 32.

Esse seria um dos aspectos da hegemonia, segundo Dias: criar “uma massa de homens capazes de ‘pensar coerentemente e de modo unitário’ o presente e, portanto, de projetar para o futuro, na perspectiva de um novo patamar civilizatório”. Desmistificar o conteúdo ideológico de uma classe, evoluir do senso comum à filosofia, é condição necessária (apesar de não ser suficiente), no desenvolvimento de uma nova hegemonia, “é um primeiro passo na direção da coerência e de unitariedade da nova concepção”⁸⁹ e um dos primeiros passos na direção de uma nova visão de mundo é a formação de intelectuais.

Autoconsciência crítica, histórica e politicamente criação de uma elite de intelectuais: uma massa humana não se ‘distingue’ e não se torna independente ‘per se’ sem organizar-se (em sentido lato). Não existe organização sem intelectuais, isto é, sem organizadores e dirigentes, sem que o aspecto teórico do nexo teoria-prática se distinga concretamente em um estrato de pessoas ‘especializadas’ na elaboração conceitual e filosófica⁹⁰ (GRAMSCI apud DIAS, 2006, p. 72).

Nessa mesma linha de raciocínio, Edmundo Dias destaca que

Os intelectuais formados por esses saberes de classe tornaram-se disponíveis para o exercício de elaboração/manutenção da ordem intelectual política e dominante. São eles que ditam o universo das questões, o que ler, os que julgam a legitimidade intelectual podendo desqualificar o pensamento do (s) outro (s). Ao proceder desse modo se expressam sempre na forma de expansão/defesas das classes dirigentes/dominantes. Trabalham no interior da ordem¹⁰⁸.

Podemos observar que os escritos de Gramsci nos apresentam vários elementos para pensar a sociedade capitalista contemporânea. Através de uma leitura dialética, de unidade-distinção, os vários conceitos (Estado, consenso, hegemonia, aparelhos privados de hegemonia, partido e intelectuais) se articulam entre si, o que nos permite pensar e analisar vários contextos históricos e sociais, como por exemplo, a História do Brasil

⁸⁹ DIAS (2006), Op. Cit., p. 71.

⁹⁰ GRAMSCI *apud* DIAS (2006), Op. Cit., p. 72. ¹⁰⁸ Idem, p. 109.

contemporâneo a partir da revista *Época*, que enquanto aparelho privado de hegemonia, buscou construir um consenso em torno de questões político econômicas.

2.3 IMPRENSA A FAVOR DO CAPITAL

Ignácio Ramonet, já apontava na década de 1990 a consolidação de um discurso universalizante do capitalismo, sustentados pela ideologia neoliberal, que se colocou em defesa dos interesses das formas econômicas do capital⁹¹.

*Atrapados. En las democracias actuales, cada vez son más los ciudadanos que se sienten atrapados, empapados en una especie de doctrina viscosa que, insensiblemente, envuelve cualquier razonamiento rebelde, lo inhibe, lo perturba, lo paraliza y acaba por ahogarlo. Esta doctrina es el pensamiento único, el único autorizado por una invisible y omnipresente policía de la opinión*¹¹⁰.

O discurso do Pensamento Único ganhou força a partir de 1989, ano da queda do Muro de Berlim e derrocada do chamado “socialismo real”. Durante a década de 1990, presenciamos uma série de reformas no campo econômico, político e social⁹².

Ramonet indica algumas características dessa forma de pensamento, dentre elas: a superação da política pela economia, a valorização do mercado “*cuya mano invisible corrige las asperezas y disfunciones del capitalismo*”, da concorrência da competitividade que “*estimulan y dinamizan las empresas, conduciéndolas a una permanente y benéfica modernización*”, do livre câmbio “*factor del desarrollo ininterrumpido del comercio y, por tanto, de nuestras sociedades*”, mundialização da produção manufatureira e dos fluxos financeiros, divisão internacional do trabalho, que “*modera las reivindicaciones sindicales y rebaja los costes salariales*”, moeda forte, “*factor de estabulación*”⁹³, a desregulamentação, as privatizações, a liberalização dentre outras características.

O Estado é um conjunto de relações sociais, que também está sujeito à conflitos e antagonismos de classe. Frações de classe que buscam fazer parte da Sociedade Política,

⁹¹ LE MONDE DIPLOMATIQUE. **Pensamiento Crítico vs Pensamiento Único**. Madrid: Debate, 1998. ¹¹⁰ RAMONET, Ignácio. Introducción. In: LE MONDE DIPLOMATIQUE. Op. Cit., p. 15.

⁹² Nesse sentido o “Consenso de Washington” foi importante na criação de uma cartilha que tinha como pauta a defesa do neoliberalismo para a América Latina. Sobre esse assunto, ver: BATISTA, P. N. O consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas Latino-Americanos. In: BATISTA JR., P. N. **Paulo Nogueira Batista: pensando o Brasil: ensaios e palestras**. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2009.

⁹³ RAMONET, Ignácio. Introducción. In: LE MONDE DIPLOMATIQUE. Op. Cit., p. 16-17.

consequentemente procuram consolidar por vias legais sua legitimidade, com o intuito de garantir a manutenção do *status quo* ou sua superação. No caso da ideologia neoliberal, é na classe (frações de classe) capitalista nacional e internacional, em especial financeira, que se encontra seus principais porta-vozes.

O Estado não deve ser entendido somente como uma instituição que usa apenas o poder legítimo da força, pois também busca construir consenso. Nesse sentido, são importantes as ideias de Gramsci e sua concepção de Estado Ampliado. Quando membros da sociedade civil estão presentes no Estado, levam consigo seus interesses particulares de classe para o campo do poder estatal. A ideologia já começa a ser construída muito antes de se chegar ao Estado, por meio do consenso, na sociedade civil.

Negar as contribuições que alguns meios de comunicação, como a imprensa escrita têm para a manutenção das relações capitalista seria um erro. Com a criação e transmissão de notícias, a imprensa desenvolve uma relação com seu receptor, cria significados em torno de um determinado acontecimento, dá explicações, constrói verdades e posteriormente vende-as como sendo a própria História.

A construção deste pseudo “conhecimento histórico”, nos moldes realizados pela mídia, configura-se num importante instrumento de perpetuação do Pensamento Único. A apreensão crítica da realidade é dificultada em função: da naturalização do acontecido (a partir da qual o evento assume um caráter de inevitabilidade que muitas vezes, o legitima); da sua dissociação com os demais eventos, da análise reduzida à escala local e conjuntural – sem referências aos processos mais amplos, e às estruturas -; do enfoque dado aos antagonismos étnicos, raciais, de gêneros em detrimento de outras contradições mais significativas – como, por exemplo, as de classe⁹⁴.

Carla Luciana Silva ao proceder sua pesquisa tendo por objeto de estudo a revista *Veja* observa que a imprensa se coloca como portadora de uma verdade histórica, com o

⁹⁴ RODRIGUES, Gabriela. História: uma ciência do presente. In: FERNANDES, É. P. et. all (org.) **CONTRAPONTO** – Ensaio de História Imediata. Porto Alegre: Folha da História/Livraria Palmarinca Editora, 1999, p. 17.

objetivo de “rascunhar a história e publicar ‘apenas’ as notícias ‘dignas de serem publicadas’”⁹⁵.

Segundo essa concepção, ela não faz uma interpretação sobre a história, muito menos faz parte da história. É apenas uma prestadora de serviços que resume, de forma “crítica, opinativa e real”, os acontecimentos, ainda que reconheça que essa história precise ser “passada a limpo”¹¹⁵.

A notícia se torna mercadoria, a verdade, que é anunciada como imparcial, tem partido. Como bem escreveu Ciro Marcondes Filho “imprensa e o capitalismo são pares gêmeos”⁹⁶ e que a atividade profissional de jornalista, bem como o próprio órgão de imprensa, é uma atividade e instituição (privada) que nasceu e se desenvolveu a partir do modo de produção capitalista, passando por grandes mudanças desde sua criação por Johannes Gensfleisch zur Laden zum Gutenberg, até chegar no século XIX, quando Friedrich König cria a imprensa rápida, possibilitando um avanço na relação entre imprensa e capital.

O advento de uma máquina tão impressionante encareceu os custos das publicações. Os jornais vendidos não cobriam os prejuízos, o que levou a perda da liberdade política e passaram “a ser limitada pelas exigências econômicas: a imprensa, para sobreviver necessitará de investimentos crescentes em equipamentos”, que acarretou uma ruptura entre “imprensa como empresa capitalista e imprensa partidária”⁹⁷.

“A imprensa burguesa, particularmente a partir de 1830, começara a definir-se como imprensa de negócios para o comércio de anúncios. É nessa mercantilização do jornalismo que se separam as tendências” [...] como empresa capitalista, é essa imprensa que mantém as características originais da atividade jornalística: a busca da notícia, o furo, o caráter de atualidade, a aparência de neutralidade, em suma, o caráter “libertário e independente” [...] “assim como o funcionamento econômico é regido pelo *laissez-faire*, também em pleno capitalismo concorrencial a análise jornalística reflete o livre jogo de forças capitalistas da disputa política”,

⁹⁵ SILVA, Carla Luciana Souza da. **Veja:** o indispensável partido neoliberal (1989 a 2002). Tese de doutoramento em História. Niterói, UFF, 2005, p. 96. ¹¹⁵ Idem, p. 100.

⁹⁶ MARCONDES FILHO *apud* MORETZSOHN, Sylvia. **Jornalismo em tempo real:** o fetiche da velocidade. Rio de Janeiro: Revan, 2002, p. 40.

⁹⁷ Idem, p. 44.

o que lhe confere uma aparência pluralista, distintamente do caráter da imprensa partidária, contrária a lógica empresarial⁹⁸.

Destacar os interesses econômicos da imprensa, não significa descartar sua atuação político partidária. Tal posicionamento ficou explícito nos tópicos anteriores. A simples negação da atividade política da imprensa é perigosa, pois corre-se o risco de “manter uma atitude passiva da sociedade frente ao brutal processo de espoliação e exclusão vivido atualmente”⁹⁹.

A imprensa capitalista que se desenvolveu por volta do século XIX amparou-se em princípios liberais. As práticas jornalísticas cada vez mais tendiam para um discurso em que priorizava o bem comum. A parcialidade, os interesses privados eram camuflados

por um posicionamento que tinha como proposta “‘esclarecer os cidadãos’, relacionada a critérios de objetividade que dizem respeito ao suposto poder de ‘verdade’ contido nos próprios fatos”¹⁰⁰. Essa noção de verdade, possibilitou a formulação de alguns dos princípios básicos da imprensa, como a teoria da responsabilidade social e a definição de “quarto poder”.

A teoria da responsabilidade social da imprensa (TRSI) chegou ao seu auge em 1947 com a publicação do relatório *A Free and Responsible Press*, produzida pela Comissão Hutchins, que ditava uma nova agenda para a imprensa a partir de um conjunto de encaminhamentos, destinada a “proporcionar ‘um relato verdadeiro, completo e inteligente dos acontecimentos diários dentro de um contexto que lhes dê significado’. Assim, já não bastaria apenas relatar o fato verdadeiramente: ‘agora tornou-se necessário relatar a verdade sobre os fatos’”¹⁰¹.

Paralelamente ao relatório *A Free and Responsible Press*, uma nova doutrina foi criada, com o objetivo de refutar e mostrar as incongruências por trás dos princípios

⁹⁸ Idem, p. 44.

⁹⁹ RODRIGUES, Gabriela (1999), Op. Cit., p. 21.

¹⁰⁰ MORETZSOHN (2002), Op. Cit., p. 55.

¹⁰¹ Idem, p. 57. ¹²²

Idem, p. 59.

norteadores da proposta da Comissão Hutchins. Conhecida como **“o povo tem o direito de saber”**, tinha como premissa a ideia de que “‘o público tem o direito de saber o que o governo está fazendo e que a imprensa é a representante do público’ na tentativa de obter essas informações”¹²².

Consolidou-se no imaginário da imprensa estadunidense que sua responsabilidade com o público é pautada pelo direito a informação sobre os assuntos referente ao governo, seja em nível municipal, estadual ou federal. Tal postura reafirmou ideias historicamente associadas à imprensa, como “cão de guarda” e “representante do povo”, ligadas a antiga noção de “quarto poder”, que teve como percussor o inglês Thomas Macauley, em 1828.

Na visão liberal, “esse poder estaria colocado acima dos conflitos sociais, a ponto de tornar a imprensa capaz de imparcialmente julgar os atos do demais poderes institucionalizados, tornando-se uma entidade que vigiaria os outros poderes”¹⁰². Seu posicionamento como agente neutro, geraria um suposto privilégio que daria o direito de acesso “às informações, para delas fazer as checagens e a divulgação que achar

necessário, mas supondo que sempre o resultado do seu trabalho será a notícia, um relato verdadeiro dos fatos”¹⁰³.

2.3.1. Breve explanação sobre os padrões de manipulação da grande imprensa

As questões até então levantadas possibilitam que o padrão liberal de imprensa seja colocado em xeque. A partir de uma análise gramsciana, é possível desmistificar a ideia de parcialidade da imprensa e desnudar seu caráter partidário. Somada a essa abordagem crítica, acrescenta-se as contribuições de Perseu Abramo que buscou apresentar os padrões de manipulação da grande imprensa.

Para esse autor, a manipulação da informação é uma das principais características do jornalismo brasileiro, não passando de retórica a máxima que afirma que os órgãos de imprensa escrevem sobre a realidade, ou seja, negasse a subjetividade em nome de uma

¹⁰² SILVA, Carla Luciana. **Veja:** mais um partido neoliberal. In: História & Lutas de Classe. Dossiê: Linguagem, comunicação e cultura. Ano 1 – ed. n° 2, fevereiro 2006, p. 74.

¹⁰³ Idem, p. 74.

pseudo objetividade. Por isso “a maior parte do material que a imprensa oferece ao público tem algum tipo de relação com a realidade”, porém uma relação indireta, que ao invés de mostrar a realidade tal como ela é, distorce-a, “tudo se passa como se a imprensa se referisse à realidade apenas para apresentar outra realidade, irreal, que é a contrafação da realidade real”, essa outra realidade “é uma realidade artificial, não real, irreal, criada e desenvolvida pela imprensa e apresentada no lugar da realidade real”¹⁰⁴.

O processo de manipulação da realidade tem cinco formas: **padrão de ocultação, padrão de fragmentação, padrão da inversão, padrão de indução** e por fim, **padrão global ou padrão específico do jornalismo de televisão e rádio**¹⁰⁵.

O **padrão de ocultação** está relacionado ao que se chama de **fato jornalístico**. Há uma divisão do fato jornalístico em: **fatos jornalísticos** (propriamente ditos) e **fatos não jornalísticos**. Nessa divisão acaba-se excluindo o que a imprensa considera não jornalístico, fazendo parte da pauta apenas o que ela considera como fatos jornalísticos. De acordo com Abramo

O mundo real não se divide em fatos jornalísticos e não-jornalísticos, pela primária razão de que as características jornalísticas, quaisquer que elas

sejam, não residem no objeto da observação, e sim no sujeito observador e na relação que este estabelece com aquele. O “jornalístico” não é uma característica intrínseca do real em si, mas da relação que o jornalista, ou melhor, o órgão do jornalismo, a imprensa, decide estabelecer com a realidade¹⁰⁶.

No padrão de fragmentação o “todo real é estilhaçado, despedaçado, fragmentado em milhões de minúsculos fatos particularizados, na maior parte dos casos desconectados entre si, despojados de seus vínculos com o geral, desligados de seus antecedentes”, ou ao contrário, são “reconectados e revinculados de forma arbitrária e que não

¹⁰⁴ ABRAMO, Perseu. **Padrões de manipulação da grande imprensa**. 1ª ed. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2003, p. 23-24.

¹⁰⁵ O último padrão não será discutido nesta pesquisa.

¹⁰⁶ ABRAMO (2003), Op. Cit., p. 26.

correspondem aos vínculos reais, mas a outros ficcionais e artificialmente inventados”¹⁰⁷. Tal padrão direciona duas operações básicas: a seleção de aspectos e a descontextualização.

O padrão de inversão é o “que opera o reordenamento das partes, a troca de lugares e importância dessas partes, a substituição de umas por outras”¹⁰⁸, eliminando a realidade original em prol da criação de uma realidade artificial. Abramo destaca várias formas de inversão: inversão da relevância dos aspectos, inversão da forma pelo conteúdo, inversão da versão pelo fato e a inversão da opinião pela informação.

Por último Abramo destaca o padrão de indução, onde “o leitor é induzido a ver o mundo não como ele é, mas sim como querem que ele o veja”¹⁰⁹.

A compreensão dos padrões de manipulação possibilita entender melhor os seus significados políticos. A distorção da realidade pelos empresários da comunicação não reside apenas em seus aspectos econômicos, como os relacionados aos anunciantes, ou a ambição pelo lucro. Segundo Abramo,

Assim, é sustentável a afirmação ... de que os órgãos de comunicação se transformaram em novos órgãos de poder, em órgãos político-partidários, e é por isso que eles precisam recriar a realidade onde exercer esse poder, e para recriar a realidade precisam manipular as informações. A manipulação, assim, torna-se uma necessidade da empresa de comunicação, mas, como a empresa não foi criada nem organizada para exercer diretamente o poder, ela procura transformar-se em partido político¹¹⁰.

2.4 A RELAÇÃO DE *ÉPOCA* COM O SEGUNDO MANDATO DE FHC

A Organização Globo pertence à Família Marinho¹¹¹, que é detentora da Editora Globo que publica a revista *Época*. Como é de conhecimento, *Época* surgiu em 1998.

Esse ano foi marcado pelo fim do primeiro mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso, que também disputou à presidência, consolidando sua reeleição em 04 de outubro de 1998. Como foi tratada a política econômica de FHC pela revista *Época*? Para

¹⁰⁷ Idem, p. 27.

¹⁰⁸ Idem, p. 28.

¹⁰⁹ Idem, p. 33.

¹¹⁰ Idem, p. 44.

¹¹¹ Assunto abordado no Capítulo 01 desta pesquisa.

responder à pergunta, é importante apresentar um breve panorama sobre a proposta de governo do PSDB¹¹² para o segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso, que durou de 1999 a 2002. A partir da pesquisa realizada por André Pereira Guiot, é possível considerar que houve no decorrer do segundo mandato de FHC um aprofundamento do projeto neoliberal da terceira via para o Brasil. No documento intitulado “Avança, Brasil: mais quatro anos de desenvolvimento para todos”, escrito por Fernando Henrique Cardoso, diz que

(...) é necessário reformar o Estado: aprofundar a democratização, acelerar o processo de descentralização e desconcentração e, sobretudo, ampliar e modificar suas formas de relacionamento com a sociedade, definindo novos canais de participação e criando formas novas de articulação entre o Estado e a sociedade. Caberá, em primeiro lugar, **criar novos canais de participação de controle público**, além de dinamizar os já existentes, multiplicando as experiências de gestão multilateral e desprivatizando o Estado, isto é, libertando a administração governamental dos interesses particulares que hoje a aprisionam. Caberá, em segundo lugar, dinamizar, apoiar e promover a **multiplicação de espaços de negociação de conflitos**, onde interesses divergentes possam ser representados e soluções negociadas possam ser buscadas, em benefício do interesse público. Caberá, em terceiro lugar, definir e apoiar formas novas de **parceria** (...) entre Estado e a sociedade civil, de modo a permitir, por um lado, que diferentes instituições da sociedade como as empresas, os sindicatos, as universidades assumam a corresponsabilidade por ações de interesse público; por outro, que a comunidade organizada estabeleça suas prioridades, administre os recursos comunitários de forma honesta, transparente, racional e eficiente e desenvolva a capacidade de cuidar de si mesma¹¹³.

A citação começa com a seguinte frase: “é necessário reformar o Estado”.

¹¹² Para um entendimento melhor e mais amplo sobre a trajetória da socialdemocracia europeia, especialmente a brasileira, ver: GUIOT, André Pereira. **Um “moderno príncipe” da burguesia brasileira: o PSDB (1988-2002)**. Dissertação Mestrado – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2006.

¹¹³ Fernando Henrique Cardoso *Apud* GUIOT (2006), Op. Cit., p. 147-148. Negritos do autor.

Entende-se por “reformatar o Estado” uma série de medidas que fizeram parte do contexto da década de 1990 de abertura econômica, que entoavam como mantra a descentralização, transparência, desburocratização, competitividade e ética com ênfase no cidadão-cliente. Tudo isso seria feito por um modelo gerencial de gestão profissionalizante, para que o Estado deixasse de funcionar de forma inadequada e ineficiente¹¹⁴.

O aprofundamento da reforma do Estado é indispensável **à construção de uma sociedade mais democrática e participativa**: por um lado, o fato indisfarçável de que, em todos os seus níveis, o Estado, do modo como se foi constituindo ao longo da história e da forma como ainda funciona, inibe a **democratização das relações entre povo e governo**. Não só ele tende a se fechar às **iniciativas da sociedade civil**; tampouco se julga no dever de lhe prestar contas, como parte inseparável de suas incumbências¹¹⁵.

Apesar do teor “democrático” e “participativo”, o que não fica explícito nessa proposta de governo é que o Estado perde uma de suas características, que é o de provedor do desenvolvimento social, mediante políticas públicas. Ao contrário, a orientação é deixar com que iniciativas da sociedade civil assumam esse papel. Como bem observou Guiot,

A suposta democratização da sociedade caminharia em direção a sua “radicalização”. Estaria em vigor um “processo libertador”, movido por “novos atores, sujeitos sociais, movimentos políticos, organizações não governamentais”, uma verdadeira “explosão de associativismo popular”, de iniciativas comunitárias e experiências de um voluntariado ávidos por possibilitar soluções concretas na complementação das políticas públicas, em especial, nas áreas sociais¹¹⁶.

É possível encontrar na revista *Época* algumas reportagens que deixam entender que essa reformulação do Estado brasileiro nos anos 1990, especialmente durante o segundo mandato de FHC, não é o melhor caminho a ser seguido. Para exemplificar, em 13 de março de 1999 tem-se um texto escrito por Cari Rodrigues e Vanda Célia intitulado

¹¹⁴ Ver: SANTOS, Inalda Maria dos. **A Reforma do Estado e a política de descentralização da educação no contexto na década de 1990**. Dialogia, São Paulo, n. 29, p. 125-138, mai./ago. 2018.

¹¹⁵ PSDB. **Um novo Estado para uma nova sociedade**. Disponível em: <<https://www.psdb.org.br/zoutros/eleicoes-biblioteca/plano-de-governo-fhc-%E2%80%93-93-99-02/>> Acessado: 13/10/2020 às 18:45 minutos. Negritos nossos.

¹¹⁶ GUIOT (2006), Op. Cit., p. 149.

“Regime à força” que aborda a questão do corte orçamentário, especialmente das áreas sociais e como isso afetou o valor da cesta básica.

Os sucessivos cortes que o governo vem fazendo no Orçamento Geral da União, cujas verbas para custeio e investimento encolheram de R\$ 43 bilhões para R\$ 35 bilhões, estão **promovendo um enxugamento nos programas sociais**. A cesta básica, por exemplo, está de dieta. Durante o ano de 1998 eram distribuídas mensalmente 1.769.181 cestas com 22 quilos de alimentos em 1.353 municípios brasileiros. A quantidade de cestas e municípios continua a mesma, mas seus pesos e produtos... quanta diferença!

Elas emagreceram e passaram a pesar 20,26 quilos. Os 3 quilos de macarrão que continham foram substituídos por 5 quilos adicionais de fubá. Explicação: cerca de 75% do trigo usado para fabricar o macarrão provém de fora do país e **depois da desvalorização importá-lo tornou proibitivo para um programa de cunho social**. As duas latas de óleo de soja entregues em cada uma foram trocadas por 260 gramas de sardinha. Explicação: **com o real barato lá fora, a soja brasileira é um bom produto na pauta de exportações**, e o óleo destinado às cestas foi deslocado para as prateleiras de supermercados¹¹⁷.

Em “A face mais dura da recessão”, escrita por Paulo Pacheco, diz que

Até julho, a expectativa do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) é a de que o desemprego na Região Metropolitana de São Paulo, que em março bateu o recorde histórico de 19,9% da População Economicamente Ativa, cresça. A indústria paulista, entretanto, emite sinais de que a tendência pode estar mudando. Em abril, ainda foram fechadas 6.415 vagas. Mas a redução do nível de emprego (0,4%) foi a menor coletada pela Fiesp nos últimos nove meses¹¹⁸.

Questões sociais de extrema relevância aparecem nas duas reportagens, o que poderia indicar que *Época*, amparada pela ideia de “quarto poder” cumpriu seu papel ao informar a sociedade sobre temas sociais de extrema importância, como é o caso do desemprego e

¹¹⁷ Regime à força. *Época*, 15/03/1999, p. 27. Grifos nossos.

¹¹⁸ A face mais dura da recessão. *Época*, 17/05/1999, p. 97. ¹⁴⁰ ABRAMO (2003), Op. Cit., p. 25.

cesta básica. O problema reside no que Abramo chamou de “ocultação”, que “se refere à ausência e à presença dos fatos reais na produção da imprensa”¹⁴⁰.

No caso da primeira reportagem, sobre a cesta básica, até se faz uma relação com a desvalorização do Plano Real, mas parou por aí! Pois logo em seguida, é dito que “com o real barato lá fora, a soja brasileira é um bom produto na pauta de exportações”. Sobre

o desemprego, foi apenas apresentado dados das regiões metropolitanas, além de trazer entrevistas com desempregados, que relataram as dificuldades que estavam passando. Em nenhuma delas foi feita uma discussão crítica que buscasse relacionar tais problemas, dentro da lógica de acumulação do capital. Não que dever-se-ia esperar tal posicionamento de *Época*, mas levando em consideração o fato de que não só *Época*, mais a imprensa liberal burguesa como um todo, é sustentada pelos pilares liberais de imprensa (que já foram apresentados nesta pesquisa), o compromisso com a sociedade, bem como a responsabilidade social, deveriam ser princípios norteadores. Não foram!

Ao longo do período pesquisado foram encontradas outras matérias que pautavam assuntos de cunho social, seja durante o mandato de FHC ou Luiz Inácio Lula da Silva (Lula), no entanto, sem o aprofundamento ou criticidade já mencionadas.

Ao mesmo tempo que havia uma “preocupação” com o preço da cesta básica e com o desemprego, também foi apresentado os caminhos que o governo de FHC deveria ter tomado. Dentre eles encontra-se a busca pela confiança e credibilidade do mercado internacional, ou seja, o investimento estrangeiro, além, das orientações do FMI que deveriam ser seguidas, e críticas feitas a equipe econômica montada por FHC.

É evidente que a queda de popularidade do presidente se deve, basicamente, à **deterioração do quadro econômico**: juros altíssimos, atividade produtiva medíocre, queda do nível de emprego, **pouca confiança na capacidade do governo de fazer o ajuste fiscal** e dúvidas crescentes sobre o modelo de estabilização monetária adotado. Como as dificuldades econômicas tendem a aumentar e não diminuir nos próximos meses o mais provável é que o declínio da popularidade de Fernando Henrique venha a se acentuar¹¹⁹.

A matéria foi escrita por Franklin Martins e nela pode-se observar que existe uma crítica na forma de como a política econômica estava sendo conduzida durante os primeiros

¹¹⁹ Um início de governo diferente dos outros. *Época*, 04/01/1999, p. 31. Negritos nossos.

meses do mandato de FHC, levando-a “à deterioração do quadro econômico”. Além de deixar evidente a preocupação com a confiança, que se relacionava com a credibilidade do país dentro da lógica da economia global.

Aliás, confiança e credibilidade não foi preocupação apenas de *Época*. No Plano de Governo de 1999-2002 esse era o primeiro tema. O objetivo de número um, intitulado “Consolidar a estabilidade econômica” dizia que:

O Plano Real reduziu a inflação aos mais baixos índices dos últimos cinquenta anos, garantindo o poder de compra dos salários e a **estabilidade** do custo da **cesta básica**. Em consequência, melhorou a renda média dos brasileiros, especialmente dos mais pobres. Os efeitos sociais benéficos do fim da carestia não se esgotaram. Eles continuam a se fazer sentir na medida em que a **estabilização** alcança os preços de serviços públicos, alugueis, serviços pessoais e bens de consumo antes sujeitos a fortes variações. Exemplo disso é a recente redução dos preços dos combustíveis, que beneficiará diretamente a base da sociedade, via menor custo dos transportes e de novas reduções no preço da cesta básica. Que a **estabilidade** é um bem social de primeira necessidade ninguém se anima a questionar. Mas isto não basta. É preciso afirmar claramente que ela é uma conquista a ser permanentemente defendida e consolidada diante da **instabilidade econômica internacional**, das dificuldades do **equilíbrio das contas públicas** nos diferentes níveis de governo, das pressões estruturais derivadas do crescimento econômico e da própria necessidade de enfrentar a imensa dívida social brasileira¹²⁰.

É importante observar que as duas reportagens de *Época* (*Regime à força* e *A face mais dura da recessão*) mostraram o contrário do que foi apresentado na proposta de governo. No entanto, o que é chamativo, porém, não explícito, é como a tão desejada estabilidade deveria ser alcançada.

Tem-se um destaque para o Plano Real, como a panaceia para todos os males. Vendido como a salvação do Brasil, que passava nos anos de 1990 por duros momentos inflacionários. Na realidade, o Plano foi muito mais do que isso, pois curou as feridas do

¹²⁰ PSDB. **Um novo Estado para uma nova sociedade**. Disponível em: <<https://www.psdb.org.br/zoutros/eleicoes-biblioteca/plano-de-governo-fhc-%E2%80%93-93-99-02/>> Acessado: 18/10/2020 às 13:26 minutos. Negritos nossos.

Brasil que impediam a criação de uma plataforma de valorização do capital financeiro internacional. A estabilidade tão mencionada na citação acima, na verdade teve como principal intenção defender a estabilidade monetária com o intuito de abrir um maior espaço as privatizações, a sobrevalorização do real e elevação das taxas de juros¹²¹. Essa foi a real intenção por trás da estabilidade, tão ocultada por meio de promessas na melhoria da condição de vida da sociedade brasileira. Nesse sentido, a revista *Época*, também fez esforços para construir um consenso favorável à lógica neoliberal.

Em reportagem de 08 de fevereiro de 1999, escrita por Raquel Balarin, Cari Rodrigues e Carlos Alberto Jr., intitulada “1999 = recessão + inflação” já mostra a preocupação com os caminhos tomados pela economia:

A gravidade dos indicadores econômicos brasileiros trouxe Stanley Fischer¹²² ao país. Ele desembarcou em Brasília na noite em que Lopes¹²³ foi demitido [...]. Nos três dias que ficou no Brasil, **Fischer reunia-se com a equipe econômica brasileira durante o dia e, à noite, traçava a estratégia de ação do Fundo com a italiana Teresa TerMinassian, chefe da missão do FMI no Brasil.** O resultado de tantas reuniões tornou-se conhecido no dia 5, num comunicado em inglês: **manutenção dos juros altos** para conter a inflação e **metas ambiciosas de superávit primário** (receitas menos despesas do governo, excluindo-se pagamento de juros). Em bom português: aperto doméstico e recessão brava¹²⁴.

A vinda de Fisher ao Brasil fez parte de um projeto e de jogos interesses por parte do FMI de levar a economia brasileira à dependência das instituições financeiras internacionais, consolidando de vez o país na jogatina da globalização neoliberal, através de políticas de juros altos e superávit primário.

É preciso inicialmente lembrar que a necessidade de não deixar passar o bonde da história foi o argumento mais forte dos arautos do neoliberalismo para, no Brasil do início dos anos 1990, advogar as medidas liberalizantes que nos levariam ao admirável mundo novo da globalização. Esse discurso que, para os olhos mais críticos, sempre

¹²¹ PAULANI, Leda Maria. **O projeto neoliberal para a sociedade brasileira:** sua dinâmica e seus impasses. In: LIMA, J.C.F.; NEVES, L.M.W. (org). Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2006, p. 91.

¹²² Na oportunidade, diretor-gerente do FMI – Fundo Monetário Internacional.

¹²³ Na época, ex-presidente do Banco Central. Foi substituído por Armínio Fraga.

¹²⁴ 1999 = recessão + inflação. *Época*, 08/02/1999, p. 23. Negritos nossos. ¹⁴⁷

PAULANI (2006), Op. Cit., p. 87.

pareceu tão-somente uma desculpa para justificar a submissão incondicional do país a interesses a ele alheios, foi a arma utilizada para convencer uma população recém-saída da ditadura, com o movimento de massas se estabelecendo e se institucionalizando, de que seria esse o único caminho para tirar o país da crise em que ingressara nos anos 1980 – que, como sabemos, foi produzida pela elevação das taxas de juros americanas e pela estagnação do crescimento e pelo acirramento da inflação que se seguiu¹⁴⁷.

Ainda, na mesma reportagem é dito que

No acordo de revisão das metas, que deverá ser aprovado em março pela diretoria do Fundo, mudam-se também as projeções de superávit primário do governo, que terá de saltar de 2,6% do PIB para 3,5%. Só assim o impacto da desvalorização do real e do aumento das taxas de juro será compensado [...] **O acerto com o Fundo** prevê ainda uma balança comercial positiva entre US\$ 2,5 bilhões e US\$ 5 bilhões e a ampliação do programa de privatização dos setores energético (que pode incluir a

Petrobrás) e financeiro (que pode incluir Banco do Brasil e Caixa Econômica). Na reunião de anúncio de algumas das metas, Stanley Fischer disse que o detalhamento dessas privatizações ficaria para o governo brasileiro. Malan apressou-se em dizer que as vendas da Petrobrás e do Banco do Brasil não serão feitas a curto prazo e não entraram nas negociações com o Fundo. Mas pela primeira vez essas privatizações foram discutidas pelo governo. **Acertar as novas metas com o FMI é crucial para o governo brasileiro neste momento**¹²⁵.

É interessante destacar que ao afirmar que “*acertar as novas metas com o FMI é crucial para o governo brasileiro neste momento*”¹²⁶, *Época* se posiciona em relação ao caminho que o país devia seguir. Existia uma preocupação com os rumos da política econômica? Sim! Sendo tão evidente que “a gravidade dos indicadores econômicos brasileiros trouxe Stanley Fischer ao país”¹²⁷.

“Acetar as novas metas com o FMI” representava dar garantias aos detentores dos ativos financeiros. Sendo que uma das medidas tomadas por FHC e FMI foi a negociação da Lei

¹²⁵ 1999 = recessão + inflação. *Época*, 08/02/1999, p. 24. Negritos nossos.

¹²⁶ *Idem*.

¹²⁷ *Idem*, p. 23.

de Responsabilidade Fiscal (LRF), com o intuito de controlar os gastos públicos e colocar o mercado financeiro e seus credores em primeiro plano. Quem perderia com isso? A sociedade brasileira, especialmente a classe trabalhadora.

Perguntado por *Época* em uma entrevista de 08 de janeiro de 2001, Paulo Nogueira Batista Jr.¹²⁸, respondeu:

ÉPOCA: A Lei de Responsabilidade Fiscal fará bem às administrações públicas?

Paulo Nogueira Batista Jr.: Ela talvez exagere em alguns aspectos. Os governos municipais de esquerda têm sido bastante austeros e disciplinados – até porque não têm muito crédito e não podem produzir grandes déficits. Mas as administrações tradicionais da política brasileira são irresponsáveis. Os novos prefeitos vão penar e pagar pelo pecado dos outros¹²⁹.

A LRF solidificou o chão para uma feroz política de austeridade fiscal, obrigou governadores e prefeitos a realizar um “aperto e a redução impiedosa dos gastos na área social”, não impondo “nenhum controle ou sanção aos que decidem a política de juros e elevam a dívida pública do país em favor dos credores nacionais e internacionais”¹³⁰.

2.4.1 O “menino dos olhos”: Armínio Fraga

O posicionamento tendencioso de *Época* fica mais evidente com a chegada de Armínio Fraga à presidência do Banco Central (BC). O entusiasmo não foi pouco e os elogios não eram poupados.

O risco das previsões

Fraga toma as rédeas do BC e o dólar começa a recuar. Análises sobre o país também melhoram

¹²⁸ “Sem ser filiado ao PT ou a qualquer outro partido, Paulo Nogueira Batista Jr. é sempre identificado como a mais autorizada voz econômica das oposições à esquerda. Filho do embaixador Paulo Nogueira Batista, criador da Nuclebrás, P.N.B.Jr. acaba de lançar o livro *A economia como ela é...*, uma coletânea de artigos, muitos publicados na imprensa, escritos em estilo despojado e direto sobre questões econômicas e políticas do Brasil e do mundo. É leitura indicada para estimular reflexões. Nesta entrevista, o economista pede a volta do nacionalismo ao debate político interno”. Informações retiradas da própria revista: O crítico da esquerda. *Época*, 08/01/2001, p. 46-47.

¹²⁹ O crítico da esquerda. *Época*, 08/01/2001, p. 46-47.

¹³⁰ PAULANI (2006), Op. Cit., p. 92.

As cotações do dólar ensaiaram uma nova disparada na semana passada, mas recuaram no meio do caminho, quando o novo presidente do Banco Central, Armínio Fraga, deu os parâmetros da nova política monetária brasileira na quinta-feira 4. As taxas de juro subiram de 39% para 45%. A decisão surpreendeu empresários e o comércio, mas foi bem recebida pelo mercado financeiro¹³¹.

À saída da reunião com Fraga, vários analistas fizeram conferências telefônicas com seus clientes. **Um deles contou a Época um episódio revelador. 'Um economista que até ontem previa o pior para o Brasil, não descartando nem mesmo uma moratória, depois da reunião com o Armínio passou a recomendar a compra de títulos brasileiros. Um investidor furioso lhe disse: 'Por que você só diz isso agora, se ontem mesmo me levou a vender toda a minha carteira de papéis brasileiros?' O analista ficou com a cara no chão**¹⁵⁵.

O otimismo foi tanto que até a vida privada de Armínio Fraga virou notícia, chegando a dar inveja a Dalai Lama:

O novo presidente do Banco Central é um voraz devorador de livros. Sua biblioteca particular tem o invejável acervo de mais de 10 mil volumes. Nela encontra-se de tudo: Eça de Queiroz e Nicholas Negroponte. Milton Friedman e John Kenneth Galbraith, por exemplo. **Sua disciplina e dedicação são de fazer inveja a Dalai Lama.** Há pelo menos 20 anos Fraga dedica religiosamente uma hora e meia do dia à

leitura. Para ter ideia de sua disciplina, no tempo em que permaneceu no Soros podia ser encontrado todo dia em sua mesa às 6h30 da manhã. Casado com Lucina, pai de dois filhos, ele sempre preferiu a vida caseira, longe da badalação. Morava em New Jersey, a 40 minutos de carro do centro financeiro de Nova York - e do mundo¹³².

O economista da hora

Presidente do BC brasileiro é elogiado no exterior e colhe bons resultados aqui dentro

Nunca o Banco Central foi tão devassado e enxovalhado. A CPI dos Bancos virou a CPI do Banco Central. Num dia o BC é acusado de mentiroso, em outro de vender informação privilegiada. Mas, surpresa: é

¹³¹ O risco das previsões. Época, 08/03/1999, p. 28. Negritos nossos. ¹⁵⁵

Caça aos dólares. Época, 15/03/1999, p. 24. Negritos nossos.

¹³² Fraga, o bom de conversa. Época, 15/03/1999, p. 26. Negritos nossos.

exatamente no Banco Central que despacha diariamente o homem considerado responsável pela virada da economia brasileira. Em apenas quatro meses, a fuzilaria dos críticos domésticos e estrangeiros, convencidos de que a inflação galopante estava de volta ao Brasil, foi substituída por elogios do Federal Reserve (o BC americano) e do Fundo Monetário Internacional. Quem comandou a guinada de 180 graus na economia foi Armínio Fraga Neto, 41 anos, presidente do BC. Qual foi a mágica de Fraga para deslocar o Brasil da beira do precipício para, pelo menos, deixá-lo a meia distância do abismo? O segredo pode ser resumido em apenas duas palavras, segundo ele: bom senso¹³³.

O gerente da moeda

Com discrição, o presidente do BC, Armínio Fraga, amplia influência no centro do poder

Na mesa de trabalho, entre telas de computadores, o presidente do Banco Central, Armínio Fraga Neto, de 43 anos, acompanhava as oscilações das cotações das principais moedas. Eram 12h30 de uma quinta-feira, da segunda quinzena de julho. No 20º andar do prédio do BC, em Brasília, desenrolava-se uma cena rara nas últimas décadas: um presidente da instituição pesquisava o câmbio sem se preocupar com as variações da moeda brasileira. Fraga vendia dólares dele próprio e comprava libras esterlinas para gastar em viagem de férias pela Escócia. Tentava descobrir se não era mais vantajoso guardar os dólares e comprar as libras com reais. Contava centavos para programar o passeio de uma semana com o filho Sylvio, de 14 anos. Iriam participar de um torneio de golfe.

“Não se preocupe”, interrompeu a secretária Gisele, “conseguimos uma taxa favorável”¹⁵⁸.

Somado trabalho, carreira e vida privada, são inúmeras as reportagens que deram destaque a Armínio Fraga. A aposta de FHC na escolha de Fraga não poderia ter sido melhor para os investidores e logicamente, para *Época*: “Um economista que até ontem previa o pior para o Brasil, não descartando nem mesmo uma moratória, depois da reunião

com o Armínio passou a recomendar a compra de títulos brasileiros”¹³⁴, ou falava “Por que você só diz isso agora, se ontem mesmo me levou a vender toda a minha carteira de papéis brasileiros? ’ O analista ficou com a cara no chão”¹³⁵.

No meio de tanta alegria, o que se viu foi a concretização da globalização neoliberal, os

[...] títulos de dívida brasileira cotados no exterior confirmou o país no papel de emissor de capital fictício, que viabiliza a valorização financeira

¹³³ O economista da gora. *Época*, 10/05/1999, p. 24. Negritos nossos. ¹⁵⁸

O gerente da moeda. *Época*, 07/08/2000, p. 98-101.

¹³⁴ Caça aos dólares. *Época*, 15/03/1999, p. 24.

¹³⁵ Idem.

e garante a posteriori a transferência de parcelas da renda real e do capital real para essa esfera da acumulação. A liberalização financeira vem garantir o livre trânsito dos capitais internacionais, que podem assim maximizar o aproveitamento das políticas monetárias restritivas e de juros reais elevados. Sem o destravamento do mercado, por exemplo, os mais de US\$ 40 bilhões que saíram do país entre setembro de 1998 e janeiro de 1999, atemorizados com a iminente desvalorização do real, não teriam podido fazê-lo, amargando duras perdas¹³⁶.

As medidas, que foram bem recebidas, permitiam o país seguir o caminho para a tão sonhada consolidação da estabilidade econômica.

Para as agências de classificação o desequilíbrio fiscal e as turbulências externas reforçaram o risco de o Brasil não honrar seus compromissos externos. O Brasil nunca saiu do grupo de países de maior grau de risco, cuja nota mais baixa é C e a mais alta, BB+. Os títulos do Tesouro americano são AAA, mas fazem parte de uma outra tabela, exclusiva de países com economia ajustada.

A Moody's rebaixou a nota brasileira logo após o colapso da economia russa. A Standard & Poor's acreditava que o país reagiria, mas em janeiro achou que as condições financeiras, econômicas e comerciais haviam ficado ainda mais adversas.

A única agência que faz análises no próprio Brasil é a SR. Nas demais a avaliação de risco é feita por analistas estrangeiros que trabalham em escritórios no exterior. A empresa tem uma associação com a Duff & Phelps.

ADCR continua a considerar os ganhos do Plano Real, mas observa que o grande déficit nominal do setor público e a falta de consenso político dificultam o ajuste fiscal brasileiro.

A Fitch IBCA entende que o risco de uma situação adversa cresceu e que a desvalorização sem ajuste fiscal pode ser inócua para o Brasil¹³⁷.

A estabilidade econômica tão desejada, fez com que o mercado reconhecesse os esforços das políticas econômicas implementadas por Fraga. Mas é importante destacar que o Brasil experienciou uma breve credibilidade, devido a reformulação do Estado, que passou a adotar um posicionamento neoliberal. Obviamente que a escolha de Armínio

¹³⁶ PAULANI (2006), Op. Cit., p. 91.

¹³⁷ O risco das previsões. Época, 08/03/1999, p. 30.

Fraga para presidir o BC permitiu uma aceleração das políticas econômicas do governo, que favoreceu o mercado financeiro deixando cada vez mais de lado características do Estado varguista, com destaque para o crescimento econômico e geração de empregos, por exemplo.

O Banco Central (BC) converteu-se no núcleo da gestão macroeconômica: tornou-se o principal responsável pela definição das metas de inflação associando-as a uma política monetária rígida, a altíssimos níveis de juros e, a partir de 1999, a um regime de câmbio flutuante. O BC atuou com enorme independência em relação ao resto do governo e aos ministérios econômicos. Embora não tenha a independência legal em relação à “política”, como desejam os ortodoxos, age como se a tivesse, com autonomia de ação. Isso garante, porém, que a Presidência da República possa intervir em casos extremos, como ocorreu na transição do primeiro para o segundo governo Cardoso, e não evita que se perceba, de forma geral, muita sintonia entre as políticas adotadas e as inclinações do mercado financeiro¹³⁸.

A queda do risco-país através da melhora nas notas que foram dadas pelas agências de classificação de crédito indicava que o Brasil estava no caminho certo. E com a chegada de Lula à presidência do país! Como *Época* lidou?

2.5 O GOVERNO LULA EM ÉPOCA: “TRADIÇÃO E MUDANÇA”

A frase “tradição e mudança” foi retirada da Carta do Editor do dia 13 de janeiro de 2003. Por questões metodológicas, não é o foco desta pesquisa analisar o editorial de *Época*. Salvo raras exceções, serão apresentados alguns editoriais.

Foi possível encontrar algumas reportagens que tratavam do PT ou de Luís Inácio Lula da Silva antes mesmo da chegada na presidência em 2003. Segue alguns exemplos:

Bruno Weis. “**Turismo ideológico**”

¹³⁸ GOULART, Jefferson O.; SAMMUM JR., Brasília. O Estado brasileiro contemporâneo: liberalização econômica, política e sociedade nos governos FHC e Lula. Rev. Sociol. Polit., v. 24, n. 60, p. 115-135, dez. 2016.

PT de São Paulo sorteia excursões a Cuba, com Lula como guia, para financiar a campanha municipal

Numa iniciativa pioneira em matéria de arrecadação de fundos para campanhas eleitorais, a seção paulista do Partido dos Trabalhadores decidiu rifar pacotes turísticos que embalam viagens a Cuba monitoradas por guias especiais: Luiz Inácio Lula da Silva, presidente de honra do PT, e o deputado federal José Dirceu, presidente nacional. Os dois têm intimidade com a ilha. Lula, amigo do presidente Fidel Castro, esteve em Havana várias vezes. O paulista José Dirceu exilou-se em Cuba na década de 70, quando o Brasil vivia sob ditadura militar.

Em novembro, depois das eleições, um voo fretado levará 220 viajantes à capital, Havana, e ao balneário de Varadero. A maioria dos turistas pagará US\$ 1.000 pelo pacote de seis dias, que inclui passagens aéreas, hospedagem e traslado, com direito a acompanhante. Vinte pacotes serão sorteados entre quem se dispuser a doar pelo menos R\$ 10 a algum dos 450 diretórios municipais do PT de São Paulo. "Sempre foi difícil arrecadar dinheiro", diz Antônio dos Santos, tesoureiro do partido em São Paulo e idealizador da promoção. "Agora, pretendemos estimular a militância."

Os organizadores dessa procissão nas nuvens prometem agendar um encontro com Fidel Castro. Seria o clímax do roteiro turístico petista, que abrange escalas no Museu da Revolução e na Universidade de Havana. O programa inclui palestras sobre o serviço médico gratuito e a erradicação do analfabetismo. O governo garante que há 35 anos não existem analfabetos no país. Os petistas poderão circular pelos principais restaurantes, hotéis e pontos comerciais de Cuba. (**Época. Turismo ideológico. 26/05/2000, p. 44**)

Guilherme Eveline: **“Os sobreviventes**

Quem são e o que pensam os brasileiros que remam contra a maré mundial e continuam, 11 anos depois da queda do Muro de Berlim, fiéis à utopia comunista

João tinha 5 anos em outubro de 1917, quando os bolcheviques comandados por Vladimir Lênin e Leon Trotski triunfaram à frente da Revolução Russa. Virou comunista em 1935, depois de assistir em Belém do Pará a um comício da Aliança Nacional Libertadora (ANL), que difundia as idéias dos revolucionários soviéticos no Brasil. Estava com 23 anos. Em todo o mundo, multiplicavam-se os adeptos da sociedade sem classes. E a adesão a teses socialistas facilitava o acesso aos redutos da vanguarda intelectual.

Quando o Muro de Berlim caiu, em 1989, Guilherme tinha 6 anos. Aos 14, leu pela primeira vez o Manifesto Comunista. A conclamação de Karl Marx e Friedrich Engels à unidade dos trabalhadores para a luta contra a burguesia já se transformara em relíquia ideológica. Entre o nascimento de João e o de Guilherme, transcorreu um século. Foi o que o historiador inglês Eric Hobsbawm definiu como “o breve século XX” – um período pontuado pela revolução comunista e pelo desmoronamento do grande ícone da Guerra Fria.

[...]

Nela milita Adriano de Oliveira, de 26 anos, vice-presidente da União Nacional dos Estudantes

(UNE). Ele conheceu a notoriedade no dia 14, ao atingir com um ovo o ministro da Ciência e Tecnologia, Ronaldo Sardenberg, durante reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. “Foi um ato lúdico”, diz Oliveira. “A violência do governo é maior que a da minha atitude.” Ele ingressou em 1992 na Faculdade de Agronomia da Universidade Federal de Pelotas, no Rio Grande do Sul. Abandonou os estudos quatro anos depois. Hoje, está com a matrícula suspensa no curso de ciências sociais.

“Não sou comunista”, informa o estudante. Ele se diz fiel aos princípios socialistas adotados pelo partido que escolheu. Tornou-se militante em 1995. “O PT retomou a prioridade para a organização social e para a disputa ideológica”, anima-se. Desde que foi eleito para a diretoria

da UNE, em 1999, Oliveira dedica-se à política em tempo integral. Vive entre Pelotas e São Paulo. Garante que enfrenta as despesas mensais com a ajuda de custo de R\$ 800 destinada pela entidade aos dirigentes.

Um partido dividido pelo socialismo

O PT abriga social-democratas e comunistas à moda antiga

Maior partido de esquerda do país, o PT é uma confederação de tendências. Cada uma interpreta a seu modo o socialismo enunciado nos compêndios partidários. Para as facções à direita, como a Democracia Radical, liderada pelo deputado federal José Genoíno (SP), o socialismo é apenas uma referência. Nas análises da Articulação, corrente de centro e majoritária no partido, deixou de ser uma fatalidade. Para as tendências à esquerda, o objetivo continua a ser um Brasil socialista. “Sou comunista e defendo a apropriação coletiva dos meios de produção”, informa o deputado federal Milton Temer (RJ). Nos anos 60 e 70, Temer era considerado da direita do movimento comunista. Integrava o grupo de intelectuais do PCB que se reuniam em Ipanema, no Rio de Janeiro, e se opunham à luta armada. Hoje, é um dos xiitas do PT, embora desvinculado de qualquer tendência. Foi candidato à presidência do partido no congresso de 1999, com o apoio de um terço dos delegados. A maior corrente de esquerda é a Democracia Socialista. Está solidamente plantada no Rio Grande do Sul, onde tem como expoente o prefeito de Porto Alegre, Raul Pont. O apelido de Pont denuncia suas convicções ideológicas: “O Bolchevique”.

(**Época. Os sobreviventes. 24/06/200, p. 46-50**)

Ricardo Kotscho e Luís Costa Pinto. “**A quarta tentativa**

Lula é candidato à Presidência, vai se submeter à prévia do PT e quer começar a campanha em janeiro

Lembra as histórias engraçadas contadas à mesa sobre cada um dos adversários internos do PT. Nenhum é capaz de fazer sombra ao carisma do metalúrgico que há 22 anos se pôs na estrada da luta sindical e virou ícone da esquerda brasileira.

[...]

Luiz Inácio da Silva é hoje um político madurecido. As derrotas o deixaram com a pele curtida. Desta vez, ordena que se evitem as manifestações de triunfalismo, quaisquer que sejam os índices das pesquisas [...] “Errei ao achar que estava eleito antes de as urnas serem abertas e ao desprezar a mudança que a estabilização econômica produziu na sociedade”, diz o petista. “Não errarei assim de novo.” Agora ele não se precipita. Pretende fazer uma campanha baseada em levantamentos de opinião, ouvir especialistas em marketing eleitoral, preparar propostas para o país, analisar as causas da rejeição a seu nome e ao PT e estudar melhor uma forma de combatê-las.

[..]

Antes mesmo de vestir o figurino de candidato presidencial, Lula passou a defender o voto dos petistas e de todos os deputados de esquerda em Aécio Neves, o mineiro do PSDB que disputará em fevereiro a presidência da Câmara dos Deputados. ‘Se em 2002 o PT elege o presidente da República e a maior bancada de deputados, vamos querer presidir a Câmara’, argumenta. (**A quarta tentativa. Época, 01/01/2001, p. 39-40**)

Bernardino Furtado: “**Esquerda nos grotões**

Igreja, assistencialismo e aliados conservadores desafiam o PT vitorioso em pequenas cidades

Na angustiante apuração de 1982, Tancredo Neves, candidato a governador de Minas Gerais pelo PMDB, disse que sua vitória estava ameaçada pelos grotões e pelos burgos podres da Arena, a Aliança Renovadora Nacional. Referia-se às centenas de cidades de cultura rural, com menos de 15 mil eleitores, dominadas por caciques políticos conservadores. Na avaliação de Tancredo, os grotões não votariam num candidato de oposição ao regime militar. O prognóstico

estava correto. Tancredo elegeu-se por escassa margem graças à maciça votação obtida em Belo Horizonte, capital do Estado. Nos grotões, perdeu para Eliseu Resende, do PDS, partido sucessor da Arena. Em frente do sobrado da prefeitura de Acaiaca, em Minas Gerais, há um busto de Tancredo, morto em 1985 sem tomar posse na Presidência da República. No dia 10 de janeiro de 2001, sentou-se na cadeira de prefeito da cidade de 3.900 habitantes João do Carmo Macedo, o padre João, filiado ao PT. Com o corpo sempre ereto, barba hirsuta e dentes tortos, o novo prefeito de Acaiaca venceu por minguados 144 votos a aliança informal entre o PMDB e o PFL, que se revezavam no poder local há duas décadas.

[...]

Retalhada em minifúndios com suas colinas de café e sacudida pelo vaivém constante das charretes nas tardes calorentas, Bom Jesus do Galho parece vislumbrar no Cristo Redentor uma saída para a estagnação econômica. A população vem murchando desde 1970, quando chegou a 21 mil almas. O censo de 2000 apurou pouco mais de 16 mil pessoas residentes. Segundo

padre Aníbal, na festa do padroeiro, no mês de setembro, mais de 15 mil romeiros visitam a cidade. “O turismo religioso pode ser uma alternativa importante para o município”, imagina o novo prefeito. Oclides Moreira da Silva, duas vezes prefeito e candidato a vice pelo PFL na última eleição, caçoa dos planos administrativos do petista. “Ele só sabe pedir. Agora, quero ver ele dar o que o povo pede. ” Para o cacique político destronado, os bonjesuenses se arrependem dos votos dados ao PT, porque o partido não conseguirá verbas do Estado e da União. “Ganharam desta vez porque nosso povo é muito religioso. Temos 33 capelas e 20 beatos em cada uma. Eram mais de 600 cabos eleitorais trabalhando para o PT.”

O exemplo de Bom Jesus retrata as mudanças na maior sigla de esquerda do país em seus 20 anos de existência. O PT foi fundado em 1980 no ABC paulista como um partido de sindicalistas e intelectuais. A primeira vitória eleitoral expressiva foi em seu berço. Em 1982, em Diadema, elegeu um operário numa cidade operária. Nas últimas eleições municipais, conseguiu o melhor desempenho da História. O avanço nos grotões é um sinal de que uma parcela cada vez maior do partido está disposta a renunciar à ortodoxia ideológica para chegar ao poder. **(Esquerda nos grotões. Época, 15/01/2001, p. 46-48)**

As quatro reportagens são anteriores ao ano eleitoral de 2002 e 2003, quando Luís Inácio Lula da Silva assumiu a presidência. O atrelamento ao socialismo e comunismo é o que chama a atenção: o turismo ideológico à Cuba, o surgimento do Partido dos Trabalhadores e sua origem sindical, bem como sua orientação intelectual com o socialismo científico, que são retratadas na primeira, segunda e quarta reportagem respectivamente.

Na terceira reportagem, “A quarta tentativa”, também faz questão de lembrar a trajetória de Lula, mas focou-se em mostrar um suposto amadurecimento do candidato: “Luiz Inácio da Silva é hoje um político madurecido. As derrotas o deixaram com a pele curtida. Desta vez, ordena que se evitem as manifestações de triunfalismo, quaisquer que sejam os índices das pesquisas”¹³⁹.

Voltando a Carta do Editor de 13 de janeiro de 2003, que emprestou seu título para este tópico, é possível encontrar um certo medo em relação a candidatura e posteriormente eleição de Luiz Inácio Lula da Silva.

É útil recordar o tom alarmista de 2002. Vendia-se a ideia, então, de que Lula não merecia crédito quando dizia que mudara junto com o país. Era como se tudo não passasse de um truque eleitoral, de uma demagogia a ser desmentida logo após a vitória, quando o barbudo de terno Armani vestiria a farda de Fidel Castro. As mesmas vozes, hoje, sustentam que

¹³⁹ A quarta tentativa. Época, 01/01/2001, p. 39-40.

ocorreu uma mudança de identidade. O Lula da campanha era um, o que ocupa a Presidência – ao menos até agora – seria outro¹⁴⁰.

No final da carta uma frase de Antonio Palocci junta-se ao texto. Nela o ministro da Fazenda salienta que “há ‘visões diferentes de mundo, projetos diferentes de país’”¹⁴¹ referindo-se ao ex-governo de FHC e ao governo de Luiz Inácio Lula da Silva, que teria como missão, segundo a revista, “uma tradição e mudança, de quem procura progresso social em brechas na situação existente, e não rupturas”¹⁶⁷.

O medo que se seguiu após a posse de Lula é evidente no material analisado. A trajetória do Partido dos Trabalhadores ligada aos ideais de esquerda, sua aproximação com as classes trabalhadoras, os intelectuais envolvidos. Tudo tornava incerto o caminho do Brasil a partir de 01 de janeiro de 2003. Mas o que se seguiu e foi lugar de destaque em *Época*, foi o oposto. O medo do Brasil deixar de seguir os caminhos do governo anterior era nítido. As intenções de *Época* também!

O título da matéria publicada em 06/01/2003 “Por que pode dar certo”, tratou de mostra qual era o Brasil defendido por *Época*:

Outra boa notícia vem da balança comercial, que terminou 2002 com um superávit de US\$ 12 bilhões, acima de todas as expectativas, e pode atrair investimentos multinacionais na construção de plataformas de exportação. As previsões para 2003 falam num superávit maior, de US\$ 15 bilhões. Nessa situação, os empréstimos anunciados pelos organismos internacionais e aqueles previstos no acordo com o FMI podem permitir que o governo Lula atravesse o ano sem maiores apertos nas contas externas. "O ajuste externo, de certa forma, já foi feito e a vulnerabilidade internacional da economia brasileira diminuiu", admite um ministro do novo governo, interessado, depois da posse, em favorecer um ambiente de maior otimismo na economia. Os superávits comerciais dependem da

¹⁴⁰ Traição e mudança. *Época*, Carta do Editor. 13/01/2003, p. 18.

¹⁴¹ *Idem.* ¹⁶⁷

Idem.

manutenção de um dólar caro, acima dos R\$ 3,20 — ninguém acha que possa ficar muito abaixo desse patamar¹⁴².

Carla Luciana Silva ao proceder seus estudos com a revista *Veja*, descreveu como esta foi mudando seu discurso em torno do candidato petista Luis Inácio Lula da Silva. O tom pejorativo, com ênfase à demonização da esquerda, foi amenizado na medida que o PT mostrava que seguiria o mesmo caminho que o governo anterior: uma política econômica neoliberal.

Embora demarque ainda ambiguidade no candidato, já mostra que ele abandonou elementos que inicialmente eram tidos como imutáveis, especialmente o objetivo do socialismo. A ênfase passa a ser o caminho para governabilidade, os contratos, que, mesmo que não se concorde com eles, deveriam ser cumpridos¹⁴³.

Neste caso, o posicionamento de *Época*, não diverge muito com o de *Veja*.

Como já foi mencionado, a reportagem de 24 de junho de 2000, intitulada “Os sobreviventes”, fez uma breve e descontextualizada apresentação sobre o socialismo/comunismo¹⁴⁴ e alguns de seus maiores representantes. Além de relacionar o PT ao socialismo/comunismo, na linha fina¹⁴⁵ diz: “Quem são e o que pensam os brasileiros que remam contra a maré mundial e continuam, 11 anos depois da queda do Muro de Berlim, fiéis à utopia comunista”¹⁴⁶. Aqui, o Partido dos Trabalhadores e seus afiliados era um dentre outros que estaria “remando contra a maré mundial”, por estar ligado a uma ideologia utópica, desligada da realidade do mundo capitalista.

Em matéria de 01 de janeiro de 2001, Lula chega a ser elogiado:

Luiz Inácio da Silva é hoje um político madurecido. As derrotas o deixaram com a pele curtida. Desta vez, ordena que se evitem as manifestações de triunfalismo, quaisquer que sejam os índices das pesquisas [...] “Errei ao achar que estava eleito antes de as urnas serem abertas e ao desprezar a mudança que a estabilização econômica produziu na sociedade”, diz o petista. “Não errarei assim de novo.” Agora ele não se precipita. Pretende fazer uma campanha baseada em levantamentos de opinião, ouvir especialistas em marketing eleitoral, preparar propostas

¹⁴² Porque pode dar certo. *Época*, 06/01/2003, p. 38-41.

¹⁴³ SILVA (2005), Op. Cit., p. 619.

¹⁴⁴ Socialismo e comunismo são tratados como sinônimos por *Época*.

¹⁴⁵ No título (manchete) da notícia encontra-se a informação principal. A linha fina é o complemento do título.

¹⁴⁶ *Época*. Os sobreviventes. 24/06/200, p. 46-50.

para o país, analisar as causas da rejeição a seu nome e ao PT e estudar melhor uma forma de combatê-las¹⁴⁷.

É evidente a satisfação de *Época* em relação a nova postura do candidato Lula, que amadureceu com o tempo. De uma liderança radical, passou a utilizar das estratégias típicas dos partidos de direita. Depois de tantas derrotas, estava com a “pele curtida”. Lula não precipitava mais, e sua campanha seria “baseada em levantamentos de opinião, ouvir especialistas em marketing eleitoral, preparar propostas para o país, analisar as causas da rejeição a seu nome e ao PT e estudar melhor uma forma de combatê-la”¹⁴⁸.

Época enfatizou a transformação de Lula, que no passado era um militante radical, para um Lula que chegou para disputar a presidência da República muito mais amadurecido, ou seja, longe do socialismo e muito mais próximo do capitalismo. Apesar de ter “feito carreira política naquele mundo que genericamente se chama de esquerda, Lula sempre foi menos de esquerda do que a maioria”¹⁴⁹.

A mudança de Lula era motivo de alívio para *Época*. Ao optar por um “terno Armani”¹⁷⁶, Lula deixava de lado as bandeiras que defendia durante a ditadura e se enquadrava ao projeto neoliberal de sociedade. Na concepção gramsciana de pensamento, Lula passou por um processo de transformismo, deixando de lado o pensamento de esquerda a favor do discurso hegemônico burguês.

Com a eleição de Lula em 2002, se instalou um medo no Brasil por parte das classes burguesas. Uma guinada à esquerda e possivelmente o início de um projeto socialista no Brasil eram fatores que não só incomodavam parcelas da sociedade, mas também muitos outros lugares do mundo, especialmente o grande capital internacional. Porém, desde a posse do presidente em 01 de janeiro de 2003, os dias foram se mostrando mais “ensolarados” para os investidores. A busca pela credibilidade tão sonhada nos oito anos

¹⁴⁷ A quarta tentativa. *Época*, 01/01/2001, p. 39-40.

¹⁴⁸ *Idem*.

¹⁴⁹ Lula e a moderação. *Época*, Carta do Editor. 05/05/2003, p. 27. ¹⁷⁶ Traição e mudança. *Época*, Carta do Editor. 13/01/2003, p. 18.

de governo de FHC, já era visível nos primeiros meses da gestão do PT. Para *Época*, isso era motivo de alívio.

Os primeiros resultados demonstram que os objetivos estão sendo atingidos. O risco país não para de cair, os títulos da dívida externa alcançam um valor que é recorde histórico. A economia segue devagar, o desemprego está altíssimo e o crescimento sustentado é uma esperança.

Mas já deu para perceber que perdeu quem apostou na piora da crise. Ao menos por enquanto, o moderado Lula é um vitorioso¹⁵⁰.

Pela citação acima, é possível observar um discurso ameno sobre os primeiros meses de governo. Como mencionado anteriormente, antes de chegar ao governo, o Partido dos Trabalhadores era temido por defender ideias socialistas, o que não ocorreu após a eleição.

Para Paulani o segundo elo da cadeia argumentativa que dá sustentação a Tina¹⁵¹, é justamente a busca e a manutenção pela credibilidade. Pelo visto, *Época* não hesitou em sair na defendendo “a queda acelerada do risco-país, a recuperação do preço dos C-Bonds (títulos brasileiros negociados no mercado internacional) ”¹⁵². Abaixo segue algumas reportagens em *Época* sobre a busca pela credibilidade:

Marcelo Aguiar: “**Trégua para o novo governo**

O indicador mais visível de melhora no cenário é o dólar. A moeda americana, que andou negociada a R\$ 3,80 há apenas um mês, recuou para R\$ 3,30 e parece ter se estabilizado temporariamente nesse patamar”. (*Época. Trégua para o novo governo 13/01/2003*)

Carlos Alberto Jr., Betina Moura, Cátia Luz: “**O arrocho petista**

O governo promete economizar R\$ 68 bilhões para acalmar investidores e dar estabilidade ao país”. (*Época. O arrocho petista. 10/02/2003*)

Ana Magdalena Horta. “**A guerra de juros**

Mesmo pressionado para baixar as taxas dignas de agiota, o governo resiste”. (*Época. A guerra de juros. 19/05/2003*)

¹⁵⁰ Lula e a moderação. *Época*, Carta do editor. 05/05/2003, p. 27.

¹⁵¹ O slogan TINA deriva do inglês There Is No Alternative.

¹⁵² PAULANI, Leda. *Brasil Delivery: servidão financeira e estado de emergência econômico*. São Paulo: Boitempo, 2008, p. 17.

Aluizio Falcão: “**O risco e a especulação**

Durante os últimos meses de 2002 e os primeiros deste ano, a economia sofreu com os altos e baixos do dólar e do chamado risco Brasil – um índice criado pelas empresas de rating para mostrar se os investidores internacionais podem ou não confiar no país. Em setembro de 2002, por exemplo, o índice de risco Brasil chegou a 2.500 pontos, diante das dúvidas em relação ao governo de Luis Inácio Lula da Silva. No primeiro mês de 2003, as incertezas baixaram, mas continuaram altas: o índice ficou em torno de 1.400 pontos, ante a possibilidade de o governo não abraçar as reformas necessárias para o Brasil.

A ortodoxia da dupla Antônio Palocci e Henrique Meirelles fez a cotação do dólar cair, assim como o risco Brasil. Os investidores acreditaram na proposta do governo e sossegaram o facho. O comportamento do mercado revela que a comunidade financeira está mesmo tranquila com o governo – mesmo quando analisa cenários mais propensos ao risco”. (**Época. O risco e a especulação. Carta do Editor. 14/07/2003**)

Marcelo Aguiar, Cátia Luz, Estela Caparelli: “**O ano que não começou**

“Aperto monetário quase inviabiliza volta do crescimento em 2003. Até as empresas do vice e de Furlan estão demitindo”.

“Juros altos, compulsórios e carga tributária secaram o crédito”.

“Até o FMI, que elogia a política do BC, pede juros mais baixos”.

“Com pátios cheios e com o balanço no vermelho, Volkswagen e GM partiram para o ataque e fizeram dispensas em massa”. (**Época. O ano que não começou. 04/08/2003**).

Aluizio Falcão Filho: “**Enfim boas notícias**

Depois de dias de turbulência, incluindo a confirmação de que a economia estava oficialmente em recessão, o país finalmente foi agitado por boas notícias. A primeira veio de fora: o risco Brasil, o índice que mede os ânimos dos investidores internacionais em relação à nação, bateu os 660 pontos, o menor dos últimos três anos. A aprovação do texto da reforma tributária e a aceitação das mudanças exigidas pelos governadores também injetaram otimismo no mercado, empurrando a cotação do dólar para baixo”. (**Época. Carta do Editor. Enfim boas notícias. 08/09/2003**)

Marcelo Aguiar: “**BC contra a recessão**

Agora, com a inflação derrotada a golpes de penúria, o BC tenta assumir a ponta também no processo de soltar amarras que impedem o país de voltar a crescer. ‘O que ele quis dizer foi que se sente tão tranquilo com relação à inflação que pode baixar os juros e facilitar o crédito. O Banco Central estimulou o crescimento’, interpreta o economista Roberto Padovani, sócio da empresa de consultoria Tendências. As associações de industriais, como a Fiesp, gostaram tanto da novidade que vieram a público dar apoio à decisão, o que não havia acontecido ainda desde o início do governo Lula. Os economistas do mercado financeiro, mesmo surpreendidos, também aceitam bem a decisão”. (**Época. BC contra a recessão. 24/11/2003**)

A busca pela credibilidade acarretou uma série de medidas que vão desde ao aumento da taxa de juros, contenção da inflação, queda do risco país, redução do valor do dólar, manutenção do superávit primário, reforma trabalhista e previdenciária.

É comum encontrarmos nas revistas frases como: “o governo promete economizar R\$68 bilhões para acalmar investidores e dar estabilidade ao país”¹⁵³, “um índice criado pelas empresas de rating para mostrar se os investidores internacionais podem ou não confiar no país”¹⁵⁴, “Agora, com a inflação derrotada a golpes de penúria, o BC tenta assumir a ponta também no processo de soltar amarras que impedem o país de voltar a crescer”¹⁵⁵.

Paulani destaca que a busca pela “credibilidade” do país nos primeiros meses de governo Lula, mostra como o governo se comprometeu em reforçar e manter intacta a política econômica iniciada no governo FHC¹⁸³. *Época* torna essa afirmação visível, ao enaltece o trabalho do governo após certo período de “turbulência”.

A matéria reforça o compromisso do governo com a estabilidade econômica do país, estabilidade essa orientada por empresas de rating, que medem o risco Brasil. A partir dele seria possível saber o grau de vulnerabilidade de um país, possibilitando às grandes empresas capitalistas direcionar seus investimentos.

Ao enfatizar a credibilidade, a revista defende os interesses das diversas frações de classe burguesa nacional e internacionais. Esse discurso esconde uma série de consequências, em especial para a classe trabalhadora, desregulamentando cada vez mais o campo do trabalho e reduzindo os direitos sociais.

Armando Boito Jr. observa que de certa forma

o atual governo permite o desrespeito à legislação trabalhista, graças à política de omissão da fiscalização do trabalho, mantém os trabalhadores sem política salarial de reposição das perdas, realizou uma nova contrarreforma da Previdência que apenas retirou direito dos trabalhadores, aprovou uma nova Lei de Falências que, a partir de um certo montante, obriga a empresa, em processo falimentar, priorizar o

¹⁵³ O arrocho petista. *Época*. 10/02/2003.

¹⁵⁴ O risco e a especulação. *Época*. 14/07/2003.

¹⁵⁵ BC contra a recessão. *Época*. 21/11/2003. ¹⁸³ PAULANI (2008), Op. Cit., p. 17.

pagamento de dívidas bancárias em detrimento do pagamento dos débitos com os trabalhadores¹⁵⁶.

Dentre os principais países da América Latina o Brasil foi o último a implementar um projeto neoliberal. Luiz Filgueiras observa que apesar do Brasil ter como referência a experiência de outros países latino-americanos, além da Inglaterra e EUA de Thatcher e Reagan, respectivamente, somado as recomendações de instituições internacionais como o FMI, “o projeto neoliberal no Brasil foi constituindo e consolidando o seu programa político [...] no próprio processo de sua implementação, como resultado das disputas políticas entre as diversas classes e frações de classe”¹⁵⁷. As dificuldades estariam, segundo Filgueiras, relacionadas aos diferentes interesses de classe durante os anos de 1980: de um lado, a defesa do modelo de substituição de importações (MSI), e de outro a mobilização das classes trabalhadoras, manifestada na constituição do “Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), na criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT)

e do Partido dos Trabalhadores (PT) e na realização de cinco greves gerais entre 1983 e 1989”¹⁵⁸.

Apesar das mobilizações dos trabalhadores ocorridas na década de 80, não foi possível a criação um novo projeto de sociedade de cunho democrático e popular, o que “acabou possibilitando, em determinado momento (a partir da eleição de Fernando Collor em 1989), a unificação das diversas frações do capital [apesar de suas disputas internas e contradições] em torno do projeto neoliberal”¹⁸⁷.

¹⁵⁶ BOITO JR, Armando. A burguesia no governo Lula. In: ARCEO, Enrique; BASUALDO, Eduardo M.. *Neoliberalismo y sectores dominantes: tendencias globales y experiencias nacionales*. 1ª. ed. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO, 2006, p. 241.

¹⁵⁷ FILGUEIRAS, Luiz. O neoliberalismo no Brasil: estrutura, dinâmica e ajuste do modelo econômico. In: ARCEO, Enrique; BASUALDO, Eduardo M.. *Neoliberalismo y sectores dominantes: tendencias globales y experiencias nacionales*. 1ª. ed. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO, 2006, p. 180. (Nota de rodapé).

¹⁵⁸ FILGUEIRAS (2006), Op. Cit., p. 181. ¹⁸⁷ Idem, p. 181.

2.6 CONSIDERAÇÕES

As ideias de Gramsci foram e serão fundamentais para analisar a revista *Época*. Compreender a relação entre a sociedade civil e Estado, o papel dos intelectuais e os aparelhos privados de hegemonia possibilitou realizar um estudo crítico que destoasse da visão liberal de imprensa.

A grande imprensa brasileira e aqui representada por *Época*, assumem uma postura pró-capitalista em defesa do ideário burguês. Para isso se utiliza de meios de manipulação.

Ao ser realizada uma análise de como a revista tratou de assuntos econômicos e políticos durante o segundo mandato de FHC e primeiro mandato de Lula, o objetivo foi mostrar como *Época* assumia um discurso ameno e até mesmo favorável à um governo de direita (FHC), bem diferente da postura adotada durante a governabilidade de Lula, um governo até então considerado de esquerda, pela revista.

Foi mostrado nesse capítulo, por exemplo, ao se posicionar a favor do discurso ideológico de “busca pela credibilidade”, *Época* aponta como deve ser o melhor caminho adotado pelo novo governo petista. Um caminho que deve respeitar os compromissos firmados no governo de FHC com os organismos internacionais, além de continuar implantando uma série de medidas que favoreçam o pleno desenvolvimento do neoliberalismo no Brasil.

CAPÍTULO 3 – REVISTA *ÉPOCA*: IMPORTAÇÃO DE CAPITAIS E EXPANSÃO IMPERIALISTA

O Brasil foi um dos últimos países da América Latina a implementar um projeto neoliberal. Apesar de ter buscado inspirações em modelos reais, como o governo de Thatcher, na Inglaterra; Reagan nos Estados Unidos da América e ter seguido as instruções de instituições internacionais como o FMI, “o projeto neoliberal no Brasil foi constituindo e consolidando o seu programa político ... no próprio processo de sua implementação, como resultado das disputas políticas entre as diversas classes e frações

de classe”¹⁸⁸. As dificuldades estariam, segundo Filgueiras, relacionadas aos diferentes interesses de classe durante os anos de 1980: de um lado, a defesa do modelo de substituição de importações (MSI), e de outro a mobilização das classes trabalhadoras, manifestada na constituição do “Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), na criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e do Partido dos Trabalhadores (PT) e na realização de cinco greves gerais entre 1983 e 1989”¹⁵⁹.

Até o final da década de 1980 o interesse das “frações de classe do bloco dominante”¹⁶⁰ tentava reviver as políticas do “decadente” MSI. Em contrapartida, no meio acadêmico (de oposição heterodoxa) e empresarial criava-se um modelo neodesenvolvimentista¹⁶¹ contrário ao MSI.

¹⁸⁸ FILGUEIRAS, Luiz. O neoliberalismo no Brasil: estrutura, dinâmica e ajuste do modelo econômico. In: ARCEO, Enrique; BASUALDO, Eduardo M.. Neoliberalismo y sectores dominantes: tendencias globales y experiencias nacionales. 1ª. ed. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciências Sociales – CLACSO, 2006, p. 180. (nota de rodapé).

Com o fracasso do Plano Cruzado – bem como os demais planos que se seguiram na segunda metade da década de 1980 – e ao longo dos embates travados na Assembleia Constituinte (1986-1988), o projeto neoliberal foi se desenhando e se fortalecendo, passando do campo meramente doutrinário para se constituir em um programa político, com a formação

¹⁵⁹ Idem, p. 181.

¹⁶⁰ Esse conceito tem como origem o pensamento de Nicos Poulantzas e é usado por Filgueiras.

“Conceitualmente, o bloco dominante na sociedade é composto, em cada conjuntura, por distintas classes e frações de classes, assumindo uma delas a posição de liderança e hegemonia no seu interior, que se caracteriza pela capacidade de unificar e dirigir, política e ideologicamente, as demais a partir de seus interesses específicos, transformados e reconhecidos como parte dos interesses gerais do conjunto do bloco”. Nesse sentido a imprensa, vista como aparelho privado de hegemonia, é fundamental para a formação e a manutenção de uma visão de mundo hegemônica. Id. (nota de rodapé).

¹⁶¹ O modelo neodesenvolvimentista, segundo Bianchi, expressava a “reforma do sistema financeiro, subordinando-o ao financiamento do desenvolvimento; controle público das empresas estatais, ‘preservando a capacidade produtiva dos setores estratégicos fundamentais (insumos básicos, energia, petroquímica, mineração e telecomunicações), cujo desempenho eficiente é fundamental para a expansão do parque industrial brasileiro’ e fechando as estatais deficitárias; uma política industrial que privilegiasse os setores capazes de irradiar novas tecnologias e permitisse avançar no processo de substituição de importações; uma política de investimentos estatais que maximizasse a geração de empregos, e ‘uma nova atitude na regeneração da dívida externa’”. Apud FILGUEIRA, Luiz. O neoliberalismo no Brasil. Op. Cit. p. 182.

de uma percepção, entre as diversas frações do capital, de que a crise tinha um caráter estrutural e, portanto, que o MSI havia se esgotado e que o projeto neodesenvolvimentista era incapaz de responder os problemas por ela colocados¹⁶².

O liberalismo a partir de 1990 com o governo Collor inaugura uma fase da história brasileira, denominada por Filgueiras de “Era Liberal”, pois

Apesar da existência de algumas iniciativas nesse sentido, durante o governo Sarney, e de uma já forte massificação e propaganda dessa doutrina nos meios de comunicação de massa, havia uma forte resistência à mesma, calcada principalmente, na ascensão política, durante toda a década de 1980, dos movimentos sociais e do movimento sindical. A Constituição de 1988, apesar de seus vários equívocos, foi a expressão maior dessa repulsa da sociedade brasileira, por isso mesmo, ela foi alvo privilegiado tanto do Governo Collor quanto do governo Cardoso, que recolocou, mais tarde, o projeto liberal nos trilhos¹⁹³.

Filgueiras observa que o projeto político neoliberal brasileiro organizou de maneira distinta as relações políticas entre as várias frações de classe na sociedade brasileira. Além de possibilitar a transnacionalização dos grandes grupos econômicos nacionais e fragilização financeira do Estado brasileiro, possibilitou uma crescente subordinação da economia nacional frente aos fluxos internacionais de capitais. Desta forma observa-se uma nova configuração hegemônica das frações dominantes¹⁶³, que formam um novo bloco dominante:

o capital financeiro internacional – expresso na movimentação dos fundos de pensão, dos fundos mútuos de investimentos e dos grandes bancos dos países desenvolvidos –; os grandes grupos econômico-financeiros

¹⁶² Idem, p. 183. ¹⁹³

Idem, p. 183.

¹⁶³ Filgueiras ressalta que: “Na formulação gramsciana, a classe ou fração de classe hegemônica é aquela que ocupa/exerce o lugar/função mais estratégico (a) e decisivo no modo de acumulação num determinado período histórico e, a partir de seus interesses específicos – econômicos e políticos -, consegue soldar organicamente (compatibilizar) os interesses das demais frações do capital, de forma que a sua dominação é aceita (consentida) por estas últimas. Quando a fração de classe hegemônica consegue também expressar e articular os interesses das frações de classe subalternas, essa hegemonia se estabelece sobre o conjunto da sociedade, obtendo-se, assim, um consenso. Segundo Gramsci, quando isso ocorre, o grupo social hegemônico afirma sua capacidade de liderança e direção política, intelectual e moral”. Id., p. 183 (nota de rodapé).

nacionais, que conseguiram sobreviver até aqui, ao processo de globalização, em função de sua capacidade competitiva ou através da associação (subordinada) com capitais estrangeiros; e o capital produtivo multinacional (associado ou não ao capital nacional). Todos eles tendo aumentado suas respectivas influências no bloco dominante¹⁶⁴.

Tendo em vista essa nova formatação do poder nas mãos dos grandes grupos econômicos nacionais e internacionais (capital financeiro, industrial, comercial, agricultura e serviços), neste capítulo busca-se analisar a relação da revista *Época* com o neoliberalismo e a expansão imperialista. Aqui o foco está direcionado para as matérias que trazem temas relacionados a importação de capitais.

3.1 Importação de capital

As multinacionais têm um papel de destaque na revista *Época*, ocupando uma série de páginas, onde são apresentadas como fundamentais para a sociedade brasileira. As contradições que os monopólios estrangeiros geram não são relatadas pela revista acarretando um processo de ocultação por parte da imprensa¹⁶⁵.

Em termos históricos, a abertura do capital é uma característica da industrialização brasileira. O capital multinacional assumiu um papel determinante no século XX, principalmente a partir da sua segunda metade, apoiado nos Planos de Metas do governo de Juscelino Kubitschek, “o pretendido ‘salto de cinquenta anos em cinco’: governo, capital privado nacional e capital privado internacional. Naquele momento, o investimento das empresas multinacionais impulsionou decisivamente certos segmentos da indústria – o setor automobilístico é o grande exemplo”¹⁶⁶. René Armand Dreifuss destacou que

¹⁶⁴ Idem, p. 183-184.

¹⁶⁵ Sobre as multinacionais no caso específico de Veja, ver: RAUTENBERG, Edina. **Veja e as multinacionais no Brasil (1968-1975)**. Trabalho de Conclusão de Curso em História, UNIOESTE/MCR, 2008.

¹⁶⁶ CARVALHO, Ruy de Quadros; QUEIROZ, Sérgio. **Empresas multinacionais e inovação tecnológica no Brasil**. São Paulo em Perspectiva, v. 19, n. 2, p.51-59, abr./jun. 2005.

Até a década de cinquenta, o capital transnacional havia se estabelecido em serviços, extração e comercialização de produtos agrícolas e em menor grau, em empresas industriais. Através do Plano de Metas, os

interesses multinacionais no Brasil redirecionavam seus investimentos para outros setores e expandiam a economia local em direção à manufatura, no que foi chamado de ‘segundo estágio de substituição de importação’¹⁶⁷.

Na revista *Época*, o capital estrangeiro encontrou muito espaço. A maioria das reportagens tem um tom bem positivo, com raras as exceções que é feita uma crítica, que na verdade acaba sendo mais uma denúncia do que uma análise crítica. Veja duas reportagens:

Briga no balcão

Disputa na justiça revela descontentamento de franqueados com a cadeia McDonald's. “O empresário reuniu uma lista de reclamações contra o McDonald e foi à justiça. Ele contesta, sobretudo, o sistema de sublocação que a companhia estabelece. O franqueado Sgambatti arcava com um aluguel quase três vezes maior que o valor pago pelo próprio Mc Donald ao dono do ponto”. (*Época. Briga de balcão. 30/08/1999. p. 108-110*)

Gigante sob pressão

O governo paulista determina providências à Shell Química para evitar contaminação maior em Paulínia
“A shell química terá de retirar a terra contaminada de suas antigas instalações em Paulínia, no interior de São Paulo por ordem da Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental”.
(*Época. Gigante sob pressão. 16/04/2001. p. 45*)

Como mencionado, tais reportagens estão mais para uma denúncia do que crítica, além de dar voz ao empresariado brasileiro que “reuniu uma lista de reclamações contra o McDonald e foi à justiça”. As demais reportagens vão na contramão.

Dentre o período de 1998 a 2006 os setores que mais tiveram destaque foram os de automóveis (22 reportagens), alimentação (10 reportagens) e comunicação (08 reportagens). Também aparecem: setor primário (04 reportagens), serviços (04 reportagens), tecnologia (02 reportagens), turismo (01 reportagem), educação (01 reportagem) e aviação (01 reportagem).

3.1.1 A industrial automobilística

¹⁶⁷ DREIFUSS, René Armand. 1964: a conquista do Estado. 3ª. Edição. Petrópolis: Vozes, 1981.

Sobre a indústria de carros, foi encontrado as as seguintes reportagens:

Por Jorge Pontual; Juliana Almeida. 22/06/1998. Pg 95. **Em porto morto:** Modernização de fábricas no Brasil é estopim de greve na General Motors dos EUA. Carros. “É raro ver a palavra Brasil na primeira página do jornal The New York Times. (...) Brasil mereceu destaque sendo anunciado como sede das fábricas mais eficiente da General Motors. Mas elas também estão relacionadas como o estopim de uma greve que já alcança grandes proporções no EUA”.

Por Juliana Almeida. 13/07/1998. Pg 97-98. **Pátios voltam a lotar:** Promoções perdem força e as vendas de veículos novos dão sinais de que serão menores este ano. Fiat. Presidente da ANFAVEA: ‘Por enquanto nenhuma empresa associada deu indicação de que vá reduzir o nível de emprego’; ‘as montadoras preveem que haverá neste ano um recuo de 15% na produção, depois de ela ter superado 2 milhões de unidades no ano passado’.

Por Juliana Almeida. 08/02/1999. Pg 94. **Bandeira branca:** *Montadora recua e afora vai negociar a saída remunerada da mão-de-obra excelente.* “Demorou, mas a Ford recuou, computando 50 dias sem produção e 3500 carros a menos no mercado. A maior parte dos 2800 funcionários demitidos antes do Natal está de volta”. “O parecer do governo federal sobre a redução do IPI deve vir antes do carnaval, mas ainda há pontos a resolver”.

Por Paula Pacheco; Juliana Almeida. 05/04/1999. Pg 93-94. **De novo na pista:** As vendas de veículos melhoram, mas as montadoras já voltam a falar em aumentos. “O aquecimento nas vendas foi sentido especialmente em SP, que concentra cerca de 40% do mercado de carros zero no país e foi o primeiro estado a reduzir o ICMS, depois que o governo federal negociou corte de IPI dos veículos”. “A GM, por exemplo, já elevou a produção em 15% e a Volks estuda a ampliação da jornada de trabalho”.

Por Ana Magdalena Horta. 20/03/20000. Pag 112-115. **Aliança Global:** A GM compra 20% da italiana Fiat, joia da família Agnelli, e altera o cenário mundial. Encerra-se um capítulo de uma história centenária. O início foi em 1899, quando Giovanni, avô de Gianni, criou a Fábrica Italiana di Automonili Torino, a Fiat. Durante um século, a família Agnelli conseguiu preservar a ideia do “capitalismo familiar”. Agora em um mercado globalizado, foi forçada a conviver com quedas de até 45% nos lucros. A aliança prevê a criação de duas empresas internacionais com atuação restrita à Europa e à América Latina. O capital será dividido meio a meio entre os Agnelli e a GM.

Por Marcelo Aguiar. **A vez dos compactos.** 12/05/2003. Chegou a vez de um segmento novíssimo na indústria automobilística, batizado pelo jargão “compacto premium”. São carros mais espaçosos e com estilo mais arrojado que os populares, porém menores que os veículos da categoria imediatamente superior, a dos carros médios. Assim como o tamanho é intermediário, o preço quase sempre também é. Um carro dessa classe pode custar pouco mais de R\$ 25 mil a, no máximo, R\$ 35 mil. As montadoras começaram a testar o mercado e asseguram: há compradores. / Essas estratégias não escondem um sério problema: as montadoras dizem estar todas perdendo dinheiro. O setor tem capacidade para produzir 3,2 milhões de carros por ano, mas só vendeu a metade disso no país em 2002. Exportar, por isso, virou necessidade. A Volkswagen já é a quarta maior exportadora do país, superada apenas por Petrobrás, Embraer e Vale do Rio Doce. Seu próximo lançamento, apelidado Projeto Tupi, será um carro global – ou seja, será produzido aqui para o mundo todo”.

Por Ana Magdalena Horta. **A volta de um mito.** 23/06/2003. “Com o novo Mustang, a Ford quer mostrar que apesar da idade ainda é capaz de revolucionar”.

Por Ana Magdalena Horta. **O mercado interno encolheu.** 15/09/2003. “Nos últimos três anos, o segmento, responsável por cerca de 10% do PIB industrial, perdeu mais de 30% em vendas. Segundo a Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos (Anfavea), um mínimo de 2,7 milhões de veículos por ano seria necessário para assegurar o equilíbrio do setor, atualmente

sustentado por promoções sucessivas. Neste ano, porém, as vendas não vão ultrapassar 1,6 milhão de veículos”.

Por Cátia Luz. **Carro de Mulher.** 22/09/2003. “Responsável por 80% das decisões de compra, o público feminino obriga montadoras a produzir veículos mais inteligentes”.

Por Ana Magdalena Horta e Cátia Luz. **A hora da tesoura.** 01/12/2003. “Alemão especialista em cortar custos assume a presidência da Volks para salvar a empresa de seis anos de mau desempenho”.

Por Ricardo Grinbaum; Roberto Setton. 09/08/2004. Edição de Negócios. **O desafio da GM: Líder pela primeira vez, depois de quase 80 anos no Brasil, a montadora americana muda sua estratégia para voltar a ganhar dinheiro no país.** “O Brasil tem um dos mercados mais competitivos do mundo”.

Por Cátia Luz. **O caminhoneiro da Volks.** 20/09/2004. “Roberto Cortes cria no Brasil o jeito Volks de fazer ônibus e caminhões, multiplica vendas e é chamado para lançar fábricas em outros países”. / “Expansão começa com a inauguração de uma unidade no México, em outubro, e de outra, em seguida, na África do Sul”. / “Enquanto o mercado cresceu 12%

Por João Sorima e Ricardo Grinbaum. **Carro à brasileira.** 11/10/2004. “Com investimentos bilionários em engenharia, montadoras já desenvolvem modelos 100% nacionais”.

Entrevista. **Os novos desafios.** 11/10/2004. “Presidente da Anfavea diz que Brasil pode ficar fora da rota dos novos investimentos do setor automotivo”. / “O Brasil vai fabricar 2,1 milhões de veículos neste ano. É a melhor marca desde 1997. As exportações de carros made in Brazil vão trazer US\$ 7,5 bilhões, um crescimento de 36% em relação ao ano passado. Mesmo com esse desempenho robusto, Rogelio Golfarb, presidente da Anfavea, a associação que reúne os fabricantes de veículos, anda preocupado. Ele acha que o Brasil está entre os cinco mais avançados fabricantes de carros do mundo, mas corre o risco de ficar fora da nova rodada de investimentos das montadoras”.

<p>Por Ricardo Grinbaum. Do ABC para Detroit. 18/10/2004. “O presidente da Ford para a América do Sul e Brasil, Antonio Maciel Neto, olha toda hora para o computador em sua mesa, num escritório despojado, em São Bernardo do Campo, na região do ABC, em São Paulo. Ali, checa as vendas da montadora em tempo real. Se saem menos carros do que o esperado, Maciel pega o telefone e liga para uma concessionária. Ele não pede para falar com o dono, mas com um vendedor. Maciel visita e conhece pelo menos mais de 150 vendedores. „Sempre pergunto a eles o que fariam em meu lugar”, conta o executivo. A estratégia dá resultado. Maciel acaba de ser nomeado vice-presidente mundial da Ford, com sede em Detroit. É o posto mais alto alcançado por um brasileiro na segunda maior montadora do planeta”.</p>
<p>Por Ricardo Grinbaum. O Brasil é uma escola. 21/02/2005. “A General Motors estuda criar um carro 100% brasileiro”.</p>
<p>Por Ricardo Grinbaum. 02/05/2005. Págs. 10 a 13. Fiat Renova a Frota: <i>A montadora investe R\$ 1,3 bi no Brasil para lançar novos modelos e entrar no terreno dos concorrentes.</i> “Betim receberá um dos maiores investimentos entre as montadoras brasileiras nos próximos anos - e também uma das maiores apostas da Fiat fora da Itália”. “A aposta da alquebrada empresa italiana no Brasil ainda é mais importante quando se leva em conta a situação das montadoras por aqui. Quase ninguém está disposto a colocar muito dinheiro no país”.</p>
<p>Por João Sorima; Cátia Luz. Em ritmo acelerado. 02/05/2005. “Indústria automobilística começa o ano com recordes. Mas dólar fraco pode atrapalhar o desempenho do setor”. / “A indústria automobilística começou o ano com fôlego. No primeiro trimestre, bateu o recorde histórico de produção: 565.400 unidades saíram das linhas de montagem. As exportações são principal motor da retomada. Elas cresceram 36% de janeiro a março, outro número histórico. Graças aos carros bicomustíveis, até as vendas no mercado interno aqueceram”.</p>
<p>Por Ricardo Grinbaum; Patrícia Caçado. 14/11/2005. Pgs 66-68. Ford aposta nos populares: A montadora investe na vocação brasileira de produzir carros compactos e baratos. Não está sozinha, as concorrentes também preparam lançamentos. “O Brasil é hoje o quarto maior fabricante mundial de carros compactos, ou seja, de tamanho pequeno e médio, e custo baixos para os padrões internacionais. Nos últimos anos, as montadoras até tentaram esticar a corda”.</p>
<p>Por João Sorima Neto. A filial que ensina a matriz. 23/01/2006. “Como a Ford brasileira conseguiu driblar a crise internacional e obter resultados melhores que os da montadora nos Estado Unidos e no restante do mundo”.</p>
<p>Por João Sorima Neto. 06/03/2006. pgs 50-52. O segredo da Toyota: A empresa japonesa ameaça a liderança da GM e, em breve, se tornará a maior montadora do mundo. Como ela conseguiu isso? “A indústria automobilística vive uma das maiores crises de sua história. Líder mundial na produção de veículos, a General Motors luta para evitar concordata.</p>
<p>Sem autor. 24/04/2006. pgs 54-55. A GM à beira do abismo: A briga da maior montadora do mundo para escapar da concordata. E a estratégia da filial brasileira para sair do prejuízo. ‘A crise da matriz já tem alguns reflexos no Brasil. Com a redução da atividade da montadora nos EUA, diminuiu a exportação de ferramentas feitas na fábrica de São Caetano e a empresa abriu um programa de demissões voluntárias na ferramentaria”.</p>

Como mencionado, no processo de análise da revista *Época*, observamos uma grande quantidade de matérias sobre o setor automobilístico. Vinte e duas foram as matérias levantadas na revista, onde classificamos em quatro grupos principais: o **primeiro grupo** (que soma metade das matérias) são matérias que tratam de como as montadoras estão elaborando suas estratégias de vendas¹⁶⁸, para aumentar suas fatias de mercado, que vai desde: a) criação de novos modelos de carros (como é o caso dos carros conhecidos como “compacto premium”); b) retorno ao mercado de modelos de carros consagrados no passado, como é o caso do Mustang da Ford; c) elaboração de carros específicos para o público feminino, citando como exemplo a Volvo; d) destaque para a empreitada de produzir automotores não tão difundidos, como é o caso da Volkswagen, que passou a aumentar a fabricação de ônibus e caminhões.

O **segundo** grupo diz respeito a assuntos que tratam sobre os desafios encontrados pelas montadoras no mercado¹⁶⁹. Sobre essa questão destacamos: a) entrevista de Rogelio Golfarb, presidente da Anfavea (Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores), que assim como *Época* está “preocupado” com o Brasil, pois o país corre

o risco de ficar “fora da rota dos novos investimentos do setor automotivo”¹⁷⁰; b) além de tratarem de assunto que envolvem os desafios enfrentado pelas montadoras, como a redução de vendas no mercado interno, cortes nos gastos, dentre outros.

O **terceiro** grupo são matérias entusiastas, que mostram o que “deu certo”¹⁷¹, como: a) desenvolvimento de modelo de carros 100% nacional, onde se leva em conta o gosto do público local; b) o exemplo do funcionário que “triunfou”, como é o caso de Antonio Maciel Neto, que deixou a presidência da Ford em São Bernardo do Campo, para ser vice-presidente mundial da Ford, em Detroit; e c) e os exemplos que as montadoras nacionais podem dar para as demais, como foi com a Ford Brasil, que em momentos de crise financeira internacional, vendeu bem mais que as demais montadoras no restante do mundo.

¹⁶⁸ O título das matérias que tratam sobre as estratégias de venda são: A vez dos compactos; A volta de um mito; Carro de Mulher; O desafio da GM; O caminhoneiro da Volks e Fiat renova a frota.

¹⁶⁹ O título das matérias que tratam sobre os desafios encontrados no mercado pelas montadoras são: O mercado interno encolheu; A hora da tesoura e os novos desafios.

¹⁷⁰ Os novos desafios. *Época*. 11/10/2004.

¹⁷¹ As matérias referentes a esse grupo são: Carro à brasileira; Do ABC para Detroit e A filial que ensina a matriz.

Em um **quarto** grupo, encontramos reportagens que tratam da crise no mercado de carros, bem como das greves e demissão resultantes desse fato¹⁷². Temos como destaque as dificuldades macro e micro, as greves resultantes de processos de reestruturação e demissões de trabalhadores, muitas delas viabilizadas através de programas específicos, como é o caso da GM, que criou um programa de demissões voluntárias.

Luis Paulo Bresciani mostra o processo de consolidação da indústria automotiva no Brasil, que surgiu em 1950, e passou por um processo de reestruturação nos anos seguintes (com destaque para os anos de 1990), tanto no que diz respeito à produção, quanto em sua relação com a organização sindical. Bresciani apresenta como a indústria automotiva, principalmente nos anos 1990, foi aos poucos reduzindo o poder da força sindical, e conseguindo aprovar medidas favoráveis ao setor automotivo¹⁷³.

Essas mudanças fazem parte das transformações ocorridas no capitalismo recente no Brasil. Como destaca Ricardo Antunes, essas transformações

Foram de grande intensidade, impulsionadas pela nova divisão internacional do trabalho e pelas formulações definidas pelo Consenso de Washington e desencadearam uma onda enorme de desregulamentações nas mais distintas

esferas do mundo do trabalho. Houve também um conjunto de transformações no plano da organização sociotécnica da produção, presenciando-se, ainda, um processo de reterritorialização e mesmo de desterritorialização da produção, entre tantas outras consequências da reestruturação produtiva e do redesenho da divisão internacional do trabalho e do capital¹⁷⁴.

¹⁷² As matérias referentes a esse grupo são: Em porto morto; Pátios voltam a lotar; Bandeira Branca; O desafio da GM; A GM a beira do abismo.

¹⁷³ Ver: BRESCIANI, Luis Paulo. Os desejos e o limite: reestruturação industrial e ação sindical no complexo automotivo brasileiro. In: LEITE, Marcia de Paula. (org.). **O trabalho em movimento: reestruturação e sindicatos no Brasil**. Campinas, SP: Papirus, 1997.

¹⁷⁴ Antunes, R. A nova morfologia do trabalho e as formas diferenciadas da reestruturação produtiva no Brasil dos anos 1990. Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Vol. XXVII, 2014, pág. 11-25.

Ainda sobre o Consenso de Washington, foi proposto a consolidação de uma postura subalterna para os países da América Latina. Estados Unidos e instituições financeiras ditavam como deveria ser organizada a economia e política dos países do continente latino-americano¹⁷⁵.

No campo social Paulo Nogueira Batista assinala que

O “Consenso de Washington” não tratou tampouco de questões sociais como educação, saúde, distribuição da renda, eliminação da pobreza. Não porque as veja como questões a serem objeto de ação numa segunda etapa da liberalização econômica. Isto é, deverão emergir exclusivamente do livre jogo das forças da oferta e da procura num mercado inteiramente autoregulável, sem qualquer rigidez tanto no que se refere a bens quanto ao trabalho. Um mercado, enfim, cuja plena instituição constituiria o objetivo único das reformas²⁰⁷.

A precarização da força de trabalho mediante o mito da flexibilização, representou a diminuição dos direitos historicamente conquistados pela classe trabalhadora. Os trabalhadores passaram a ser substituídos por máquinas e sistemas tecnológicos informatizados. O resultado não seria diferente, “à medida que ocorre a expansão dos investimentos direcionados às inovações nos sistemas produtivos do setor automotivo, ocorre também a redução dos postos de trabalho e o aumento da produtividade e da

qualidade dos produtos”¹⁷⁶. Porém, devido ao caráter ideológico da revista *Época*, tais apontamentos são ocultados.

¹⁷⁵ Paulo Nogueira Batista fala que organizações mundiais criavam documentos específicos para o Brasil, onde orientava como deveria ser a inserção do Brasil no cenário internacional. Um documento criado pelo Banco Mundial, por exemplo, chamado de “Trade Policy in Brazil: the Case for Reform”, relatava que tal inserção deveria ser através da revalorização da agricultura de exportação. Tal discurso teve foi endossado pela Fiesp, o que acarretava “uma inversão do processo nacional de industrialização, como se a vocação do Brasil, às vésperas do século XXI, pudesse voltar a ser de exportador de produtos primários, como o foi até 1950”. In: BATISTA, Paulo Nogueira. O consenso de Washington. Op. Cit., p. 117. ²⁰⁷ Id., p. 123-24.

¹⁷⁶ BUNDE, Altair; VARGAS, Priscila Gonçalves. **Indústria automobilística brasileira**: uma análise das principais transformações tecnológicas no sistema produtivo e seu impacto sobre o emprego. Revista Pegada – vol. 22. n.2. Maio-Agosto/2021, p. 70.

3.1.2 O Capital Financeiro

Sobre esse assunto, vejamos as matérias encontradas na revista:

<p>Por Jorge Luiz de Souza. 25/05/1998. Pg. 122-125. Caderno especial de investimentos. Dinheiro. “Primeiro foi a Ásia. Agora é a Rússia que assusta os investidores e volta a colocar na berlinda os países emergentes – entre eles o Brasil”. O caderno traz várias informações pequenas sobre inflação, preço do gado, cotações, juros.</p>
<p>Por Carla Jimenez. 08/06/1998. Pgs. 96-97. O perfil de 2005: A indústria mira a baixa renda e os grupos sociais que vão ditar os rumos do mercado. “No século XXI, a mulher terá mais voz e maior poder de decisão, a terceira idade ganhará mais status e o jovem ficará mais independente”. “Com núcleos familiares menores, espera-se aumento da população madura. Pessoas com mais de 65 anos deverão constituir um estrato significativo, uma vez que a população tende a evoluir mais velozmente nessa faixa etária”.</p>
<p>Por Raquel Balarin; Willian Waack; Ugo Braga. 22/06/1998. Pgs 30-31 Foi por um triz: A economia japonesa pisca e assusta o mundo. O Brasil sente. Globalização. “Um tropel de cavalaria que vem salvar o Forte Apache. Foi assim que o mercado financeiro mundial encarou a intervenção americana da quarta-feira 17, quando o banco central do EUA e Japão gastaram 6 bilhões de dólares para segurar a queda livre do iene”. “O Brasil sente os efeitos diretos dessa situação”. “Outro efeito negativo para o Brasil é o fato de que o risco do agravamento da crise mundial estancou o fluxo de dinheiro para as bolsas de países emergentes”.</p>
<p>Caderno Especial DINHEIRO. 22/06/1998 Pg 92. Lucros em plena turbulência. Ações. “apesar da instabilidade do mercado, nem todos os investidores em ações tem do que se queixar. Um grupo seleto de papeis vem resistindo ao sobe-e-desce das bolsas e ostenta valorizações invejáveis no acumulado do ano, como Acesita e Banco do Brasil”.</p>
<p>Por Susi Aissa; Paula Pacheco. 27/07/1998. Pg 114-115. A concorrência faz milagres, sim! Aposentados, jovens e trabalhadores informais conseguem crédito bancário. “Não, o Bradesco não foi acometido por um súbito ataque de generosidade. A criação dessa linha de crédito é fruto do aumento da concorrência no sistema financeiro, que tem levado os bancos a buscar novos nichos de mercado e aumentar sua atuação”.</p>
<p>Por Moisés Rabinovici. 10/08/1998. Pg 97-99. A armada vem pelo telefone: Desembarque no Brasil reafirma a ousadia do capital espanhol em toda América Latina. Investimento externo. “Santander: 19ª maior instituição financeira do mundo adquiriu dois bancos em sua incursão brasileira”. A matéria faz uma alusão às conquistas territoriais dos espanhóis, ao tempo dos descobrimentos, e a conquista feitas pelo setor financeiro dos bancos na América Latina, etc.</p>
<p>Por Moisés Rabinovici. 04/01/1999. Pg 108-109. Está inaugurada a Eurolândia: Estreia da nova moeda, em 1º de janeiro, marca uma nova etapa no processo de unificação da Europa e facilita a vida do turista. “A diferença o turista vai sentir já no desembarque. Quando chegar a</p>

um dos 11 países europeus que integram a Eurolândia, ele não precisará mais se perder em cálculos para trocar seus dólares ou outras moedas (...). “Os cidadãos da Eurolândia só usarão as notas de 5, 10, 20, 50, 100, 500 a partir de janeiro de 2002”.

Por Jorge Pontual. 22/02/1999. Pgs 22-25. www.fora_do_tom.com.br: Paul Krugman acusa Armínio Fraga de ter beneficiado Soros, volta atrás, e FH pede a seu novo presidente do BC que processe o economista. Episódio pode atrapalhar sabatina no Senado. Banco Central. Especulação financeira. (...) as declarações de Krugman levantaram a suspeita de que ele teria passado para o megaespeculador Geoge Soros, seu patrão até o momento de ser indicado para a presidência do BC, a informação de que o governo brasileiro jamais promoveria um calote de seus títulos de dívida”. Acusações colocam Fraga como suspeito, pois também mantém negociações com o FMI.

Por Guilherme Barros. 19/04/1999. Pg 22-29. **Ladrões de informações:** Como o ex-presidente do BC Francisco Lopes terminou envolvido em um caso de espionagem financeira com um exsócio e um banqueiro. “A PF, os auditores do BC e os senadores da CPI do Sistema Financeiro passaram a semana procurando por alguém conhecido nos subterrâneos do mercado financeiro como ‘o condutor do ônibus’. Este seria o codinome da pessoa que, segundo denúncias, trabalhava no BC e passava informações privilegiadas para os bancos Marka e FonteCindam”. Longa matéria sobre o funcionamento do tráfico de informações privilegiadas e influência entre bancos privados e agente públicos. Destacam a figura de Salvatore Cacciola. Ex presidente do

BC fundou empresa de consultoria. “Dólares saem do Brasil, passeiam por paraísos fiscais e voltam ao exterior pelas mesmas rotas”. “Banqueiros de muita sorte. Lista de Aloisio Mercadante mostra que alguns bancos agiram como se soubessem da mudança cambial”.

Por Guilherme Barros; Luis Costa Pinto. 26/04/1999. Pgs 28-33. **A vida dupla de Chico Lopes:** Um antecessor de Lopes na presidência do BC revela que conversou com o subordinado na Macrométrica. Pagamento de informações era feito nas Bahamas. Pactual é o quarto da lista dos Brangança. “O governo já descobriu que o Banco Pactual é a quarta instituição financeira da lista de clientes de serviços especiais vendidos pelos irmãos Brangança”. Tráfico de influência. “Entra-e-sai no mercado e no BC. Poucos foram os presidentes do BC que se impuseram quarentena”.

Por Helô Reinert; Martha Mendonça. 26/04/1999. Pg 36. **Escola de espertezas:** Empresários como Cacciola vêm do tempo em que o mercado financeiro era um verdadeiro faroeste.

Por Raquel Balarin. 26/04/1999. Pg 106-107. **De volta ao mundo:** O governo é bem-sucedido no lançamento de títulos no mercado financeiro internacional, mas as empresas ainda terão dificuldades. BNDES. Bradesco. FMI. “Depois de 13 meses sem emitir títulos no exterior e duas crises graves, uma na Rússia e outra aqui, o governo voltou a mostrar a cara no mercado internacional”. “Os bancos aproveitam a diferença entre as taxas de juro lá fora e aqui no Brasil. Para as empresas, a situação é mais difícil. Elas vão demorar mais para voltar a captar recursos externos – Diretor exec. Bradesco”.

Por Raquel Balarin; Fabio Alves; Maria Cristina Fernandes. 03/05/1999. Pgs 104-107. **Troca de papéis:** BNDES anuncia intrincado mecanismo de ajuda às empresas privadas que lançaram títulos no exterior, abre mais uma polêmica sobre a utilização de recursos públicos, mas aposta que o negócio será rentável. “A CSN e outras grandes empresas poderão ter alívio no juro pago lá fora e mais prazo para resgatar dívida”. Reportagem fala da ajuda a empresas privadas com dinheiro público, entre as empresas estão construtoras, siderurgia, etc.

Por Patrícia Cerqueira. 10/05/1999. Pg 26-27. **CPI dos bancos:** há mais de um mês 11 senadores investigam operações do banco central no mercado financeiro. “O governo federal conseguiu bloquear por dois anos a instalação de uma comissão parlamentar de inquérito sobre

o sistema financeiro (...). A do sistema financeiro tem sido a mais penosa para o governo, pois coloca em cheque a atuação do banco central”.

Por Edmundo de Oliveira. 08/03/1999. Sem pg. **Mudança de ares:** Diretoria do Bradesco muda de sala, aposenta anos de tradição e segue renovando a imagem do banco. “Lendária por seu conservadorismo e sua discrição, a diretoria do Bradesco dá um passo que pode ser interpretado como manifestação de riqueza”.

Por José Casado. 14/06/1999. Pg 27. **Funcionário suspeito:** Patrimônio e contas telefônicas de Pundek, assessor de Chico Lopes, despertaram a atenção dos senadores. CPI dos Bancos. A matéria trata do caso de um servidor que ganhava 6 mil reais e tinha patrimônio incompatível com seus rendimentos. Banqueiros.

Por Raquel Balarin; Fabio Alves. 21/06/1999. Pg 104. **Três na corrida:** Na briga com Bradesco e Itaú, Unibando quer fazer aumento de capital para não ficar de fora do leilão. “Começou o duelo dos gigantes brasileiros interessados no controle do Banespa. ” “É uma disputa mais acirrada pelo fator competitividade do que propriamente pela atratividade do banco”.

Por Luis Costa Pinto. 28/06/1999. Pg 22. **O contribuinte paga:** Senado aprova federalização de dívida da prefeitura de São Paulo e evita quebra do BB. “Calabi gastou 96 horas em conversas com senadores, na última semana, para convencê-los a autorizar a federalização dos papéis financeiros paulistanos. ”

Por Helô Reinert. 12/07/1999. Pg 26-27. **Ensino com grife:** Sobrenomes da política e do mercado financeiro desembarcam no negócio de faculdades e cursos via internet. “Eles passaram pelo governo ou pelo mercado financeiro. Tinham enorme poder de influenciar pessoas com suas opiniões. Agora, dedicam-se a um nova e rentável atividade, a educação. ” “O economista Luiz Gonzaga, professor da universidade de Campinas, acha que o capitalismo é muito criativo.

Por Raquel Balarin. 31/01/2000. Pag 109. **Como manda a legislação:** Ação será oferecida por quatro vezes a cotação. O Governo vai realizar até março uma oferta de ações ordinárias do Banespa para acionistas minoritários e funcionários do banco por um valor quase quatro vezes superior à cotação do papel na bolsa. À primeira vista sem sentido, a oferta é uma exigência legal do Estado de São Paulo”.

Por Paula de Santis e Raquel Balarin 10/01/2000. Pag 48-49. **Ano começa com um bug financeiro:** Queda nas bolsas voltaram a assustar o mundo, mas os ganhos obtidos com as ações em 1999 exercem fascínio sobre os investidores no Brasil. “Não há motivo para pânico, costumam garantir os especialistas. E a recuperação verificada nos dias posteriores serviu de argumento para mostrar que se estaria longe de uma crise como a de 1997.

No Brasil, quem investiu em ações no início do ano passado pôde comprovar o valor da tal “exuberância”. A bolsa paulista subiu no ano 152% em reais, ou cerca de 68% em dólares. Logo após a desvalorização do real, aplicadores estrangeiros correram para comprar ações brasileiras, baratas em dólar. Mas o movimento mais importante foi no fim do ano”.

Por Aguinaldo Nogueira. 20/03/2000. Pag 116-117. **Quarta-feira de cinzas:** Justiça condena Ângelo Calmon de Sá, o homem que quebrou o Econômico, a quatro anos de prisão em regime semi-aberto. “Há 55 meses, desde a quebra do Econômico, sobra tempo na vida de Calmon de Sá. O item mais constante da agenda do ex-banqueiro tem sido conversas com advogados. É réu em 25 processos. Aguada também um acerto com o Banco Central sobre o rombo de US\$4 bilhões do Econômico. Como os ativos ficaram mais valorizados que as dívidas, poderá tornar-se milionário outra vez”.

Por Ana Magdalena Horta. 08/01/2001. pgs 72-74. **Cruzada pelo crescimento:** O BC americano reduz os juros para estimular a economia, provoca otimismo nos mercados, mas pode não conseguir evitar a recessão. “A evolução dos juros brasileiros depende em larga medida da rota traçada em Washington. Se o FED mantém os juros altos, não é possível para o BC baixar suas taxas básicas, reguladoras do nível de juros de toda a economia”.

Por Ana Magdalena Horta; Cátia Luz. 29/01/2001. pg 76-79. **Globalização.** Na rota dos protestos: Em Porto Alegre, a preparação da ofensiva contra a união econômica das Américas. “O Brasil entrou na rota da rebeldia planetária contra excessos do liberalismo econômico. Representantes de organizações não governamentais de 122 países encerram nesta semana o Fórum Social Mundial”. “O projeto de uma área de livre comércio das Américas, conhecido como Alca, que prevê uma união continental de interesse de países, empresas e comunidades com poder econômico desigual, passou ao centro das atenções das organizações não governamentais (...)”.

Por Vladimir Brandão. 26/02/2001. pgs 60-62. **O jogo de um conservador:** Como o dono do Banco Mercantil Finasa prepara a associação com um grupo estrangeiro. Trata-se de uma reportagem bem personalíssima sobre o banqueiro e sua influência política.

Por Vladimir Brandão. 13/08/2001. pgs 88-89. **O último combatente:** Um dos mais tradicionais banqueiros do país, Gastão Vidigal resistiu até o fim à venda do Mercantil de São Paulo a grupos estrangeiros. “Não me globalizo com ninguém. Gastão Eduardo de Bueno Vidigal foi fiel a suas convicções”. “Conservador, símbolo da mais tradicional corrente da banca brasileira. Vidigal era descrito por amigos com um banqueiro inglês do século XIX perdido no Brasil do terceiro milênio”.

Por José Casado; Agnaldo Nogueira. 14/05/2001. pgs 74-75. **Confusão bilionária:** Como o banco central se meteu em um conflito de grupos privados ao tentar vender patrimônio de Calmon de Sá na área petroquímica. “O BC, órgão público cuja missão principal é zelar pelo valor da moeda, meteu-se em umas das maiores disputas privadas dos últimos tempos: o confronto entre os grupos Ultra e Odebrecht pela compra do controle da Copene”. “O BC, o Ultra e o grupo Odebrecht são importantes acionistas dessa empresa, responsável pelo abastecimento de matéria-prima do conjunto de indústrias petroquímicas instaladas no complexo industrial”.

Por Ana Magdalena Horta; Vladimir Brandão; Carlos Alberto Jr; Regina Alvarez. 17/09/2001. Pgs 90-95. **O espanto do capitalismo:** Atentado pára a maior bolsa do planeta, destrói arquivos do mercado financeiro e expõe fragilidades da globalização. “O atentado ao World Trade Center fez o coração do capitalismo parar de bater. Nova York silenciou, e com ela a maior bolsa de valores do mundo e as principais casas bancárias, de corretagem e de investimento, que tinham escritórios nas torres gêmeas ou nos quarteirões vizinhos ao local da tragédia”. “Mais difícil será devolver a confiança à população para que ela volte a comprar mercadorias e girar as máquinas de produção. O consumo movimenta dois terços da atividade dos EUA”.

Por José Casado. 02/07/2001. Pgs 76-79. **Bancos. Rico outra vez:** Acerto com o BC recoloca Calmon de Sá, ex-dono do Econômico, na lista dos bilionários. Reportagem aponta relacionamento não republicano, enriquecimento, favorecimento de banqueiro, inclusive durante o período militar.

Por Silvia Faria; Carlos Alberto Jr. 10/09/2001. Pgs 80-81. **Golpe na classe média:** A caixa econômica desorganiza setor ao fechar o crédito para famílias com renda acima de 2 mil. “A decisão da caixa econômica de suspender os financiamentos habitacionais a famílias com renda mensal superior a 2 mil deixou boa parte dos brasileiros mais distante da casa própria”. “A CAIXA, responsável por 91% dos empréstimos habitacionais, suspendeu os financiamentos a

imóveis usados em agosto do ano passado. Prometeu retomá-los neste ano. Não o fez. Agora, cortou todos os financiamentos para a classe média, sem previsão de retorno”.

Por Expedito Filho; Kaike Nanne; David Friedlander. 29/10/2001. Pgs 34-39. **Entre poder e dinheiro:** Investigado pela PF, Alexandre Paes dos Santos tem até bancada própria – confessa um deputado. “Poderoso pelo volume e importância de seus clientes, Santos é conhecido pelas conexões que possui na cidade. Circula pelo Congresso com uma credencial fornecida pelo deputado paulista Arnaldo Faria de Sá que lhe permite atravessar as portas da Casa sem ser molestado a até entrar no plenário”. Carrefour. Monsanto. Intelig. Pirelli.

Por Betina Moura. 19/11/2001. Pgs 116-118. **Disputa pelos pobres:** Bancos expandem financiamentos para a população de baixa renda; os velhos agiotas cobram juros de 26% ao mês. As financeiras, até 18%. “A nova onda provoca crescimento das financeiras, empresa que emprestam quase exclusivamente a pobres com juros altíssimos, em média duas vezes superiores aos dos bancos tradicionais”. “Não é apenas na ponta do crédito que o povão alimenta o sistema financeiro. As faixas de renda mais baixa são responsáveis também pelo aumento do número de contas correntes”.

Por Bernardino Furtado. 12/11/2001. Pgs 43-44. **Efeito moderado:** Na tentativa de purificar as relações entre funcionários públicos e lobistas, o governo edita portaria necessária, mas de alcance modesto. “O documento proíbe que intermediários marquem audiências com autoridades lotadas na presidência da república e acaba com os bicos e a chance de um segundo emprego para todos os servidores do planalto”.

Por Vladimir Brandão. 05/11/2001. Pgs 50. **Bancos. Crise? Que crise?** Enquanto todos perdem dinheiro, o setor financeiro pode obter os melhores resultados em cinco anos.

“Passando ao largo das turbulências econômicas ou tirando proveito delas, os bancos brasileiros colhem uma supersafra de lucos. O Bradesco, o maior entre os privados, acumulou lucro líquido de 1,56 bilhão entre janeiro e setembro de 2001”.

Por Thomas Traumann. 24/12/2001. Pgs 44-45. **Apelo à burguesia:** O PT aprova um programa moderado e tenta atrair empresários para a quarta campanha de Lula à Presidência. “Que o PT ficou mais moderado não há dúvida. Não há nas 19 páginas das diretrizes aprovadas em Pernambuco ideias como a estatização das redes de rádio e TV da campanha de 1989 ou uma política estatal para fazer os empresários dividir seus negócios com consumidores e trabalhadores, como 1994. Mas é ingenuidade imaginar um programa cor de rosa. Continua no ideário petista o rompimento do atual acordo com o FMI (sem moratória), o controle da entrada de capital estrangeiro nas bolas de valores e a recusa ao projeto americano da Área de Livre Comércio das Américas (Alca) ”.

Por Vladimir Brandão; Mônica Yanakiew. 03/12/2001. Pgs 96-97. **Mercosul na pindaíba:** A atividade no bloco comercial está minguando, as empresas já garimpam novos mercados e o processo de integração anda para trás. “O grupo brasileiro Itaúsa, controlador do Banco Itaú, é um dos que haviam fincado o pé na Argentina, com investimentos na área industrial e bancária. Dono do Duratex, que detém a marca Deca, o grupo investiu US\$ 35 milhões em 1995. Comprou a tradicional indústria de metais sanitários Piazza e ainda ergueu outra fábrica de louças para banheiro”. “O Brasil também já se mostra disposto a firmar acordos em separado com outros países e blocos econômicos, deixando para trás os movimentos conjuntos com seus vizinhos”.

Por Marcelo Aguiar. 27/01/2003. Pgs 34-35. **Um azougue no BB:** A escolha de um craque dos mercados para o Banco do Brasil reforça o estilo da equipe de Palocci. “Um executivo com perfil de operador, do tipo que o mercado financeiro tentou e não conseguiu emplacar no Banco

Central (...)”. “O presidente do BB de Lula tem muito mais milhagem no mercado financeiro do que qualquer um de seus antecessores”.

Por Thomas Traumann. 13/10/2003. Pgs 46-47. **Operação de guerra:** O governo Lula entra em campo, tira o Opportunity da gestão de fundo e acirra luta pelo controle de ex-empresas estatais. “O governo Lula iniciou uma intervenção cirúrgica para tentar alterar o controle da terceira maior companhia de telefones do país (...)”.

Por Soraia Duarte. 27/10/2003. Pgs 48-49. **Didáticos aos milhões:** Principal cliente das editoras, o governo turbinou a compra de livros e já atrai o capital estrangeiro. “Empresas disputam um mercado que vai chegar a R\$ 1 bilhão.

Por Marcelo Aguiar. 03/11/2003. Pg 46-47. **Acabou a deprê:** Megacorporações americanas antecipam retomada econômica e dão partida a uma nova onda de fusões bilionárias de empresas. “A volta das grandes compras de empresas revela como as corporações pressentiram a recuperação da economia antes que ela começasse a aparecer nos indicadores (...)”.

Por Thomas Traumann. 01/12/2003. Pgs 48-49. **Respingou no Citibank:** O banco americano, um dos maiores credores do Brasil, é envolvido na disputa pelo controle da companhia Brasil Telecom. “Cinco anos depois da privatização das telefônicas, descobre-se que a participação acionária do banco americano Citibank na companhia Brasil Telecom é maior que se imaginava”.

<p>Por Marcelo Aguiar. 08/12/2003. Pgs 56-58. Nova safra de banqueiros: A segunda geração de bancos de investimento ocupa o lugar deixado por Garantia, Icatu e Cia. Reportagem aborda alguns bancos, corporações e personalidades do mundo bancário.</p>
<p>Por Marcelo Aguiar. 21/07/2003. Pgs 48-49. Dinheiro à brasileira: Lucros de grandes bancos estrangeiros de varejo no país atingem valores tão altos que mudam o mapa de seus negócios globais. “O Brasil começou a crescer e aparecer nos balanços dos grandes bancos internacionais. Os lucros conseguidos no mercado nacional ganharam um tamanho tão surpreendente (...)”.</p>
<p>Por Ana Magdalena Horta. 21/07/2003. Pgs 50. O varejo no poder: Economistas tomam o pulso da economia americana olhando para os números da Walmart.</p>
<p>Por Isabel Clemente e Thomas Traumann. 24/05/2004. Págs. 40-42. O Brasil de Lessa: O presidente do BNDES promete dinheiro público para grupos nacionais e diz que nem todo capital estrangeiro é bem-vindo. “Ele e “toda a torcida do Flamengo” duvidam que a globalização seja capaz de diminuir a miséria. ”.</p>
<p>Por Patrícia Cançado. 19/07/2004. Pgs 44-46. A volta dos samurais: Depois de uma década apostando na China, O Japão decide diversificar e elege o Brasil como prioridade de investimento. “O Japão investirá US\$ 2 bilhões em energia, agricultura e transporte”. “Um terço das filiais japonesas no Brasil quer investir mais”.</p>
<p>Por Marcelo Aguiar; Ronald Fritas. 12/07/2004. Pg 40-41. Cicerone (ex-banqueiro) na altaroda: Quase 20 anos depois de ter sido banido do mercado financeiro, Mário Garnero volta ao centro do poder abraçado ao governo Lula.</p>
<p>Por Patrícia Cercado. 05/07/2004. Pg 48-49. Discreto clube da elite: Banqueiros e economistas se associam para transformar uma mansão carioca num centro de debates dos problemas brasileiros. “Quando foi comprada por um ex-banqueiro, a Casa das Garças era apenas uma mansão abandonada na Gavea.</p>
<p>Por Isabel Clemente. 23/08/2004. Edição Negócios. Pg 16-17. General do BNDES: Na vicepresidência do banco, o neonacionalista DARC Costa planeja um Brasil desenvolvido pelo Estado. “Nunca um vice-presidente do BNDE teve tamanho poder. Ele responde pelo carrochefe do banco, a infra-estrutura (...)”.</p>
<p>Por Ricardo Grinbaum e Marcelo Aguiar. 20/09/2004. Págs. 06-07. Chegou a Vez do Crédito: Presidente do Itaú diz que, mesmo com alta dos juros, bancos vão turbinar os empréstimos a pequenas empresas e pessoas físicas. “As empresas e médias empresas é que sentirão mais a forte expansão do crédito no segundo semestre e em 2005. ”.</p>
<p>Por Andrei Meireles; Walter Nunes. 09/08/2004. Pgs 32-36. O doleiro dos grã-finos: Além de Meireles e de Casseb, Malhão e Souza operou para Emerson Fitipaldi, Olavo Stúbal, Banco Votorantim. Reportagem retrata o governo, Meirelles e relações.</p>

<p>Por João Sorima Neto e Ricardo Grinbaum. 13/09/2004. Pgs. 08-11. Reinvenção da Itautec: A empresa desiste dos computadores domésticos por causa do contrabando, compra indústrias no exterior e busca novos mercados. “A empresa investe R\$50 milhões por ano em pesquisa e é uma das poucas do mundo a fabricar supercomputadores.” “A Itautec vai fornecer máquinas de câmbio de dinheiro para os cassinos da Força Aérea dos Estados Unidos”.</p>
<p>Por André Barrocal. 03/01/2005. Pgs 33. Aposta privada: Aprovada no Congresso, a PPP ainda depende de regras adicionais e da confiança dos investidores. “Banqueiros, empreiteiros, fundos de pensão e quem mais tiver dinheiro para investir ganharam, no fim do ano, um presentão de Natal, do governo federal (...)”.</p>
<p>Por Alexandre Mansur. 14/03/2005. Pgs 43. As ações deles estão na bolsa: Pregão filantrópico da Bovespa já captou 2 milhões para projetos sociais. Agora a Unesco quer levar a ideia para outros países”.</p>
<p>Por Thomas Traumann; Isabel Clemente. 21/03/2005. Pgs 30-33. Com R\$ 60 bilhões em ação: O BNDES assume discurso do Brasil Grande e aumenta limite de crédito por empresa. “Os liberais acharam que isso não aconteceria mais”; “O governo Lula está colocando na praça um ambicioso programa de liberação de 60 bilhões em créditos do BNDES para megaprojetos (...)”.</p>
<p>Por David Friedlander; Ricardo Mendonça. 18/04/2005. Pgs 34-36. Dirigente diz que o PT assumiu o governo sem projeto, mas agora terá de mostrar resultados para reeleger Lula. “Ninguém no PT pode dizer em sua consciência que no primeiro dia do governo Lula tinha um programa para ser implementado”.</p>
<p>Por André Barrocal. 25/04/2005. Pgs 46. Atrás dos barnabés: Bancos privados disputam a gestão do dinheiro dos governos e a conta-salário dos servidores. “Os bancos privados entraram para valer na disputa pelas contas-salário do funcionalismo público - mercado hoje praticamente cativo das instituições oficiais”.</p>
<p>Por Marcelo Aguiar. 20/06/2005. Pgs. 42-B e 42-C. A fita do Banco do Brasil: Denúncia de tentativa de extorsão entregue à Casa Civil derruba dois vices e um diretor da Cobra, a empresa de tecnologia do banco estatal. “A conversa gravada na fita, segundo eles, envolveria os exdiretores em uma tentativa de extorquir dinheiro de empresas de tecnologia que prestam serviços à Cobra. O presidente do BB, Rossano Maranhão, interveio na empresa e determinou a demissão. ”.</p>
<p>Por Murilo Ramos. 13/06/2005. Pg. 65. A Cartada Final do BC: Seis meses antes de intervir, o Banco Central já sabia que o Santos não tinha mais salvação. “Quando o Banco Central desconfia da solidez de uma instituição financeira, convoca seus controladores para explicar a situação, sob pena de intervenção. ”.</p>
<p>Por Ricardo Grinbaum. 23/05/2005. Pgs. 92-93. O Lance do Goldman no Brasil: Gigante de Wall Street quer investir US\$ 400 milhões numa parceria com o Pactual, mas há muitas dúvidas no contrato. “(...) os representantes do Goldman Sachs fechavam em Nova York uma proposta de acordo com o brasileiro Pactual. Se tudo der certo, os americanos vão desembolsar US\$ 400 milhões para ficar com a metade da instituição carioca. Ao unir o Pactual com as atuais</p>
<p>operações do Goldman no Brasil, o negócio soma US\$ 1,2 bilhão, de longe a maior operação no sistema financeiro desde 1998 (...)”.</p>
<p>Por Ricardo Grinbaum; João Sorima Neto. 14/11/2005. Pgs 58-60. Um cofre muito cobiçado: O SANTANDER entra na justiça contra leilão feito pela prefeitura de Sao Paulo. A acusação: rompimento de contrato e facilidades legais para que ITAÚ e BRADESCO participassem da licitação de contas municipais.</p>

<p>Por Leandro Loyola. 30/01/2006. Pgs 30-33. O doleiro e o Banco do Brasil: Relatório da CPI afirma que o banco perdeu 30,9 milhões em operações com Lúcio Funaro, um dos suspeitos do mensalão. “A CPI dos correios encontrou na semana passada um dos mais fortes indícios que houve operações fraudulentas no Banco do Brasil durante o governo petista.</p>
<p>Por Paloma Cotes; Mariana Sanches. 17/04/2006. Pgs 52-54. Eles dizem o que você vai consumir: Grandes empresas têm um novo tipo de consumidor: os antenados. As tendências que eles apontam determinam investimentos milionários. “As duas fazem parte de um time de cem pessoas no Brasil que foram identificadas pelos marqueteiros por sua capacidade de capturar estilos de vida e idéias emergentes. São elas que alimentam um banco de dados usado pela consultoria Voltage para prospectar novas tendências”.</p>
<p>Por Eduardo Vieira. 24/04/2006. pg 51. Tubaina dos celulares: Fabricantes pouco conhecidas vendem mais barato e roubam mercado das grandes marcas. “Enquanto multinacionais investem em modelos cada vez mais sofisticados quem vem ganhando mercado são as marcas que apostam em simplicidade e preço baixo”. “O avanço das tubainas ameaça a estratégia clássica das líderes. Como precisam competir em preço, elas acabam retardando o lançamento dos modelos top de linha no Brasil”.</p>
<p>Por Isabel Clemete. 15/05/2006. Pg 36. O hospital voltou? O BNDES vai ajudar a Varig e as montadoras. Mais uma vez dinheiro público socorre empresas privadas. “O BNDES já foi chamado de hospital de empresas porque tinha o hábito de socorrer negócios privados com dinheiro público. Na semana passada os enfermeiros do BNDES foram acionados para atender dois atendimentos de urgência”.</p>
<p>Por Marcelo Aguiar. 19/06/2006. Pgs 58-59. Mudou. Mas continua igual: Diretores que podem ser achados a qualquer hora, hierarquia rígida e culto ao trabalho. Como o Bradesco mantém viva a cultura de seu fundador, Amador Aguiar. “O Bradesco é um raro caso de instituição que soube fortalecer sua cultura: já está na terceira geração que segue o mesmo rumo. Empresas que conseguem fazer isso se tornam mais perenes, menos sujeitas aos personalismos de seus diretores”.</p>

Assim como acontece com o capital produtivo das multinacionais, *Época* trata dos assuntos que envolvem o capital financeiro de forma natural, onde as contradições geradas a partir do capital financeiro são ocultadas.

Podemos encontrar frases nas matérias que confirmam essa afirmativa. Por exemplo, a revista *Época* ao falar sobre o capital financeiro afirma que sua relação com a economia brasileira “virou lua-de-mel” e que “a impressão que o Brasil despertava nos investidores passou da absoluta desconfiança para um nível de confiança sem precedentes”¹⁷⁷. Tal afirmação além de acentuar a importância do capital financeiro nas

¹⁷⁷ Mais uma chance. *Época*. 12/01/2001.

relações econômicas, mostra como o capital financeiro foi fundamental para a busca da credibilidade da economia brasileira durante o governo Lula.

O destaque que as instituições financeiras ganham no Brasil chegou a proporções tão grandes a ponto de mudar o mapa de negócios dos grandes bancos estrangeiros. Os lucros ganhos em território nacional são tão grandes que chegam a influenciar “o resultado global de grandes corporações, com sedes em países ricos”¹⁷⁸, como é o exemplo de bancos como Santander da Espanha e ABN Amro da Holanda.

Os resultados alcançados pelo Brasil foram tão expressivos durante o primeiro mandato do governo Lula a ponto dos investidores estrangeiros investirem de maneira pesada no país, tal acontecimento é exposto com o otimismo por *Época*. Para a revista, “se um país pudesse ser resumido aos indicadores de seu mercado financeiro, o Brasil estaria vivendo grandes momentos”, somente “em agosto, a Bolsa de Valores de São Paulo recebeu um saldo de R\$ 1 bilhão em investimentos estrangeiros”¹⁷⁹.

Para além das questões acima citadas, podemos observar pelas matérias destacadas os “grandes feitos” financeiros no mundo e no Brasil, como: a venda da Losango, incentivo ao crédito popular, ênfase na criação do maior banco do mundo (Mitsubishi UFJ Holdings), a boa lucratividade dos bancos no Brasil, privatização de bancos públicos (como no caso do Banco do Estado do Maranhão - BEM), a formação da “nova safra” de banqueiros.

Entendemos que se faz necessário no ato de proceder à crítica ao capital financeiro, uma maior e profunda análise das mais variadas interfaces de atuação do capital financeiro. Por exemplo, achamos necessária uma análise do capital financeiro com a sociedade civil, para assim compreendermos como tal instituição (os bancos) tornaram-se instituições com um poder de decisão tão grande. Sem falar que não podemos esquecer, como ressalta Fontes, que o capital monetário só é possível de se realizar, “expandindo a atuação funcionante, a extração do mais-valor que o nutre”¹⁸⁰.

Através das matérias podemos observar a diversificação que assume o capital financeiro no Brasil, seja pela sua origem, área de atuação ou inserção no mercado nacional.

¹⁷⁸ Dinheiro a brasileira. *Época*. 12/07/2003.

¹⁷⁹ O rico “efeito férias”. *Época*. 08/09/2003.

¹⁸⁰ FONTES, Virgínia. O Brasil e o capital imperialismo. Op. cit. p. 35.

Armando Boito Jr., destaca que temos no Brasil um capital financeiro que gira em torno dos grandes bancos comerciais – nacionais e estrangeiros – como é o caso dos

bancos Bradesco, Unibanco, Itaú, Santander, ABN Amro, Citibank, dentre outros (além dos bancos de investimentos como é o caso do Goldman, citado por Época). Em 2005 o balanço dos lucros trazia a notícia de que os cinco maiores bancos do Brasil detinham 69% de todo o lucro do sistema bancário, se levasse em consideração os dez maiores bancos a parcela subiria para 83% de lucros¹⁸¹. Boito destaca que:

No Brasil, grandes bancos e grandes grupos industriais mantêm-se relativamente separados, é uma particularidade brasileira, no quadro da América Latina, é a importância dos grandes bancos nacionais – setor que, aliás, até meados da década de 1990, não apresentava investidores estrangeiros dignos de nota. As demais empresas e instituições que integram o capital financeiro são os bancos estrangeiros comerciais e de investimentos que, sem possuir rede de agências no Brasil, possuem investimentos de curto e longo prazo no país, fundos e investimentos e fundos de pensão nacionais e estrangeiros¹⁸².

Para Boito:

Esse conjunto de empresas e instituições centraliza dinheiro e poupança para lançá-los no ciclo curto de valorização do capital (D-D’). No Brasil e em outros países dependentes, esse capital funciona, em grande medida, como capital usurário e predador, o capital dinheiro portador de juro que se valoriza a taxas muito elevadas, sem financiar a produção capitalista – posse de títulos da dívida pública, fornecimento de empréstimos ao consumidor a taxas que chegam a 8% ao mês, empréstimos consignados a taxas ditas populares, dirigidos a assalariados e aposentados de baixa renda. Esse mesmo capital funciona, secundariamente no caso do Brasil, como capital indiretamente ligado à produção, quando é capital dinheiro portador de juro por ter sido adiantado na forma de empréstimos ao

¹⁸¹ BOITO JR, Armando. A burguesia no governo Lula. In: ARCEO, Enrique.; BASUALDO, Eduardo M.. **Neoliberalismo y sectores dominantes: tendencias globales y experiencias nacionales**. 1ª. ed. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciências Sociales – CLACSO, 2006, p. 207.

¹⁸² Id.

capitalista ativo, ou capital dinheiro portador de dividendos, quando é utilizado na compra de ações no mercado bursátil¹⁸³.

Esses bancos têm como função a centralização do capital dinheiro e poupança, lançando-os no “ciclo curto” de valorização, a qual Marx denominou de D-D’, funcionando, segundo Boito, como capital usurário e predador, que tem um alto grau de valorização, sem investir na produção.

Para que haja essa valorização do capital financeiro, Boito destaca que algumas políticas de Estado são fundamentais, como: a) interação entre mercado financeiro nacional e internacional, através da desregulamentação financeira, conversão de moedas, aplicação livre dos títulos públicos nas bolsas de valores; b) cambio relativamente estável; c) pagamento da dívida pública externa e interna, com alta elevação dos juros, para garantir lucros em torno dos títulos públicos detidos; d) liberdade para o capital financeiro cobrar o quanto achar necessário pelos empréstimos cedidos à capitalistas e consumidores; e) ajuste fiscal, para garantir o pagamento dos juros dos títulos da dívida pública (no caso do Brasil: superávits primários)¹⁸⁴.

Boito afirma que podemos falar em “hegemonia do grande capital financeiro” no atual modelo capitalista neoliberal, uma vez que encontramos uma relação estreita entre as entidades financeiras e os governos de FHC e Luis Inácio Lula da Silva.

A política desses governos, de Fernando Henrique Cardoso a Luís Inácio Lula da Silva, vem sendo orientada e plenamente aprovada pelo FMI, Banco Mundial, Febraban e outras instituições. Um indicador significativo desta situação é a simbiose que se verifica entre os dirigentes dos sucessivos governos do período, principalmente os dirigentes do Ministério da Fazenda e do Banco Central, e os dirigentes do setor financeiro nacional e internacional¹⁸⁵.

Podemos concordar com Chesnais, que afirma, junto com vários autores, que o movimento de mundialização é excludente:

O movimento da mundialização é excludente. Com exceção de uns poucos “novos países industrializados”, que haviam ultrapassado, antes

¹⁸³ Id., p. 243-44.

¹⁸⁴ Id., p. 244-45.

¹⁸⁵ Id., p. 245-47.

de 1980, um patamar de desenvolvimento industrial que lhes permite introduzir mudanças na produtividade do trabalho e se manterem competitivos, está em curso um nítido movimento tendente à marginalização dos países em desenvolvimento¹⁸⁶.

Seguindo essa linha de raciocínio, e apesar de todo processo de exclusão, podemos pensar no caso do Brasil, como uma exceção de certa forma (conforme mencionou Chesnais), uma vez que o Brasil além de ser um país onde o imperialismo externo buscou se enraizar - através do capital corporativo com suas multinacionais e os bancos

(comerciais e de investimentos) - tem tendências imperialistas, sendo um país que exporta capital, principalmente no campo do capital industrial.

Para Fontes, estamos presenciando hoje sob uma nova forma de concentração que

deriva do impulso monopólico propiciado pelo estreitamento da relação entre dois tipos específicos de grandes capitalistas (o capitão de indústria e o banqueiro) característico do início (e de boa parte) do século XX., porém desembocou na constituição de imensos conglomerados multinacionais para, finalmente, se encaminhar em direção a uma propriedade quase descarnada do capital, transformando-se num capitalimperialismo tentacular e abrangendo alguns países até então periféricos¹⁸⁷.

Foi Marx, durante as décadas de 1860 e 1870, um dos primeiros a observar que o “capital monetário concentrado vive às custas da criação de riquezas”. Percebeu ele que havia grande quantidade de capital sob o controle dos banqueiros, permitindo “que esse capital deixe de ser simples elo de valorização do capital na produção industrial, para se constituir em força independente e ninho de acumulação de lucros financeiros”¹⁸⁸. Para Chesnais os fundos de pensão e os fundos mútuos são os maiores ninhos para acumulação de lucros financeiros.

¹⁸⁶ CHESNAIS, François. A mundialização do capital. Op. cit. p. 33.

¹⁸⁷ FONTES, Virgínia. O Brasil e o capital-imperialismo. Op. Cti., p. 155.

¹⁸⁸ CHESNAIS, François. A mundialização do capital. Op. cit. p. 33, p. 246.

Independente de seus aspectos de agiotagem como capital que rende juros, o capital monetário concentrado representa “a forma mais alienada, mais fetichizada da relação capitalista”, a forma D-D’ (isto é, aquela em que um capital D se fecunda e gera D’, sem passar por um investimento produtivo). Essa é a forma de “o dinheiro que gera mais dinheiro, um valor que valoriza a si mesmo, sem nenhum processo [de produção e de comercialização de mercadorias] que servia de mediação entre os dois extremos”. “O lucro dos banqueiros não passa de uma retenção sobre a mais-valia que vai depender do grau de centralização e de concentração atingido pelo capital monetário”¹⁸⁹.

Num primeiro momento, poderíamos dizer que empresa capitalista tradicional tem como concorrente as sociedades anônimas, sociedades por ações, dando uma nova dinâmica ao capitalismo, onde têm-se grupos de capitalistas que buscam a concentração de capital através da valorização, especulação financeira, sem precisar investir diretamente na indústria.

Fontes nos alerta que:

O predomínio do capital monetário em escala internacional se acompanha, pois, da generalização de dois mitos, ambos resultantes de sua percepção unilateral: o de que é na atividade da gestão intelectual (sobretudo na complexa gerência de riscos e de taxas, na gestão internacionalizada de capital monetário) que se produz o lucro e o segundo mito, seu complemento, o de que o trabalho vivo não mais teria qualquer função na vida social¹⁹⁰.

Esses mitos têm por finalidade negar a origem social do capital monetário, onde buscam-se enfatizar “a suposição de que haja atividades puramente monetárias, sem envolvimento com os processos produtivos, como um puro produto da multiplicação do capital”¹⁹¹, desta forma, “o relativo isolamento dos grandes proprietários de capital monetário (portador de juros) diante do capital funcionante (extrator de mais-valor) não significa a redução deste último, mas sua maior expansão”²²⁴.

A economia do Brasil teria se caracterizado por quatro processos a partir de 1995.

¹⁸⁹ Id., p. 246-47. CHESNAIS

¹⁹⁰ FONTES, Virgínia. O Brasil e o capital imperialismo. Op. cit. p. 26.

¹⁹¹ Id., p. 26. ²²⁴

Id., p. 22.

O primeiro diz respeito às “políticas macroeconômicas restritivas e convencionais, principalmente as políticas de juros reais elevados e de aumento da carga tributária”. O segundo “abarca as medidas de liberalização e abertura externa nas esferas comercial, produtiva, tecnológica e monetário-financeiro”. O terceiro processo diz respeito ao baixo desempenho do crescimento econômico e da redução das desigualdades. E o último processo “trata do avanço e da consolidação da dominação do capital financeiro comandado pelos grandes bancos privados nacionais”¹⁹².

Na década de 1980, o Brasil passou por uma série de problemas de “desestabilização macroeconômica”, como inflação, contas externas, finanças públicas, renda, investimento e emprego. Assim, as medidas macroeconômicas têm sido totalmente restritivas, com destaque para 1995.

Essas políticas são reforçadas por políticas tributárias e fiscais restritivas. Neste caso, trata-se tanto do aumento da carga tributária quanto da definição de metas de superávit primário. Ao excluir o pagamento dos

juros das metas fiscais, o governo cria um extraordinário mecanismo de transferência de renda do conjunto da população para os rentistas do setor financeiro. Esse mecanismo inibe, ainda mais, o crescimento econômico na medida em que transfere renda de grupos sociais, com elevada propensão a gastar (trabalhadores) para um grupo minoritário rentista do capital financeiro. Os rentistas operam no circuito da valorização financeira lastreada, fundamentalmente, na expansão da dívida pública (dívida mobiliária do governo federal)¹⁹³.

Para Gonçalves, no segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso (1999-2002) e o primeiro do Governo Lula (2003-2006), a política macroeconômica foi marcada por:

Metas inflacionárias rigorosas que são operadas com juros altos; política fiscal restritiva vinculada a superávits fiscais primários e regime de câmbio flexível que, nos momentos de excesso de liquidez internacional, gera forte sobrevalorização cambial e nos momentos de turbulência

¹⁹² GONÇALVES, Reinaldo. Desestabilização macroeconômica e dominação do capital financeiro no Brasil. In: ARCEO, Enrique; BASUALDO, Eduardo M. **Neoliberalismo y sectores dominantes: tendencias globales y experiencias nacionales**. 1ª. ed. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO, 2006, p. 207

¹⁹³ Id., p. 208.

externa ou interna provoca abruptas desvalorizações da moeda nacional¹⁹⁴

A economia brasileira passou por péssimo desempenho a partir de 1995, tornando o Brasil mais “subdesenvolvido nos últimos anos de liberalização, abertura e políticas macroeconômicas restritivas”¹⁹⁵, favorecendo a concentração do capital financeiro como setor dominante no Brasil.

3.1.3. Outros destaques em *Época*

Além dos casos que foram apresentados, podemos encontrar outras matérias que ajudam a comprovar o caráter tendencioso da revista, em favor do capital internacional.

O subtítulo da matéria da revista *Época* de 30/06/2003 traz o seguinte enunciado: “empresas modernas e custos baixos levam grupos estrangeiros a produzir aqui para vender no Exterior”¹⁹⁶, já na matéria encontramos a seguinte fala:

O plano do governo brasileiro de aumentar as exportações ganhou um aliado importante. Grandes empresas multinacionais com filiais por aqui começaram a mudar suas operações locais para vender mais no exterior.

O movimento iniciou-se como uma alternativa ao crescimento fraco da

economia local, mas seus primeiros resultados foram tão bons que o imprevisto virou estratégia. **O Brasil está se transformando em plataforma de exportação para grupos internacionais**, em setores nos quais provou ter boa qualidade de produção e custos mais baixos que nos países ricos¹⁹⁷.

Nessa reportagem *Época* apresenta o que seria um grande negócio para o Brasil: instalação de empresas estrangeiras que usam o Brasil como plataforma de exportação de seus produtos. Dentre os setores que a revista destaca, encontram-se: o grupo europeu de siderurgia Arcelor, que “escolheu o país como sua principal base global para

¹⁹⁴ Sobre o governo Lula algumas observações já foram feitas no capítulo, onde o governo deu prioridade pela busca da credibilidade. Id., p. 208.

¹⁹⁵ Id.

¹⁹⁶ Produto tipo exportação. *Época*. 30/06/2003, p. 52.

¹⁹⁷ Id., p. 52. Grifos meus. ²³¹

Id., p. 52

exportações”²³¹ e que possui uma fábrica de siderurgia em Vega do Sul, Santa Catarina; o grupo têxtil da Espanha, Zara.

Durante o processo em que levantamos as matérias, em nenhum momento nos deparamos com matérias que denunciasses as práticas destas empresas no Brasil. Como já mencionado, as contradições inerentes a esse processo de importação de capital são deixadas de lado, uma vez que a garantia do domínio do capital sobre a sociedade é uma prioridade máxima.

3.3 CONSIDERAÇÕES

O fim da Segunda Guerra trouxe mudanças drásticas que seriam sentidas em toda esfera global. Observou-se um avanço da hegemonia estadunidense, e uma bipolarização, com a União Soviética. Houve uma tentativa de uma nova ordenação mundial, seja no nível político quanto econômico.

Na década de 1970 o mundo passaria por uma grave crise, que levaria os países desenvolvidos a passar por uma estagnação, enquanto aos países subdesenvolvidos e em desenvolvimento estavam mergulhados em crises. O processo de financeirização da economia mundial, galopava a passos largos.

Nesse sentido, averiguou-se como *Época* se posicionou a favor do capital estrangeiro. As multinacionais que ao Brasil chegavam, sejam elas pela simples distribuição de produtos, ou até mesmo com a instalação de fábricas, encontraram nas páginas da revista um espaço favorável, como foi o caso da indústria automobilística. E

em um mundo cada vez mais dominado pelo capital financeiro, as instituições financeiras também tiveram destaque.

CAPÍTULO 4 – REVISTA *ÉPOCA*: EXPORTAÇÃO DE CAPITAIS

No capítulo anterior nos preocupamos em analisar a relação de *Época* com o capital internacional. Notícias foram objeto de análise, onde foi possível esboçar uma

linha de raciocínio que nos possibilitou compreender o discurso de *Época* no que diz respeito à importação de capitais estrangeiros no Brasil¹⁹⁸.

Podemos observar que tal processo se encontrou inserido dentro de um contexto histórico, denominado por Virgínia Fontes de capital-imperialismo. A partir da Segunda Guerra Mundial ocorreu uma reestruturação na conjuntura mundial, os Estados Unidos tornam-se a nação hegemônica, juntamente com esse fato, uma série de instituições foi criada para a manutenção da ordem capitalista, como FMI, Banco Mundial dentre outras.

Os países da Tríade (Estados Unidos, Europa e Japão) se encontravam em um estado avançado de acumulação e concentração de capitais, sendo as multinacionais um exemplo deste processo.

Desta forma observa-se que o capitalismo não se limitou apenas em manter suas relações em sociedades “avançadas”, mas também se expandiu para sociedades tidas como “atrasadas”, de capitalismo tardio, como a brasileira¹⁹⁹.

Se no capítulo anterior nos debruçamos em torno da relação de *Época* com a importação de capital, este capítulo tem como objetivo realizar o caminho inverso, ou seja, analisar o processo de consolidação do Brasil como país capital-imperialista no início do século XXI. O objetivo da análise gira em torno de compreender as relações do capital-imperialismo brasileiro a partir da revista *Época*, no qual buscamos mostrar como a revista defende por meio da sua ação partidária o modelo capital-imperialista.

4.1 O BRASIL E A EXPANSÃO CAPITAL-IMPERIALISTA

¹⁹⁸ Temos em mente que muitos aspectos desta pesquisa carecem de melhor análise. Entendemos que muitas questões levantadas e afirmadas devem ser melhor problematizadas, por exemplo: quando falamos que o capital internacional (multinacionais e bancos) gerou contradições sociais, desigualdade e exclusão, acreditamos que para comprovar nossa afirmação se faz necessário uma análise de outras sessões das revistas além do editorial e da sessão Economia & Negócios, e principalmente sua confrontação com outras fontes.

¹⁹⁹ É durante o governo de Juscelino Kubitschek, por exemplo, que chegam ao Brasil as grandes multinacionais de carros, como Volkswagen, General Motors, Mercedes-Benz e Toyota.

4.1.1 O processo de transição entre o modelo agrário exportador para urbano-industrial

A partir de 1930, o Brasil passa por mudanças substantivas, tanto no que diz respeito ao modo de produção aqui implantado, como nas novas formas de organização do trabalho e de acumulação capitalista.

No Capítulo 2 de *Crítica à razão dualista*²⁰⁰, Francisco de Oliveira destaca que a Revolução de 1930 foi relevante em dois aspectos: primeiro, porque possibilitou a derrocada da hegemonia agrário-exportadora, e segundo, porque consolidou o modelo de produção urbano-industrial²⁰¹. Observa-se paulatinamente uma mudança de poder na sociedade brasileira, que exigiu uma série de mudanças para atender os interesses da burguesia nacional. Dentre essas mudanças a reformulação do aparelho estatal foi determinante.

Para Oliveira o que se realizou foi a introdução de um novo modelo de acumulação capitalista que necessitou de uma série de medidas reguladoras para a consolidação de uma economia de base urbano-industrial. Dentre as medidas mais importantes realizadas nesse período, podemos destacar a consolidação da legislação trabalhista, na qual foi fixado um valor piso salarial, conhecido como salário-mínimo.

O salário-mínimo tanto naquele momento, como nos dias de hoje, pode ser interpretado e visto como “salário de subsistência”²⁰². Para isso, a participação do Estado foi fundamental. Sua atuação não se limitou apenas à formulação e consolidação de uma legislação trabalhista. O Estado passou a operar uma série de medidas, como foi o caso da “fixação dos preços, na distribuição de ganhos e perdas entre os diversos estratos ou

²⁰⁰ OLIVEIRA, Francisco de. (1972) crítica à razão dualista. In: *Crítica à Razão dualista/ O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.

²⁰¹ Oliveira observa que apesar da mudança que ocorre no campo da produção no Brasil, é somente em 1956 que a renda do setor urbano-industrial supera a do setor agrícola. Id., p. 35.

²⁰² O cálculo do salário-mínimo tinha por base atender as necessidades básicas dos trabalhadores – como alimentação - para que os mesmos pudessem ter condições de se manter no posto de trabalho. Deixava-se de lado qualquer critério que buscava levar em consideração a participação nos ganhos (lucros) da produção, por exemplo.

grupos das classes capitalistas, no gasto fiscal com fins de subsídios a outras atividades produtivas”²⁰³.

Para Oliveira, o que se realizou foi uma ampliação do Estado que se prolongou até o governo Kubitschek. As empresas passaram a contar com uma série de medidas que ajudariam no processo de expansão da produção capitalista industrial. Também foi de fundamental importância para a consolidação do modelo urbano-industrial o

investimento em infraestrutura, impondo o confisco cambial ao café para redistribuir os ganhos entre grupos das classes capitalistas, rebaixando o custo de capital na forma do subsídio cambial para as importações de equipamentos para as empresas industriais e na forma de expansão do crédito a taxas de juros negativas reais, investindo na produção (Volta Redonda e Petrobras, para exemplificar), o Estado opera continuamente transferindo recursos e ganhos para a empresa industrial, fazendo dela o centro do sistema²⁰⁴.

Outro fator determinante para a consolidação do modelo urbano-industrial no Brasil, diz respeito ao novo papel da agricultura brasileira. Para Oliveira, a agricultura no Brasil, após 1930 assume uma nova e importante função: primeiro Oliveira constata que a agricultura deveria ser vista como um elemento do “velho mercado”, deixando de ser o setor central do sistema capitalista brasileiro, segundo, que a agricultura também teria que suprir as necessidades do mercado interno, das massas urbanas, “para não elevar o custo da alimentação, principalmente e secundariamente o custo das matérias-primas, e não obstaculizar, portanto, o processo de acumulação urbano-industrial”²⁰⁵.

O estudo das questões agrárias no período da transição de uma economia agrária exportadora para urbano-industrial se torna importante, na medida em que possibilita compreender o processo de consolidação de expansão capitalista no Brasil.

²⁰³ Oliveira destaca que um dos papéis do Estado foi de criar a base onde o modelo capitalista urbano-industrial pudesse se assentar, assim, as empresas teriam e encontrariam facilidades para reproduzir-se. Id., p. 40.

²⁰⁴ Id., p. 40-41.

²⁰⁵ Id., p. 42.

Apesar de parecer existir certa dualidade entre o setor agrário-exportador e urbano industrial, entre o “atrasado” e o “moderno”, não devemos nos limitar a essa interpretação. A consolidação do sistema capitalista no Brasil se deu por via de contradições entre classes e intraclasses. Tais observações foram apontadas por Oliveira e Fontes²⁰⁶. Para Virgínia Fontes,

A grande diversidade associativa interburguesa favoreceu uma maior flexibilidade do conjunto das classes dominantes diante de situações de crise, internas e externas, abrindo válvulas de escape e permitindo acordos e ajustes no sentido de impulsionar fronteiras à exploração capitalista, assegurando-se a sobrevivência de setores menos ágeis, amparando-os, confortando uma espécie de retaguarda burguesa interna, ao passo que os setores de ponta se encontravam libertos de peias para expandir-se.

A constituição de aparelhos privados de hegemonia foi fundamental para defesa de interesses das classes burguesas e agrárias, que possibilitou a consolidação do modelo urbano industrial.

No que remete ao setor agrícola, por exemplo, encontramos contradições de interesse entre a Sociedade Nacional de Agricultura (SNA) e a Sociedade Rural Brasileira (SRB). Enquanto a SNA era formada por grandes proprietários de várias localidades do Brasil e defendiam uma produção agrícola voltada para o mercado interno, a SRB era formada basicamente por proprietários paulistas, voltados principalmente para a exportação²⁰⁷.

Apesar das contradições entre os dois grupos, destacamos que os conflitos engendrados pela SNA e SRB “em última instância, conduziram o processo a expandir as fronteiras da acumulação de capitais e a coligar diferentes formatos de industrialização sem uma ruptura entre o setor agrário e o setor urbano-industrial”²⁰⁸.

Levando-se em consideração esse processo dicotômico entre “atrasado” e “moderno”, a SRB, uma entidade de caráter agroexportador (principalmente café),

²⁰⁶ Ver as obras já citadas: OLIVEIRA, Francisco de. (1972) crítica à razão dualista. Op. Cit.. FONTES, Virgínia. O Brasil e o capital-imperialismo. Op. Cit..

²⁰⁷ Sobre a agricultura no Brasil, é de suma importância mencionar as pesquisas e contribuições realizadas pela historiadora Sônia Regina Mendonça que se debruçou nos estudos em torno das questões agrárias no Brasil.

²⁰⁸ FONTES, Virgínia. O Brasil e o capital-imperialismo. Op. Cit., p. 221.

cientificista e industrializante, saiu vitoriosa na luta contra a SNA. Fontes salienta que a vitória da SRB necessitava de um suporte estatal mais complexo e elaborado do que tinha a SNA²⁰⁹. Desta forma,

a industrialização do campo brasileiro modificaria, enfim, a estrutura representativa das diversas frações dessa burguesia e, sem eliminar seus antecedentes, passaria a ter como fulcro outras entidades associativas, como a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), porta-voz do agronegócio estreitamente associado aos grandes capitais multinacionais internacionais, mas agregando em seu interior expressivas parcelas da grande burguesia agroindustrial brasileira²⁴⁴.

Podemos destacar que a consolidação de um modelo agrícola para o Brasil, foi resultado de interesses políticos distintos e que atendeu de certa forma aos interesses urbanos industriais bem como aos interesses do capital internacional. Desta forma

chegamos a nossa primeira indagação: como a agricultura, devido a sua importância, é tratada nas páginas de *Época*?

O recorte temporal desta pesquisa se limita ao período de 1998 a 2006. Porém, podemos observar, que o modelo agrário que se originou dos conflitos entre SNA e SRB (onde esta última agremiação saiu vitoriosa) tem muita semelhança com o modelo (ou a proposta de se fazer agricultura no Brasil) encontrado na revista *Época*.

Analisando *Época*, busca-se mostrar que as questões acima apresentadas são verificáveis na revista, pois mostra como o desenvolvimento da agricultura brasileira caminhou em direção a uma agricultura agroexportadora, de alta tecnologia que atendessem tanto o mercado interno e externo. Para que essa afirmação fosse comprovada, foi analisado uma série de reportagens. Vejamos algumas a seguir:

²⁰⁹ Fontes destaca: “A SNA se implantou a partir de extensa rede nacional, com intensa atuação técnica, política e ideológica. Contava com publicações próprias que consolidavam e difundiam uma pauta política, culminando com intensa atividade para a implantação de um aparelho estatal que permaneceu durante muitos anos sob sua direção, o Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (MAIC) ...”. Id. p., 221. ²⁴⁴ Id. p. 221-22.

<p>Por Carla Jimenez. 06/07/1998. Pg 95. Estratégia para o futuro agrícola: Compra da área de sementes da Cargill pela Monsanto reforça o interesse das grandes corporações em biotecnologia. “O pacman do setor de agribusiness voltou a atacar na última semana. O grupo Monsanto do EUA, adquiriu a divisão de sementes da gigante Cargill na América Latina, Europa, Ásia e África por 1,4 bilhão de dólares, ampliando assim seu rol de aquisições”. “O Brasil desperta o interesse das empresas por trata-se de um mercado praticamente virgem no segmento de sementes transgênicas”.</p>
<p>Por Andréa Michael. 14/06/1999. pg 30-33. O Brasil que dá certo: De norte a sul do país, parcerias entre órgãos públicos e iniciativa privada garantem o sucesso do combate à pobreza. Sertão baiano. Banco Mundial. FGV. Agricultura. Associação de agricultores. A matéria mostra o sucesso da parceria que envolveu a comunidade local, financiamento, iniciativa.</p>
<p>Por Jorge Luiz de Souza. 28/06/1999. Pg 100-104. Os frutos da competência: O país colhe a segunda maior safra de laranja da história e as vendas do suco no mercado internacional recuperam-se e batem recorde. “A indústria é muito eficiente e tem ganhos espetaculares – diz o fazendeiro. Ele não revelou quantos fazem parte do pool, mas explica que essa foi a forma encontrada para tirar maior proveito do negócio. A concitrus tem, há oito anos, um contrato de parceria com multinacional americana Cargill e paga os valores fixos pelo processamento do suco (...)”. “Quem está impulsionando esse crescimento são os pesos pesados da área de laticínios, como Nestle, Parmalat, Danone, Batavo e Leco (...)”.</p>
<p>Por Sérgio Adeodato, Patrícia Cerqueira, Ronald Freitas, Andréa Michael e Ricardo Kotscho. 22/05/2000. Págs. 36 a 42. A Classe Média do Campo: Prova das mudanças, documento do MST revela que a renda média mensal das famílias de agricultores e em cooperativas é 3,7 salários-mínimos, acima do padrão nacional. “Essa classe média rural é encontrada sobretudo entre Minas Gerais e o Rio Grande do Sul, incluindo boa parte do Centro-Oeste. Nela disseminam-se os pequenos luxos familiares: chuveiros, água encanada, luz elétrica, casa de alvenaria e asfalto para escoar a produção. ”. “A divisão de terras melhora a vida das famílias assentadas e incentiva o surgimento de uma pequena classe média rural. ”.</p>
<p>Por Catia Luz; Delmo Moreira. 28/04/2003. Pgs 54-59. A salvação da lavoura: Safra recorde faz o Brasil superar os EUA nas exportações de soja e espalha muita riqueza pelas cidades brasileiras.</p>
<p>Por Patrícia Cañado. 03/01/2005. Pgs 8-11. A arrancada do café: O Brasil se lança como produtor de grãos finos e conquista fatia do mercado que mais cresce no mundo.</p>
<p>Por Isabel Clemente; Matheus Leitão. 11/12/2006. Pgs 42-45. O ambientalismo atrapalha o desenvolvimento? Obras de infraestrutura essenciais para o país estão paradas por falta de licença ambiental. Não dá para crescer sem destruir os recursos naturais? “Desta vez não a inflação nem os juros. São os ambientalistas que levam a culpa por travar o desenvolvimento do país. Pelo menos segundo algumas vozes em Brasília. Inclusive do próprio Planalto. O presidente Lula traçou como meta para o segundo mandato fazer o Brasil crescer 5% ao ano. Como executar isso virou um problema no governo. Lula disse em discurso, que um dos entraves ao crescimento é a legislação ambiental”.</p>
<p>Por Murilo Ramos. 28/08/2006. Pgs 56-62. A próxima revolução: O que estão inventando os pesquisadores da Embrapa para que o agronegócio do Brasil dê um novo salto de eficiência. “O Brasil não se tornou uma potência global do agronegócio por dotação divina. A riqueza no campo é obra de pesquisadores bem-preparados, abrigados na Embrapa, a estatal de pesquisa agrícola. Eles levaram a soja para o Cerrado e aumentaram a eficiência dos produtores de carne”.</p>

O ufanismo com o sucesso do agronegócio é evidente. Em reportagem de 28 de abril de 2003, o destaque foi com a produção de soja, que pela primeira vez ultrapassou a produção estadunidense:

O Brasil está colhendo agora uma safra recorde de 112,4 milhões de toneladas de grãos. É um estupendo crescimento de 70% num prazo de apenas dez anos. O agronegócio passou a valer R\$ 424,4 bilhões, 29% do Produto Interno Bruto do país. Pela primeira vez na História a exportação brasileira de soja superou a dos Estados Unidos, donos da maior agricultura do mundo. As lavouras daqui já se tornam as mais competitivas em clima tropical²¹⁰.

Ressaltamos que a produção de soja estadunidense tem como principal destino o mercado interno, apenas o seu excedente é destinado à exportação, o que nos leva a questionar se os dados apresentados pela revista realmente condizem com a realidade, assim sendo, fica a questão: se somado o total da produção destinada tanto para o consumo interno, quanto para a exportação, o Brasil conseguiria bater o recorde da produção de soja estadunidense?

O que é importante nos ater é sobre a forma como a revista apresenta a questão: o recorde da safra de soja é apresentado como um marco para a agricultura. A manutenção da produção agrícola é de longa data defendida para os países em desenvolvimento como o Brasil, vide exemplo das propostas estabelecidas no Consenso de Washington. A

matéria além de ressaltar o aumento da safra brasileira de soja, também enfatiza o trabalho das cooperativas como determinantes, e traz como exemplo a Cooperativa Agropecuária Morãoense:

Criada em 1970 para resolver problemas de armazenamento dos pioneiros, a Cooperativa Agropecuária Morãoense (Coamo) é a principal responsável pelos recordes de safra na região. Hoje no posto de maior cooperativa agrícola da América Latina, ela fatura R\$ 2,2 bilhões. Possui um parque industrial com duas fábricas de esmagamento de soja, refinaria

²¹⁰ A salvação da lavoura. Época. 28/04/2003, p. 55.

de óleo, indústria de margarina e gordura vegetal, fiação de algodão e moinho de trigo²¹¹.

Para Sonia Regina Mendonça a atuação da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) como “nova força hegemônica do patronato rural brasileiro”²¹² nos anos 1990, que fez surgir em 1993 a Associação Brasileira de Agribusiness (ABAG), sendo legitimada por dois fatores:

De um lado, a “certeza” da existência de elaboração de uma “nova agricultura” no país, diversa daquela até então vigente e, de outro, a urgência em estabelecerem-se canais de representação política mais eficazes e compatíveis com a relevância dessa “nova” agricultura²¹³.

Para Mendonça, o que a OCB e mais tarde a ABAG concretizaram, foi “um poderoso complexo de cunho muito mais comercial e financeiro”, constituindo desde o início, “um pool de empresas e não numa associação de entidades patronais, embora seus dirigentes insistissem em afirmar o contrário”²¹⁴.

Como bem mencionado por Virgínia Fontes, as cooperativas assumiram um papel determinante na agricultura brasileira, sendo representantes do agronegócio, da produção e colheita *higt tech*, que por sua vez tem forte ligação com os capitais multinacionais, sendo os “gigantes multinacionais”, ao lado do Banco do Brasil, os maiores responsáveis pelo financiamento da safra brasileira, segundo a reportagem da revista *Época* de 28 de abril de 2003.

A agricultura assumiu um papel importante no decorrer da história brasileira. O hibridismo entre indústria e agricultura iniciado pós 1930²¹⁵, nos possibilita ver a relação intrínseca entre os dois setores da economia (agricultura e indústria).

²¹¹ Id., p 56.

²¹² MENDONÇA, Sonia Regina de. A nova hegemonia do patronato agrário brasileiro: da organização das cooperativas brasileiras à associação brasileira de agribusiness. In: *Antítese – Marxismo e Cultura Socialista*. n° 02, Maio de 2006, p. 24.

²¹³ Id.

²¹⁴ Id., p. 25.

²¹⁵ Francisco de Oliveira destaca a importância da criação de um novo modelo agrícola para o Brasil, que foi fundamental para a consolidação do modelo urbano-industrial. Ver: OLIVEIRA, F. de. *Crítica a razão dualista*. p. 42.

A reportagem de *Época* de 17/05/2004 exemplifica bem essa afirmação, pois “além dos setores que exportam diretamente, o outro destaque da indústria são os que fornecem insumos e equipamentos para a agricultura de exportação”²¹⁶, a produção de fertilizantes (junto com a petroquímica), por exemplo, destacou-se como um dos setores que mais prosperou em 2003.

Num primeiro momento pode até soar que as mudanças na produção brasileira – de setor agrário para industrial – engendram certa dualidade, porém, essa afirmação nos impossibilita enxergar a relação entre ambos os setores, que foi fundamental no processo de acumulação capitalista no Brasil.

A agricultura foi fundamental para o processo de consolidação do sistema urbano industrial, uma vez que ela atendeu às necessidades da indústria, tanto no que se refere ao fornecimento de mão-de-obra, que acarretará a formação de um exército industrial de reserva nas cidades, quanto pelo fornecimento de produtos alimentícios.

A indústria também passou a ter grande influência na construção do novo modelo agrícola no Brasil, onde se consolidaram novas formas de produção no campo. A produção agrícola passou por um processo drástico de mecanização, sendo sua produção destinada ao comércio interno e externo, favorecendo a formação de um proletariado rural²¹⁷.

Outra questão que chama bastante a atenção nas matérias selecionadas, diz respeito ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. As matérias assumem um tom pejorativo, reafirmando a posição política partidária de *Época* contra os movimentos sociais.

Por Helô Reinert; Milton Abrucio Jr; Patrícia Cerqueira. 25/05/1998. Pgs 24-28. **Uma organizada fábrica de conflitos:** Saques no sertão e tensão nos canaviais. Por trás disso há uma eficiente estrutura nacional. “O MST tem provocado alguns pesadelos e muitas preocupações me Brasília. Na última quarta-feira, uma centena de membros do movimento esteve, junto com estudantes, desempregados e sindicalistas, diante do Congresso Nacional protestando contra o governo.” “É o caso de aplicarmos a Lei de Segurança Nacional contra

²¹⁶ Indústria de volta ao começo. *Época*. 17/05/2004, p. 46.

²¹⁷ OLIVEIRA, Francisco de. Crítica a razão dualista. Op. Cit. p., 47-48.

seus líderes”. “Ministro chefe da Casa Militar (...), ele produz relatórios semanais para o presidente Fernando H. Cardoso”
Por Andreia Michael. 26/07/1999. Pg 32-35. O MST ronda as cidades: O movimento, que nasceu no campo há 15 anos, procura atrair adeptos em favelas da periferia de São Paulo e municípios do interior. “Como se fossem Antonio Conselheiro do século 20, os emissários do MST procuram localizar eventuais interessados no que chamam de “um sonho”. “Segundo o Instituto Nacional de Colonização e Reforma agrária, o Brasil é o país com maior concentração de terras do mundo”.
Por Andréa Michael e Ronald Freitas. 22/05/2000. Pág. 43. O pedágio do MST: Cooperativas ligadas à sigla cobra comissão sobre verbas do poder público pelos assentados. “Desde 1997 o governo federal sabe que parte do dinheiro do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) sai dos cofres públicos. Há três anos, dois militantes foram detidos numa barreira policial em Presidente Prudente, no interior de São Paulo. No carro onde estavam havia armas, munições e minutas de contratos assinados. ”
Por Carlos Alberto Júnior. 15/05/2000. Pág. 42. Verbas para o campo: Governo facilita o crédito para pequenos produtores e se alia à Contag contra a radicalização do MST. “Uma semana depois de o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) liderar uma série de invasões de prédios públicos em todo o Brasil, o governo anunciou um conjunto de medidas para estimular a agricultura familiar”. “No pacote de medidas, o governo também criou um pacote de fundo de aval no valor de R\$ 60 milhões. Os recursos serão destinados a agricultores que não conseguem empréstimos porque não possuem garantias para oferecer aos bancos. ”
Por Alexandre Mansur. 07/07/2003. Pgs 34-42. MST: Os filhos querem revolução. Enquanto o MST é recebido por Lula, seus novos líderes acham que a solução para o país é a revolução. Quem são e o que pensam os jovens criados nas invasões que hoje organizam saques e ocupações.
Por Marco Bahé. 12/05/2004. Pgs. 32- 34. Guerra ao capitalismo: Invasões de terras produtivas marcam a ofensiva do MST contra opção econômica de Lula. “O Veracel, invadida, é o maior investimento privado no país. ”

O direito à propriedade privada e ao latifúndio é defendido de maneira escancarada e irrestrita. Como ressalta *Época*: “Difícil imaginar um fazendeiro, dono de terras produtivas ou não, assistir passivamente a uma invasão em sua propriedade”, assim sendo, tais “invasões” deveriam ser evitadas, pois para a revista, em tom de ameaça, “toda ação leva a uma reação, o que se espera, numa situação dessas, é mais violência”²¹⁸. De certa forma a revista ao dizer que é “difícil imaginar um fazendeiro, dono de terras produtivas ou não, assistir passivamente a uma invasão em sua propriedade”, abre margem para a legitimação da violência do campo, em defesa da propriedade privada.

²¹⁸ Fonteles e as invasões. *Época*, Carta do Editor. 18/08/2003, p. 18.

Para além disso, a revista enfatiza a ameaça que o movimento representa para a cidade, sendo uma organizada fábrica de conflito, que ameaça o *status quo* e representa um caminho rumo a revolução.

Fontes destaca que o MST no campo da luta política, tem como principal característica a reivindicação pela reforma agrária, porém encontrou resistência por parte dos setores do latifundiário rural e setores proprietários urbanos, que juntos combatiam o movimento a favor de manter intacto o estatuto da propriedade no Brasil.

Diferente dos demais movimentos sociais, entretanto o MST precocemente defrontou-se com o extremo conservadorismo no meio rural e com a coligação com os setores proprietários urbanos contra qualquer alteração do estatuto da propriedade no Brasil. A defesa abstrata da propriedade unificava os setores dominantes, levando-os a apoiar o uso aberto da violência armada pelos proprietários rurais e a referendar a leniência e complacência características do Estado brasileiro diante da violência dos proprietários²¹⁹.

4.1.2 A consolidação do modelo urbano-industrial

Deixando de lado qualquer análise dualista, a indústria constituiu-se como meio determinante na forma de organização das relações de produção do sistema capitalista no Brasil após 1930, passando a orientar todo o processo de acumulação de riquezas. Francisco de Oliveira tece uma série de críticas ao modelo cepalino, que se limitava a ver o processo de industrialização como uma necessidade histórica de superar o atraso brasileiro. Desta forma o que se encontraria após 1930 era uma urgência em substituir as importações, por um modelo nacional de produção de bens industriais. No entanto, essa visão reducionista faz parecer que “a industrialização substitutiva de importação se funda numa necessidade do consumo e não numa necessidade da produção, *verbi gratia*, da

²¹⁹ FONTES, Virgínia. O Brasil e o capital-imperialismo. Op. Cit., p. 233. ²⁵⁵
OLIVEIRA, Francisco de. Crítica a razão dualista. Op. Cit., p. 49.

acumulação”²⁵⁵, assim sendo, destaca que a industrialização não visa atender as necessidades de consumo e sim de acumulação.

No Governo de Juscelino Kubitschek o processo de acumulação capitalista ganhou novos contornos e se acentuaram. Ramos da indústria, como: automobilístico, construção naval, mecânica pesada, cimento, papel e celulose, que foram prioridade do governo, que buscou consolidar definitivamente o setor industrial. Nesse sentido, novamente o Estado deteve um papel importante, pois

lançar-se-á num vasto programa de construção e melhoramento da infraestrutura de rodovias, produção de energia elétrica, armazenagem e

silos, portos, ao lado de viabilizar o avanço da fronteira agrícola “externa”, com obras como Brasília e a rodovia Belém-Brasília²²⁰.

É nesse período que a FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), consolida-se como a maior entidade de caráter empresarial do Brasil, contrapondo-se a CNI (Confederação Nacional da Indústria), considerada até então o aparelho privado de hegemonia chave dos interesses industriais.

As classes industriais, desde 1930, aos poucos foram consolidando seu poder hegemônico na sociedade brasileira. O Estado nesse sentido foi de fundamental importância para a realização de seus projetos burgueses²²¹, sempre rechaçando as atividades de grupos populares.

A vinculação entre Estado e sociedade civil se acentuará no período da Ditadura Militar brasileira, como bem observa Virgínia Fontes:

Após o golpe de Estado civil-militar de 1964, houve uma importante expansão de associações empresariais por setores e ramos de produção a partir da década de 1970, as chamadas “associações paralelas”, que duplicavam a estrutura de representação empresarial oficial, de cunho corporativo-estatal. A elas é preciso agregar outros tipos de organização, de caráter profissional, porém com abrangência nacional, em sua maioria pré-existente ao golpe de Estado e que teriam importante papel na luta antiditatorial, como a Associação Brasileira de Imprensa (ABI), a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a Confederação Nacional dos Bispos

²²⁰ Op. Cit., p. 72.

²²¹ Quando nos referimos ao papel do Estado na construção ou manutenção dos interesses da burguesia industrial, não nos referimos o Estado como um Estado Objeto, mas sim, na concepção gramsciana de Estado Ampliado.

do Brasil (CNBB), a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), o Clube de Engenharia, dentre inúmeras outras...²²²

Eli Diniz salienta que a adesão do empresariado nacional ao “pacto autoritário” se deu logo no primeiro momento de instauração da ditadura militar. Desde o processo de derrubada do Governo Goulart até a consolidação da ditadura, a participação dos empresários foi fundamental. Porém, Diniz destaca que:

A ruptura do empresariado com o pacto autoritário ocorreu depois de 1974, quando o agravamento das dificuldades econômicas e, posteriormente, o fechamento crescente do processo decisório

determinariam uma insatisfação acentuada, sobretudo em alguns de seus segmentos²²³.

Foi no período da ditadura que o empresariado aperfeiçoou sua capacidade organizativa. Observa-se a partir de 1964 uma acentuada proliferação dos setores de ponta da economia. Para Diniz a “fragmentação do empresariado industrial, do grande número de pequenas e médias empresas e da diversificação da estrutura de representação de interesses”, fez com que segmentos de peso da indústria, “localizados nos setores de ponta e no estado mais desenvolvido do País, afirmaram-se como os principais interlocutores do Governo”²²⁴. Desta forma, apesar do apoio encontrado após o golpe militar, as classes empresariais (seja brasileira ou estrangeira) verão na regulamentação por parte do Estado ditatorial brasileiro um entrave para seu desenvolvimento, assim sendo, chegam a desenvolver “um programa para o Estado, que deveria modificar-se, mas para melhor atender a seus próprios anseios”²²⁵. Assim,

²²² FONTES, Virgínia. O Brasil e o capital-imperialismo. Op. Cit., p. 225.

²²³ DINIZ, Eli. **As elites empresariais e a Nova República**: corporativismo, democracia e reformas liberais no Brasil dos anos 90. Ensaios FEE: Porto Alegre, ano 17, n° 2, 1996, p. 61.

²²⁴ Id., p. 61-62.

²²⁵ Essa questão fica visível na fala do presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, que em 1986, declarava: “os senhores certamente já me ouviram falar que o Brasil é um país em que o Estado

as entidades empresariais atuavam corporativa e politicamente como sociedade civil, no sentido gramsciano, como aparelhos privados de hegemonia, e participavam intimamente do Estado, antes e durante o período ditatorial. Apresentavam-se, entretanto, como sociedade no sentido liberal, contrapondo-se ao Estado²²⁶.

Em contrapartida “à centralidade dos interesses industriais correspondeu o enfraquecimento dos sindicatos e federações integrantes da estrutura corporativa”²²⁷, observou-se o enfraquecimento dos sindicatos, que com o passar do tempo, foi perdendo autonomia e subordinando-se ao Estado.

Da mesma forma, podemos destacar que enquanto o empresariado brasileiro consolidou sua hegemonia, tivemos uma efervescência dos movimentos sociais no

período ditatorial. Enquanto entidades de cunho popular como PT, CUT e MST, que foram produto da luta política contra a ditadura civil militar e lutavam cada uma a seu modo contra o governo autoritário militar, o empresariado nacional, buscava manter sua dominação, enaltecendo o discurso em defesa da propriedade privada e da iniciativa de livre mercado.

A ditadura civil militar realizou um grande projeto que acarretou uma série de mudanças na organização da economia e sociedade no Brasil. Nesse período o “Estado Autoritário” completou o processo de industrialização que iria consolidar de vez o modelo de “substituição de importações”, desta forma, tornou-se fundamental uma redefinição das políticas industriais que condiziam com as novas condições do País. Diniz destaca que:

Uma etapa ter-se-ia esgotado, delineando-se um novo movimento. Segundo a perspectiva que se afirmaria nos anos 80, tornou-se ainda imperativa a necessidade de um salto qualitativo no que diz respeito à inserção do País no sistema internacional. A nova orientação, em

é forte e a sociedade é fraca. Ao longo de nossa História, passada e recente, as instituições governamentais lograram obter um alto grau de controle, tutela e dominação sobre os outros segmentos da sociedade, fazendo com que as instituições sociais no Brasil crescessem sob uma patente fragilidade. Apesar de numerosa e economicamente poderosa, a classe empresarial não fugiu a essa dominação. A tal ponto que, até hoje, ela não detém um poder político compatível com seu poder econômico”. Apud FONTES, Virgínia. O Brasil e o capital-imperialismo. Op. Cit., p. 241.

²²⁶ FONTES, Virgínia. O Brasil e o capital-imperialismo. Op., Cit., p. 242.

²²⁷ DINIZ, Eli. As elites empresariais e a Nova República: corporativismo, democracia e reformas liberais no Brasil dos anos 90. Ensaio FEE: Porto Alegre, ano 17, n° 2, 1996, p. 62.

consonância com a agenda neoliberal, sustentaria que o capitalismo brasileiro já estaria maduro e em condições para competir no mercado internacional, o que exigiria uma revisão da política de comércio exterior e uma reversão do protecionismo industrial²²⁸.

A partir dos anos 1980, o grau de abertura da economia brasileira aumentou, um consenso entre os empresários industriais é formado em favor das políticas neoliberais, acarretando medidas que defendiam a desregulamentação do Estado, a acentuação das privatizações e o desenvolvimento do livre mercado.

Após a consolidação da Nova República, o empresariado industrial assume um papel de destaque, exemplo disso, são suas entidades como FIESP, FIERJ, FIERGS, Associações Comerciais de São Paulo, Rio de Janeiro e outras, que passaram a ter uma grande importância dentro do cenário econômico nacional. Para Diniz, esse período também foi marcado pela entrada de membros da sociedade civil (ligados a indústria) no Estado, como foi o caso de Dilson Funaro, Ministro da Fazenda à época do Plano Cruzado. Sem mencionar nos vários cargos políticos que foram disputados por

empresários nas eleições de 1986, chegando a ter um representativo número de empresários urbanos (23,43%) na Constituinte.

Através dos seus aparelhos privados de hegemonia: FIESP, FIRJAN (Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro), UBE (União Brasileira de Empresários)²²⁹, os representantes industriais na Constituinte foram fundamentais para a aprovação de medidas que diminuíssem o poder do Estado e o fortalecimento do mercado. No que se

²²⁸ Questões como a relação entre capital nacional e estrangeiro merecem ser mais bem aprofundadas. A partir dos anos 1980 com o processo de privatizações a entrada do capital estrangeiro no Brasil se acentuará, e a relação com o capital nacional se torna mais complexa. DINIZ, Eli. As elites empresariais e a Nova República: corporativismo, democracia e reformas liberais no Brasil dos anos 90. Op. Cit., p. 55-56.

²²⁹ Também surge nesse período: Associação Brasileira das Indústrias de Base (Abdib), Associação Brasileira da Indústria de Alimentos (ABIA), Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), além da criação de novas organizações como: Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI), Pensamento Nacional das Bases Empresariais (PNBE) e os Institutos Liberais, com destaque para os de São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. Sobre esse assunto, ver: DINIZ, Eli. Globalização, elites empresariais e democracia no Brasil dos anos 90. Ensaios FEE: Porto Alegre, v. 20, n° 1, 1999, p. 164.

referiu ao campo dos trabalhadores, esforços não foram medidos para que se evitasse a aprovação de medidas que favorecessem os direitos trabalhistas²³⁰.

Nos anos de 1990 o contexto econômico internacional fazia com que o Brasil começasse uma nova fase na sua política socioeconômica. Observa-se nesse período

mudanças tanto no contexto internacional, com o aumento dos fluxos financeiros e da disponibilidade de capitais, como na conjuntura nacional, com uma nova configuração das forças políticas e coalizões dominantes. Internamente, marcado pela reestruturação de um movimento em torno da necessidade de uma ruptura com a antiga ordem, tendo em vista a implantação de um novo modelo econômico centrado no mercado. Desencadeia-se, então, a mobilização pela revisão da Constituição recém-votada, a despeito de muito de seus dispositivos não terem sido sequer regulamentados. Seus preceitos teriam envelhecido antes mesmo de se consolidarem. Aumentam as pressões por um processo de desconstrução legal e institucional, que abriria o caminho para a refundação do Estado e da sociedade de acordo com os novos parâmetros consagrados internacionalmente²³¹.

A globalização, bem como as políticas governamentais e de estabilização, fez com que o setor industrial passasse por fortes transformações em sua estrutura. Ao mesmo tempo em que encontraremos um processo de fechamento e desnacionalização de alguns setores como têxtil, calçados, bens de capital, eletrodomésticos, produtos de higiene e limpeza e autopeças, também nesse momento, observaram no âmbito das grandes empresas, uma série de fusões, aquisições ou até mesmo associações com grupos estrangeiros, “atingindo empresas tradicionais do País, como Metal Leve, a Cofap e a

Freios Varga, no setor de autopeças, a Brasmotor, os Grupos Arno e Refripar, no setor de eletrodoméstico, ou, ainda, o Grupo Villares, no setor de siderurgia e aço”²³². Em relação às empresas transnacionais, continuaram mantendo sua posição de destaque na produção local, como é o caso do setor automotriz. Diniz observou nesse período que:

Se antigas lideranças perdem expressão, dadas as dificuldades de sobrevivência diante do aumento da concorrência externa e dos efeitos diversos da política governamental, como a abertura descontrolada e os estímulos ao capital internacional, outros líderes ganharam projeção,

²³⁰ Id.

²³¹ Id., p. 167.

²³² Id., p. 169. ²⁶⁹

Id., p. 170.

beneficiando-se das oportunidades abertas pelas privatizações, como é o caso do empresário Benjamin Steinbruch, do Grupo Vicunha, que dirige um complexo nas áreas de portos, ferrovias e energia, sendo hoje o presidente dos conselhos da Companhia Siderúrgica Nacional, da Light e da Vale do Rio Doce. Para esse empresário dos novos tempos, o futuro do capitalismo no Brasil implica maior inserção externa e uma articulação mais profunda com o capital internacional²⁶⁹.

Podemos observar - como já mencionado - uma mudança de mentalidade na forma de condução da política socioeconômica com a adoção de uma agenda neoliberal, que buscou enterrar de vez o discurso nacionalista nascente no período de Getúlio Vargas, em favor de uma visão mais internacional de economia, ligada aos interesses do capital internacional e as orientações oriundas de organizações como o FMI, BM dentre outras.

Deste processo de reestruturação do empresariado no Brasil, destacamos as divergências de projetos distintos. A luta intraclasse é presenciada através de duas agremiações: a FIRJAN e a FIESP. Enquanto a FIRJAN, sob a presidência de Eugênio Gouveia Vieira, do grupo Ipiranga, estreitou relações com o Governo Federal, identificando-se com as práticas neoliberais, a FIESP, que segundo Diniz, representava 42% do PIB industrial do País nesse período, sob a presidência de Horácio Piva, do grupo Klabin, da área de papel celulose, defendia uma postura mais independente. Diniz destaca que Piva,

eleito em setembro de 1998, impõe-se uma ruptura com a prática de adesão, a fim de que a FIESP assumira a postura mais apropriada de grupo de pressão, além disso, critica fortemente o alijamento dos empresários do processo decisório, afirmando que a classe toma conhecimento das políticas governamentais pelos jornais, não sendo ouvida, nem consultada, pelas autoridades públicas, que revelariam sistemático descaso em relação às entidades empresariais. Manifesta, também, clara

discordância em relação à equipe econômica do Governo, que estaria preocupada, fundamentalmente, com as questões financeiras, abandonando o setor produtivo à própria sorte. Finalmente, questionando o tratamento preferencial dispensado ao capital internacional, pede isonomia para a empresa nacional, afirmando que não se trata de solicitar o retorno do protecionismo e do paternalismo estatal (ISTOÉ Dinheiro, 1998; JB, 1998). O que se reivindica, salienta, é que seja concedido à

indústria local tratamento que lhe garanta igualdade de condições em relação aos concorrentes estrangeiros²³³.

Diniz, também destaca que um quadro de incertezas frente às crises internacionais e as políticas adotadas no Brasil levou ao aumento da entrada de grupos empresariais no aparato do Estado,

assim, observou-se uma forte mobilização em torno das eleições gerais de outubro de 1998, não só em apoio a candidatos considerados afinados com as propostas do setor, como investindo em candidatos próprios. Apurados os resultados, segundo dados da imprensa, os industriais conseguiram eleger uma bancada de 38 deputados federais, vários dos quais ligados a federações e associações empresariais, como Carlos Eduardo Moreira Ferreira (PFL-SP), ex-Presidente da FIESP, e Emerson Kapaz (PSDB-SP), ex-Presidente do PNBE, além de Armando Monteiro Neto (PMDB-PE) e Francisco Garcia (PFL-AM), Presidente das Federações Industriais dos Estados de Pernambuco e Amazonas respectivamente²⁷¹.

Podemos observar que houve uma forte mudança no aparelho produtivo em face de abertura e internacionalização da economia brasileira, desta forma, setores de ponta da indústria brasileira, bem como empresas estatais, passaram por um processo de internacionalização de sua produção, levando-as a expandir seus negócios a outros países, em especial na América Latina. Tendo como objetivo a formulação de uma nova estratégia que preservasse os interesses das elites capitalistas brasileiras, várias indústrias brasileiras lançaram-se num processo de associação com o capital internacional, acarretando numa redefinição de suas políticas de expansão, o que levará à consolidação do capital-imperialismo brasileiro.

Para Fontes, o Brasil passa a fazer parte do grupo de países retardatários que se enquadram dentro da lógica do capital-imperialismo. Apesar das contradições intraburguesas no Brasil, os projetos realizados nas últimas décadas do século XX e início

do XXI pela burguesia nacional (através da inserção no Estado) tinha um caráter transformista, ora em defesa de associações dependentes e subalternas com o capital internacional, ora em defesa da consolidação de uma base própria e forte de reprodução

²³³ Id., p. 171. ²⁷¹

Id., p. 173.

capitalista no Brasil. Salientamos que tais projetos se consolidaram em face da luta contra os movimentos sociais, bem como através da acumulação do capital em torno da exploração de mais-valor. Porém Fontes salienta que apesar das contradições, dos diversos debates e distintos projetos, tudo isso não passa de divergências fictícias. Se por um lado encontramos uma “direita dura para fora”, do outro encontra-se “uma esquerda para o capital” (governo Lula). Assim, encontramos “duas faces da mesma moeda”, que apesar de estarem de lados opostos, fazem parte do mesmo processo²³⁴.

4.2 EXPORTAÇÕES DE CAPITAL BRASILEIRO

Depois de um breve levantamento histórico, veremos como se articularam e se encontram algumas das principais empresas brasileiras dentro deste quadro de expansão capital-imperialista. Assim, buscamos analisar como a revista *Época* posiciona em relação a alguns grupos brasileiros frente a seu processo de expansão capital-imperialista.

Já na década de 1960 encontramos indícios de internacionalização de capitais brasileiros²³⁵. No entanto é a partir de 1990 que vemos uma aceleração e forte concentração de capitais brasileiros. Para Fontes tal concentração foi

Potencializada tanto internamente quanto pelo suporte externo, através do gigantesco crescimento de Investimentos Diretos Estrangeiros (IDEs) na economia brasileira, concentração estimulada através das privatizações e da centralização (fusões e aquisições) de empresas, perpetuando o padrão das associações entre capitais brasileiros e estrangeiros²³⁶.

²³⁴ FONTES, Virgínia. O Brasil e o Capital-imperialismo. Op., Cit., p. 307-08.

²³⁵ Podemos destacar nesse período, por exemplo, as empresas de engenharia brasileira. Ver: CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. As origens da internacionalização das empresas de engenharia brasileiras. In: Revista História e Luta de Classes. Dossiê Imperialismo: Teoria, experiência histórica e características contemporâneas. n° 10 – ano 04, novembro de 2008, p. 61- 66. Ver também: RAUTENBER, Edina. A revista Veja e as empresas de construção civil. Op. Cit..

²³⁶ FONTES, Virgínia. O Brasil e o capital-imperialismo. Op. Cit., p. 328.

Fontes também destaca a importância do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que participou ativamente dos processos de privatizações no período FHC, direcionando-as e favorecendo alguns grupos nacionais.

As empresas brasileiras ao longo de sua história, e principalmente no período de FHC, marcado pelo assentamento das práticas neoliberais, foram consolidando sua atuação em território nacional e internacional, assumindo, muitas delas, uma posição de destaque dentro de um contexto regional, listando-se entre as maiores transnacionais da América Latina, como demonstra a tabela abaixo:

Tabela 01: Empresas transnacionais latino-americanas entre as maiores transnacionais não financeiras de países em desenvolvimento, 1993 e 2003 (*milhões de dólares*)

Empresa	Setor	Ativos no exterior e classificação em 1993		Ativos no exterior e classificação em 2003	
Cemex (México)	Cimento	3603	1	11.054	5
Petróleo Brasileiro S.A – Petrobras (Brasil)	Petróleo e gás	NA	6	7.827	8
Grupo Televisa S.A de C.V. (México)	Mídia	948	8		
Souza Cruz S.A. (Brasil)	Tabaco	770	9		
Empresas Ica Sociedad Controladora S.A. (México)	Construção	316	24		
Compañia Manufacturera de Papeles y Cartones (Chile)	Papel e Celulose	242	27		
Sadia Concordia S/A Indústria e Comércio (Brasil)	Alimentos	211	29		
Companhia Cervejaria Brahma (Brasil)	Bebidas	187	30		
Indústria Vilarés (Brasil)	Diversificado	NA	32		
Embraer (Brasil)	Aeronaves	NA	35		
Usiminas (Brasil)	Metais	114	36		
Aracruz Celulose (Brasil)	Papel e Celulose	NA	37		
Ceval Alimentos (Brasil)	Alimentos	NA	40		
Cia. De Acero Del Pacifico (Chile)	Metais	102	42		
Cia. Hering (Brasil)	Têxtil	31	44		
Grupo Sidek (México)	Hotéis	30	45		

Vitro Sociedad Anónima (México)	Vidro	NA	46		
América Móvil (México)	Telecom			8.676	6
Companhia Vale do Rio Doce (Brasil)	Mineração			3.155	23
Metalúrgica Gerdau S.A. (Brasil)	Metais			2.056	31
Grupo Bimbo S.A. de CV (México)	Alimentos			1.156	45
Gruma S.A. de C.V. (México)				1.086	48

Fonte: UNCTAD, 1995, 2005.

Nota: na ausência de dados sobre ativos no exterior ou quando a divulgação desses dados não foi autorizada, a UNCTAD classificou as empresas com base em uma média de vendas no exterior e emprego no exterior. (Dados extraídos de Márcia Tavares²³⁷).

Observa-se um número significativo de empresas de capital brasileiro entre as maiores transnacionais da América Latina (12 empresas brasileiras, 08 empresas mexicanas, 02 empresas chilenas).

Márcia Tavares destaca que “em 1994, havia seis empresas brasileiras (Souza Cruz, Petrobras, Sadia, Brahma, Usiminas, Aracruz Celulose) entre as 50 maiores empresas transnacionais não financeiras de países em desenvolvimento”²³⁸, em 2003 apenas três empresas: Petrobras, CVRD (Companhia Vale do Rio Doce) e Gerdau. A tabela abaixo apresenta as maiores empresas brasileiras com investimentos no exterior:

Tabela 02: Principais empresas brasileiras com investimentos produtivos no exterior 2004-2005 (*milhões de dólares*)

Empresa	Setor	Vendas totais (milhões de US\$) (2005)	Distribuição geográfica dos investimentos				
			AL	NA	EU	AP	OT
Petrobras	Petróleo	58 360,8	X	X	X	X	X
CVRD	Mineração	14 522,5	X	X	X	X	X
Gerdau	Siderurgia	9 076,7	X	X	X		

²³⁷ TAVARES, Márcia. **Investimento Brasileiro no Exterior: panorama e considerações sobre políticas públicas.** Santiago: CEPAL/ONU, 2006, p. 53.

²³⁸ Id., p. 19.

Usiminas	Siderurgia	5 571,3	X				
AmBev	Bebidas	6 817,9	X	X			
Belgo-Mineira	Siderurgia	4 596,1	X				
CSN	Siderurgia	3 902,0		X	X	X	
Norberto Odebrecht	Engenharia e Construção Civil	2 723,9	X	X	X	X	X
Votorantim Cimentos	Cimento	2 021,5		X			
TAM	Transporte aero	2 413,3	X				
Klabin	Papel e Celulose	1 156,2	X				
Weg	Bens de capital	1 074,4	X				

Embraco	Componentes eletrodomésticos	860,7	X	X	X	X	
Marcopolo	Carrocerias para ônibus	730,2	X		X	X	X
Andrade Gutierrez Construção	Engenharia e Construção	622,0 ^B	X		X	X	X
Camargo Correria Cimentos	Cimento	446,6	X				
Queiroz Galvão	Engenharia e construção	ND ^C	X				
Tigre	Tubos e conexões	ND	X				X
Sabó	Autopeças	ND	X	X	X		

Fonte: adaptado de CEPAL (2006) e atualizado com dados fornecidos pela revista América Economia.

^A AL: América Latina e Caribe; AN: América do Norte; AP: Ásia e Pacífico; EU: Europa, OT: Outros.

^B Dado para 2004.

^C Não disponível. (Dados extraídos de Márcia Tavares²³⁹362)

Em relação à segunda tabela, Tavares realiza três constatações:

A primeira constatação que se faz a partir dessa tabela é a importância das empresas de recursos naturais, Petrobras e Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) e de materiais básicos, como aço, cimento, papel e

²³⁹ Id., p. 21.

celulose. Em segundo lugar, nota-se a importância de empresas estatais (a Petrobras) e ex-estatais (CVRD, Usiminas, CSN, Embraer). Nenhum dos dois aspectos é surpreendente, dada a estrutura produtiva, as vantagens comparativas do país e a história de seu desenvolvimento industrial, em que o Estado teve forte participação principalmente até os anos noventa. A terceira constatação é que, conforme o padrão identificado para as transnacionais latino-americanas em geral, onde se trata de produtos primários e produtos ou serviços intermediários, os investimentos são feitos em nível global e, quando se trata de investimentos em bens de serviços de consumo de massa, são mais frequentes os investimentos em nível regional. No Brasil mais do que em outros países da região, as maiores empresas com investimentos no exterior estão mais concentradas em bens e serviços intermediários do que em bens de consumo de massa²⁴⁰.

Um dos fatores determinantes que levou à queda do número de empresas nacionais entre as maiores da América Latina se deve à própria implementação do neoliberalismo

no Brasil na década de 1990, que acarretara segundo Álvaro Bianchi, num processo de desnacionalização e desindustrialização no Brasil. Para Bianchi:

A indústria brasileira e, particularmente, a paulista, sentiu intensamente o processo de liberalização da economia ao longo da década de 1990. A abertura comercial e as privatizações alimentaram um profundo processo de reorganização da econômica. O impacto dessas mudanças sobre a estrutura de emprego e as formas do trabalho é conhecido. Mas não foram apenas as classes subalternas atingidas por esse processo de recomposição orgânica. Também no interior da burguesia ele se fez sentir, modificando a relação de força entre suas frações²⁴¹.

Bianchi salienta que dentro do empresariado, houve uma luta intraclasses em torno de propostas diferentes, que culminou em uma forte oposição à política econômica adotada pelo governo de Fernando Henrique Cardoso. Dentro os “afetados” pela nova

²⁴⁰ Id., p. 20.

²⁴¹ BIANCHI, Alvaro. **Um ministério dos industriais**: a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo na crise das décadas de 1980 e 1990. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2010, p. 235-36.

política econômica, em especial sobre a penetração das importações, destacamos o setor em tecnologia e capital:

O setor de material e aparelhos eletrônicos e comunicação, por exemplo, passou de um coeficiente de 12,6%, em 1989, para um de 160,7%, em 1998; e o setor de máquinas e equipamentos industriais de 14,2% para 100,8%. Também sofreram durante o período os setores de elementos químicos e petroquímicos, com substanciais aumentos dos índices. Em média, os setores intensivos em capital tinham um coeficiente de importação sobre produção de 8,7% em 1989 e de 24,2% em 1998, enquanto os setores intensivos em tecnologia apresentavam médias de 6,9%, em 1989, e 44,1% em 1998²⁴².

Já os setores menos “afetados” pelas importações foram

os setores intensivos em mão de obra, como têxteis, calçados e material plástico, dentre outros. Em média, esses setores variaram de um coeficiente de 1,5%, em 1989, para um de 11,7% em 1998. Os setores mais afetados foram os de fiação e tecelagem de fibras naturais, artificiais e sintéticas, o que justifica as recorrentes reclamações do setor. A variação foi menor nos setores intensivos em recursos naturais, nos quais se fazem presentes os segmentos produtores de commodities, que passaram de uma média de 2,9% para uma média de 8,1%²⁸¹.

Sobre os dados de Márcia Tavares, apresentados nas tabelas, não é nosso objetivo fazer uma análise mais profunda, porém eles são pertinentes na medida em que nos possibilitam ter uma ideia sobre os IDE por parte das empresas brasileiras. Através deles podemos perceber quais são os principais grupos nacionais que tem forte atuação fora do Brasil após o processo de desnacionalização e desindustrialização da economia nacional.

O mesmo discurso otimista pode ser encontrado na revista *Época*, onde os grandes lucros e as lutas por melhores políticas de desenvolvimento que favoreçam empresas como Embraer, Petrobras, Vale do Rio Doce, Souza Cruz, AmBev merecem destaque na revista.

²⁴² O aumento do percentual dos dados refere-se à penetração importação/produto por setor. Id., p. 243. ²⁸¹ Id., p. 243.

O BNDES, por exemplo, chega a ser citado como um promotor da “integração física da América Latina”²⁴³, uma vez que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social é um dos grandes financiadores de empresas brasileiras que buscam investir no exterior.

Na mesma matéria, intitulada “Soy loco por ti, América”, podemos encontrar um mapa denominado “EXPANSÃO LATINA: os projetos do banco na América Latina”. O banco referido é o BNDES e dentre tais projetos financiados, destacam-se dois da empreiteira Norberto Odebrecht, com investimentos no Equador, na construção da Hidrelétrica de San Francisco (Financiamento do BNDES: US\$ 242,9 milhões)²⁴⁴, e na Venezuela, com a construção da Linha 4 do Metrô de Caracas (Financiamento do BNDES: US\$ 107,5 milhões). Além das obras da Odebrecht, a matéria mostra outras empresas que se beneficiam com as facilidades promovidas pelo Banco como a Confab (metalurgia), Allston (infraestrutura de energia e transportes) e ARG (construção civil).

Fontes destaca que o papel do Estado foi fundamental para expansão capitalimperialista brasileira. No que consta a respeito do BNDES, a autora pontua que:

Sob o governo Sarney, o BNDES apresentou o “Plano Estratégico 1987/1990”, incorporando cenários de integração competitiva entre as empresas. Em junho de 1990, no governo Collor, novo programa

“elencava a desregulamentação, a abertura comercial e as privatizações como ferramentas básicas para a reestruturação competitiva “da economia brasileira”, convertendo-o num banco de “abordagem e abaloamento, para identificar e facilitar as “privatarias”. No final do governo Cardoso realizou-se uma reforma no estatuto do BNDES de forma a permitir o financiamento a operações de capital brasileiro no

²⁴³ A integração da América Latina, da união e cooperação entre os povos é uma ideologia sustentada, que de certa forma, ajuda a mascarar a atuação política e econômica do capital-imperialismo brasileiro. Soy loco por ti, América. Época. 29/12/2003, p. 40-1.

²⁴⁴ No caso específico do Equador, em especial sobre a construção da Hidrelétrica de San Francisco, a Odebrecht foi fortemente questionada “por estarem impregnados de irregularidades técnicas, legais e financeiras”, o que levou o governo do Equador a expulsar a construtora do país. Ver: LANDIVAR, Natália. Os padrões de comportamento das “transbrasileiras” no Equador: extra-territorializando a responsabilidade do Estado brasileiro. In: IRLS – INSTITUTO ROSA LUXEMBURGO. (org). Empresas transnacionais brasileiras na

América Latina: um debate necessário. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

exterior. No governo seguinte, de Lula da Silva, em 2005, implementou-se no mesmo banco uma linha de crédito para a internacionalização de empresas brasileiras. Na atualidade, este Banco vem protagonizando uma impactante dinâmica de centralização e concentração de capitais no Brasil²⁴⁵.

Podemos perceber que muitas das grandes empresas nacionais consolidaram sua expansão para outros países através do dinheiro público. Na revista *Época*, o papel do BNDES como um banco financiador dessa expansão é reafirmado, como podemos perceber através da reportagem acima citada.

Sobre a expansão capital-imperialista brasileira destacamos a seguintes matérias:

Por José Casado. 15/06/1998. Pg. 28. **Boa-nova submarina:** Petrobrás localiza bacia no Espírito Santo enquanto os estrangeiros não vêm. A reportagem mostra um panorama das reservas petrolíferas brasileiras; destaca os investimentos que serão necessários para extrair o petróleo descoberto. Tecnologia necessária a empresa brasileira domina.

Por Gilberto Scofield Jr. 22/06/1998. Pg 94. **Ringue armado:** Empreiteira ensaia briga com o governo para obter controle da Copene pelo menor preço. Petroquímica. Venda de ações. “A ODEBRECHT sempre foi conhecida por suas boas relações com o governo”. “O pomo da discórdia atende pelo nome de Conepar, uma holding do setor petroquímico que pertencia a Calmon de Sá e cuja aquisição garante à odebrecht o controle da Copene”.

Por Helô Reinert e Raquel Balarin. 06/07/1998. Pgs 30-31. **Olho no exterior:** Até 2002 o governo quer exportar US\$ 100 bilhões por ano. É uma meta ambiciosa. Política industrial. “Demorou, mas saiu, O governo decidiu adotar uma política de exportação e vai lançar, até o final deste mês, um programa especial de estímulo ao comércio exterior. ” “Para triplicar o crescimento, é necessário escolher setores competitivos e apostar neles”. “O governo diz que a balança comercial está desequilibrada por causa da importação de máquinas para modernizar fábricas, mas haverá vantagens futuras”.

Por Guilherme Barros. 22/02/1999. Pg 33. **Calmon de Sá voltou:** Ex-dono do falido Econômico lucra com desvalorização e atrapalha planos do BNDES. Petroquímica. Odebrecht. “Ex-banqueiro baiano Angelo Calmon de Spa está de volta à cena política e econômica brasileira” “As negociações estavam bem avançadas e próximas a um desfecho tendo o BNDES por padrinho. O banco federal monta uma operação para emprestar US\$ 300 milhões à Odebrecht a fim de ajudá-la no processo de reestruturação industrial”.

Sem autor. 22/03/1999. Pg 98. Almanaque. **Exportações:** O Brasil concentra forças para voltar a ocupar mercados no mundo com vendas de US\$ bilhões até 2003. “(...) a expectativa é de

que neste ano o Brasil acumule um saldo positivo de até US\$ 11 bilhões, segundo o que prevê o acordo com o FMI (...)

²⁴⁵ FONTES, Virgínia. O Brasil e o capital-imperialismo. Op. Cit., p. 346.

<p>Por Fabio Alves; Jorge Pontual. 17/05/1999. Pg 98-99. Doce sabor de Minas: Contrato de empresa mineira com a maior butique de café dos EUA abre as portas para a revalorização do produto nacional. “A Starbucks, a maior rede especializada dos EUA, passou a vender uma marca brasileira entre os chamados cafés gourmet ou specialty”. “A empresa americana geralmente menciona apenas a marca e a região do país de onde compra o produto”.</p>
<p>Por Guilherme Barros; Edmundo M. Oliveira. 05/07/1999. Pg 108-114. O super bebê das loiras: A Brahma e a Antartica deixam de lado um século de rivalidades e se preparam para brigar no exterior. AMBEV. Fusão das empresas. “Especialistas no setor lembram que, quando ocorrem fusões desse tipo, ocorrem reduções de custos em itens como marketing e distribuição de produtos”. “Será a primeira multinacional brasileira do setor de bebidas capaz de enfrentar gigantes como a americana AnheuserBusch, dona da marca Budwiser, a mais vendida do mundo”. “Internamente, a estratégia da Ambev é crescer rápida e fortemente no mercado de refrigerantes, isotônicos e água”. “As duas empresas vão ganhar mais musculatura reduzindo custos e fechando unidades mais antigas e de menor produtividade”.</p>
<p>Por Ana Maria Tahan. 26/07/1999. Pgs 22-25. Brincando de ser Deus: O governo está estimulando fusões entre empresas de diversos setores para criar megacorporações privadas nacionais. “A ideia é fazer com que o país tenha, em três anos, empresas grandes e internacionalmente competitivas nas áreas de petroquímica, papel e celulose, siderurgia, aviação e eletrodomésticos. A fusão das cervejarias e fábricas de refrigerantes Brahma e Antártica é o catalisador da discussão”. “No setor petroquímico estão os mais avançados planos de megafusões nas pranchetas do governo.</p>
<p>Por Raquel Balarin. 09/08/1999. Pgs 102-103. Indústria. Rumo à globalização: A Gerdau compra usina americana e reforça o pequeno grupo das múltis verde-e-amarelas. “A maior parte das multís brasileiras tem operações no Mercosul ou em países da América Latina”. “É difícil duvidar do sucesso da empreitada. Jorge Guerdau está se dando bem nos negócios ano após ano. A produção do grupo triplicou desde 1983 e o lucro só fez crescer nos últimos 3 anos”.</p>
<p>Por Carla Jimenez; Edmundo Oliveira. 22/11/1999. Pgs 130-131. Comércio exterior. Yes, nós temos tecnologia: A Embraer assume o primeiro lugar entre as empresas exportadoras do país e dá show lá fora. “O fato é inédito e histórico. Pela primeira vez uma empresa de tecnologia de ponta assume a dianteira entre os maiores exportadores brasileiros. A Embraer superou a Cia Vale do Rio Doce, tornando-se a empresa que mais fatura com a venda de produtos no exterior”.</p>
<p>Por Cátia Luz. 27/01/2003. Pg 37. Perfume exportação: O Boticário aposta em nova estratégia de expansão e inaugura quatro lojas no México. “Acostumado a ter a marca levada para outros países ao sabor da disposição de alguns franqueados, O Boticário, a maior rede de perfumaria nacional resolveu (...)”</p>
<p>Por Marcelo Aguiar. 09/06/2003. Pgs 38-39. O pesadelo latino: Canhedo quis levar a Vasp a conquistar a América do Sul. Acabou inimigo da Bolívia e do Equador.</p>
<p>Por David Friedlander. 23/06/2003. Pgs 46-47. Empreiteira de sete vidas: Depois de estradas, barragens e pontes, a Camargo Corrêa quer ganhar dinheiro com sandálias, tecidos e tênis.</p>

Por Marcelo Aguiar. 30/06/2003. Pgs 52-53. Produto tipo exportação: Empresas modernas e custos baixos levam grupos estrangeiros a produzir aqui para vender no exterior.
Por Cátia Luz. 07/06/2004. Pgs 49-50. Aterrissagem na Bolsa: Sucesso da Natura e anúncio de lançamento de ações da Gol elevam o número de empresas que planejam estrear nos pregões da Bovespa.
Por Isabel Clemente. 14/06/2004. Pgs 42-44. A Petrobrás globalizada: A empresa volta ao Oriente Médio, acha gás no Golfo do México e avança em 15 países, da Ásia à África. “A Petrobrás chegou ao Jardim do Éden das multinacionais de energia”.
Por David Friedlander; Thomas Traumann. 05/07/2004. Pgs 42-44. A Vale (do rio doce) na África: Depois de Japão e China, a Mineradora busca negócios em um novo continente. “Além de muito dinheiro, o projeto de expansão da Vale do rio doce envolve um intenso trabalho de aproximação comercial
Sem Autor. 13/09/2004. Pg. 13. Rei da América: Gerdau compra mais quatro siderúrgicas nos EUA e consolida sua posição entre os três maiores do país. “Depois da fusão com a canadense Co-Steel em 2002, que colocou o empresário no comando de um dos três maiores grupos de aço dos Estados Unidos, a Gerdau anunciou na semana passada a compra de mais quatro siderúrgicas e de outras quatro unidades de beneficiamento no país. ”.
Por Isabel Clemente; Isabel Gnaccarini. 06/12/2004. Negócios na Selva: Empresas aproveitam a febre dos produtos naturais no exterior e lançam empreendimentos na floresta. “É um negócio e tanto. Para manter o fornecedor próximo à fábrica de concentrados da Zona Franca de Manaus, a Coca-Cola paga preços acima dos de mercado. Sem investidor do próprio bolso, Pachikoski e um sócio viraram empreendedores-executivos. Tiraram a fazenda de um atoleiro de R\$ 20 milhões em dívidas, assumiram a gestão no lugar dos donos (os irmãos Magid), (...).”
Por Adriana Monteiro Fonseca. 01/05/2006. Pgs 62-65. O cliente está lá fora: As estratégias originais que levaram pequenas e médias empresas brasileiras a vender US\$ 15 bilhões no mercado internacional. “Uma das áreas que a economia brasileira tem sido constantemente bem é a exportação. Da soja ao aço, da cerveja ao minério, dos frangos aos aviões, O Brasil vem batendo recordes de vendas desde 2000”.

Muitas das empresas apresentadas nas tabelas 01 e 02 deste capítulo aparecem tendo destaque nas páginas de *Época*. Antes de mencionarmos alguma delas, é importante destacar dois pontos: um deles diz respeito a atuação do Estado no processo de internacionalização das empresas brasileiras e o outro sobre empresas internacionais que produzem no Brasil para exportar depois.

Em 26/07/1999 *Época* publicou uma reportagem intitulada **Brincando de ser Deus**, onde mostrou como o governo brasileiro apoiava a fusão entre empresas nacionais com o intuito de criar megacorporações privadas. Aqui, mais uma vez o Estado se mostra a favor dos interesses da burguesia nacional em defesa de um capitalismo internacionalizado.

Já a reportagem de 30/06/2003, **Produção tipo exportação**, destaca que

“empresas modernas e custos baixos levam grupos estrangeiros a produzir aqui para vender no exterior”²⁴⁶. Essa estratégia é bem típica do capitalismo dos anos 1970, onde a produção industrial passou a ser fragmentada e alocada em várias partes do mundo, com o intuito de minimizar os gastos. As empresas se aproveitavam do fato de que segmentos do processo de produção utilizava mão de obra intensiva e não qualificada, assim deslocando boa parte de sua produção para países periféricos.

Uma empresa nacional que teve destaque foi a Petrobras, que se encontra em posição grandiosa entre as entidades nacionais, sendo uma das empresas mais transnacionalizadas do Brasil. Apresentada, em certos momentos, como orgulho nacional. A empresa que surgiu em 1953, foi resultado do processo de nacionalização das riquezas geradas no subsolo brasileiro²⁴⁷.

A matéria intitulada “De tanque cheio”, da revista *Época*, apresentada no quadro 11, mostra a trajetória da Petrobras ao longo da história. Para a revista a “arrancada de um sonho” começou com “uma campanha de estudantes patriotas e idealistas que o petróleo começou a ser nosso”²⁴⁸. Nas sete páginas de matéria, a revista traça uma linha do tempo em que destaca as principais conquistas e acontecimentos ao longo de seis décadas (de 1940 a 1990).

O sonho que se iniciou em 1953 teria feito com que anos depois a Petrobras chegasse “ao jardim do Éden das multinacionais de energia”. *Época*, contextualiza de maneira sucinta o processo de internacionalização da Petrobras, relata que “a proposta de crescer para além das fronteiras surgiu em 1999, ano que marcou a abertura do setor às rivais estrangeiras no Brasil”.

João Velentim destaca:

²⁴⁶ Produto tipo exportação. *Época*, 30/06/2003.

²⁴⁷ Já em 1938 começa um processo de nacionalização das riquezas do subsolo brasileiro, cria-se nesse período o Conselho Nacional do Petróleo (CNP). Ver: PAGOTTO, Ronaldo. Brasil e o petróleo: neocolonialismo e uma festa para poucos. In: IRLS – INSTITUTO ROSA LUXEMBURGO. (org). Empresas transnacionais brasileiras na América Latina: um debate necessário. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

²⁴⁸ De tanque cheio. *Época*. 17/03/2003, p. 48-54.

Mais de 60% do capital da Petrobrás é privado e praticamente 50% das ações estão em mãos estrangeiras. Isto significa que da distribuição de dividendos (parcela do lucro que é distribuída aos acionistas), a maior parte ficará em mãos privadas e quase a metade será remetida ao exterior, sobretudo aos países imperialistas. Da parcela do lucro que é distribuída à União, parte considerável destina-se ao pagamento dos serviços das dívidas interna e externa. Seu caixa é ainda utilizado pelo governo para compor a formação do superávit primário do setor público, uma exigência do FMI e dos credores internacionais do Brasil. Além disso, é

crescente a emissão de títulos de dívida da Petrobrás e de subsidiárias no mercado de capitais dos EUA²⁴⁹.

Em 1990, frações dominantes da burguesia brasileira, juntamente com o capital internacional, tiveram grande representatividade através das políticas neoliberais, que levaram a uma onda de privatizações no Brasil. No caso específico de privatização da Petrobras, Pagotto destaca que:

Houve uma articulação de pouco mais de 20 sócios, que investiram cerca de R\$ 140 milhões sendo destes R\$ 60 milhões provenientes do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), formando a chamada Sociedade de Propósito Especial para captar no mercado internacional R\$ 1,3 bilhão (justamente o valor do investimento de R\$ 1 bilhão previsto no orçamento do Estado que o governo cortou em 1999). Essa jogada resultou num aporte de R\$ 1,5 bilhão para um negócio com a previsão de faturamento de R\$ 5 bilhões em médio prazo. Como se pode notar, o que aconteceu foi uma entrega do patrimônio do povo ao mercado internacional²⁵⁰.

No campo da mineração a Companhia Vale do Rio Doce é uma das líderes do mercado mundial. Sua história começa a ser formada em 1909, onde criou-se a Brazilian Hematite Syndicate, empresa britânica, que tinha como intuito explorar o minério de ferro de Minas Gerais. Em 1911 a empresa muda de nome para Itabira Iron Ore Company, e em 1914 foi dividida em duas empresas nacionais: a Companhia Brasileira de Mineração e Siderurgia, e a Companhia Itabira de Mineração. Em 1942 com o tratado de Washington, entre Brasil, Estados Unidos e Inglaterra, motivado pelos conflitos da Segunda Guerra Mundial, o Brasil passa a oferecer minérios para ambos os países.

²⁴⁹ VELENTIM, João. Quem controla a Petrobrás? Disponível em: http://www.litci.org/pt/index.php?option=com_content&view=article&id=14:artigo14&catid=8:brasil. Acessado: 12/04/2011.

²⁵⁰ PAGOTTO, Ronaldo. Brasil e o petróleo: neocolonialismo e uma festa para poucos. Op. Cit., p. 82.

Num destes acordos, o governo britânico adquiriria e transferia para o governo brasileiro as minas de ferro da empresa British Itabira Company em Itabira (MG), o governo dos Estados Unidos proveria empréstimos e o governo brasileiro constituiria uma empresa para explorar e exportar minério de ferro para aqueles países. Dessa forma, foi criada a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) uma sociedade anônima de economia mista que, em 1952, passou totalmente para o controle estatal²⁵¹.

Nos anos de 1990 com a privatização da empresa, a maior parte das ações da CVRD passou para as mãos da Valepar²⁵² (53%). Além da Valepar, também tem participação o BNDESPar387 com 6,8%, além de investidores diversos, dentre eles encontra-se investidores não brasileiros, com 27%, e investidores brasileiros com 12,9%. Um ponto interessante a ser destacado é sobre o processo de privatização das estatais, em especial da CVRD. A revista pouco menciona sobre as irregularidades e escândalos no processo de privatização²⁵³.

Outro grupo de destaque é da siderurgia, o Grupo Gerdau.

Márcia Tavares indica que o fato de o Brasil ter aberto cedo o campo da siderurgia para as transnacionais estrangeiras pode ter influenciado negativamente no processo de internacionalização das siderúrgicas brasileiras²⁵⁴, com exceção do Grupo Gerdau, que é tido como o mais transnacional grupo brasileiro. Tavares pontua:

a expansão produtiva da Gerdau é a mais significativa entre as siderúrgicas brasileiras. Em geral seguiu um padrão pela qual a empresa

²⁵¹ BOSSI, Dário; GAZZINELLI, Gustavo; KATO, Karina; MILANEZ, Bruno. A face agressiva da Vale. In: IRLS – INSTITUTO ROSA LUXEMBURGO. (org). Empresas transnacionais brasileiras na América Latina: um debate necessário. São Paulo: Expressão Popular, 2009, p. 161.

²⁵² A Valepar é uma sociedade financeira “controlada pela Litel (grupo formado pelos fundos de pensão do Banco do Brasil, Petrobras, Caixa Economica Federal e Setor Elétrico Paulista), Bradespar, Mitsui e BNDESPar”. Id.

²⁵³ Ver: AMAURY, Ribeiro Jr.. A privatária tucana. São Paulo: Geração Editorial, 2011.

²⁵⁴ Em 1921 a Arbed (em 2002, a Arbed se uniu à francesa Usinor e à espanhola Acerália para criar a ARCELOR) adquiriu participação na Belgo-Mineira. Mannesmann (conglomerado alemão) a partir de 1952 inicia a produção de aço no Brasil. Nippon Steel, Kawasaki e Finsider realizaram parceria com o Estado na Usiminas a partir de 1956 e na CST em 1976. Ver: TAVARES, Márcia. *Investimento Brasileiro no Exterior*. Op. Cit., p. 23.

entrava nos mercados por meio de exportações e lentamente as substituía, pelo menos parcialmente, por meio da produção local. Foi um processo gradual que iniciou com apenas operações conservadoras, como a aquisição as LAISA no Uruguaý em 1980, cresceu em complexidade e abrangência ao longo do tempo. Entre 1989 e 1998 a empresa realizou diversas aquisições no Cone Sul – Argentina, Chile y Uruguaý – e no Canadá. Em 1997 fez uma importante aquisição na Argentina. Em 1999, voltou-se ao mercado dos Estados Unidos, comprando 75% da AmeriSteel e, por meio dessa, da Birmingham Southeast. Em 2002 fundiu suas operações na América do Norte e subsequente aumentou sua participação na empresa resultante e comprou participação na North Star Steel. Também ampliou sua participação na América Latina por meio de investimentos na Colômbia e no Chile. Em janeiro de 2006, voltou-se para Europa, onde comprou a espanhola Sidenor, por meio da qual também adquiriu 58% da Aços Villares, no Brasil²⁵⁵.

Através da citação podemos observar o quão internacionalizado o Grupo Gerdau se transformou. A revista *Época* chega a falar sobre o “Rei da América”, referindo-se a Jorge Gerdau, e a compra de siderúrgicas nos Estados Unidos, adquirindo indústrias nos Estados Unidos e em outros países do continente americano²⁵⁶.

Ao longo do tempo a Gerdau foi consolidando sua missão, sendo:

Uma empresa com foco em siderurgia que busca satisfazer as necessidades dos clientes e criar valor para os acionistas, comprometida com a realização das pessoas e com o desenvolvimento sustentado da sociedade²⁵⁷.

Podemos observar a preocupação do Grupo Gerdau a favor dos interesses financeiros do mercado, que é hoje uma das grandes bandeiras levantadas pelo capitalimperialismo, onde a empresa destaca a prioridade que é dada para seus acionistas, representada pela busca de criação de valor.

A visão da empresa tem por base o processo de transnacionalização, pois só assim é possível que a empresa seja uma “empresa global” no campo da siderurgia, buscando estar sempre entre as mais rentáveis do setor²⁵⁸.

²⁵⁵ TAVARES, Márcia. Investimento Brasileiro no Exterior. Op. Cit., p. 24.

²⁵⁶ Rei da América. *Época*. 13/09/2004, p. 13.

²⁵⁷ Disponível em: <http://www.gerdau.com.br/sobre-gerdau/missao-visao-valores.aspx>. Acessado: 28/03/2011.

²⁵⁸ Id.

4.3 CONSIDERAÇÕES

Por muito tempo, pensar o imperialismo no Brasil, principalmente no senso comum, era algo que vinha acompanhado de uma visão errônea, pois era considerado imperialismo tudo que vinha de “fora para dentro”, principalmente se tratando de capitais estadunidenses.

Podemos constatar como a revista *Época* enquanto aparelho privado de hegemonia foi fundamental para a construção do consenso em torno da exportação de capitais brasileiro. Empresas como Petrobrás, CVRD e Grupo Gerdau, tido como exemplos de sucesso do capitalismo nacional, encontraram espaço para a produção de consenso em torno de suas práticas. Em contrapartida, movimentos sociais como o MST são alvos de críticas e mentiras.

CONCLUSÃO

Após a Segunda Guerra Mundial, o mundo passou por uma série de transformações que vão aos poucos alterando as formas do imperialismo, e durante o período da Guerra Fria podemos observar que uma nova ordem imperial se consolida, tendo como líder mundial os Estados Unidos.

Dentro desse quadro histórico de conflitos, vemos que a construção de um novo modelo para o sistema capitalista estava sendo forjado. É dentro deste contexto que o neoliberalismo surge como doutrina dominante nos anos 1980 e consolida-se de vez nos anos 1990 e 2000, tornando-se forma dominante de organização política e econômica em vários países do mundo.

A nova ordem econômica mundial baseada na hegemonia norte-americana ganha impulso com os Acordos de Bretton Woods em 1944. Desses acordos surgem instituições financeiras como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI), sendo

importantes para a formulação de orientações para vários países do mundo, incluindo os países latino-americanos.

Nesse sentido, além do Estado ser fundamental para a consolidação de um projeto neoliberal, que através dos mecanismos legais, vão aos poucos realizando reformas nos campos políticos e econômicos, a imprensa foi de suma importância para a consolidação do neoliberalismo, em busca de consenso.

O neoliberalismo solidifica uma nova forma de imperialismo, denominado por Virgínia Fontes de capital-imperialismo, onde buscou envolver toda configuração de existência humana, seja ela política, econômica ou social. Desta maneira, “não se trata apenas da expressão de uma “vontade”, mas de uma “necessidade” imperiosa do capitalimperialismo que, aliás, formula suas justificativas exatamente pela falta ou ausência de alternativas”²⁵⁹.

Nesse sentido nos propomos no início da pesquisa analisar como a revista *Época*, através de sua atuação partidária, se coloca em defesa desse capital-imperialismo durante o período de 1998 a 2006.

Para que nosso objetivo fosse atingido, foi necessário apresentar um pouco sobre a história do Grupo Globo e a criação de *Época*. Em seguida, uma análise de como a

revista se posicionava durante os mandatos de FHC e Lula, para então verificar seu posicionamento sobre a exportação e importação de capitais.

²⁵⁹ FONTES, Virgínia. O Brasil e o capital-imperialismo. Op., Cit., p. 152.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Perseu. **Padrões de manipulação da grande imprensa**. 1ª ed. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2003.

ARÊAS, João Braga. Os Marinho: o monopólio brasileiro no setor de comunicação. In: MOTTA, Rafael Vaz da; PEDREIRA, Pedro Henrique (org.). **Os donos do capital**: a trajetória das principais famílias empresariais do capitalismo brasileiro. Rio de Janeiro: Editora Autografia, 1ª. edição, janeiro de 2017.

BATISTA, P. N. O consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas LatinoAmericanos. In: BATISTA JR., P. N. **Paulo Nogueira Batista: pensando o Brasil: ensaios e palestras**. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2009.

BIAL, Pedro. **Roberto Marinho**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

BIANCHI, Alvaro. **Um ministério dos industriais: a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo na crise das décadas de 1980 e 1990**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2010

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001

BOITO JR, Armando. A burguesia no governo Lula. In: ARCEO, Enrique; BASUALDO, Eduardo M.. *Neoliberalismo y sectores dominantes: tendencias globales y experiencias nacionales*. 1ª. ed. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciências Sociales – CLACSO, 2006.

BOSSI, Dário; GAZZINELLI, Gustavo; KATO, Karina; MILANEZ, Bruno. A face agressiva da Vale. In: IRLS – INSTITUTO ROSA LUXEMBURGO. (org.). **Empresas transnacionais brasileiras na América Latina: um debate necessário**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

BRESCIANI, Luis Paulo. Os desejos e o limite: reestruturação industrial e ação sindical no complexo automotivo brasileiro. In: LEITE, Marcia de Paula. (org.). **O trabalho em movimento: reestruturação e sindicatos no Brasil**. Campinas, SP: Papyrus, 1997.

BUCI-GLUCKMANN, Christinne. **Gramsci e o Estado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

BUNDE, Altacir; VARGAS, Priscila Gonçalves. Indústria automobilística brasileira: uma análise das principais transformações tecnológicas no sistema produtivo e seu impacto sobre o emprego. Revista Pegada – vol. 22. n.2. Maio-Agosto/2021.

CALIL, Gilberto; SILVA, Carla Luciana. Impasses do ensino público no Brasil “globalizado”. In: FERNANDES, É. P. et. all (org.) **CONTRAPONOTOS** – Ensaios de História Imediata. Porto Alegre: Folha da História/Livraria Palmarinca Editora, 1999, p. 146.

CALIL, Gilberto. Aparelhos privados e hegemonia: a sociedade civil como instância da luta de classes. **Qué Universidad necesitan los pueblos**. Rosário: Grupo de Trabajo Hacer La Historia, 2009.

CARVALHO, Ruy de Quadros; QUEIROZ, Sérgio. **Empresas multinacionais e inovação tecnológica no Brasil**. São Paulo em Perspectiva, v. 19, n. 2, p.51-59, abr./jun. 2005.

CHESNEAUX, Jean. **Devemos fazer tabula rasa do passado?** Sobre a história e os historiadores. São Paulo: Ática, 1995, p. 24.

DIAS, Edmundo Fernandes. **Hegemonia:** racionalidade que se faz história. In: DIAS, Edmundo Fernandes (org). O outro Gramsci. 3ª. ed. São Paulo, 1996.

DIAS, Edmundo Fernandes. **Política brasileira:** embates de projetos hegemônicos. São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2006.

DINIZ, Eli. As elites empresariais e a Nova República: corporativismo, democracia e reformas liberais no Brasil dos anos 90. Ensaios FEE: Porto Alegre, ano 17, nº 2, 1996.

DREIFUSS, René Armand. **1964:** a conquista do Estado. 3ª. Edição. Petrópolis: Vozes, 1981.

FILGUEIRAS, Luiz. O neoliberalismo no Brasil: estrutura, dinâmica e ajuste do modelo econômico. In: ARCEO, Enrique; BASUALDO, Eduardo M.. *Neoliberalismo y sectores dominantes: tendencias globales y experiencias nacionales*. 1ª. ed. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciências Sociales – CLACSO, 2006.

GONÇALVES, Reinaldo. Desestabilização macroeconômica e dominação do capital financeiro no Brasil. In: ARCEO, Enrique; BASUALDO, Eduardo M.. **Neoliberalismo y sectores dominantes: tendencias globales y experiencias nacionales**. 1ª. ed. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciências Sociales – CLACSO, 2006, p. 207

GOULART, Jefferson O.; SAMMUM JR., Brasílio. **O Estado brasileiro contemporâneo: liberalização econômica, política e sociedade nos governos FHC e Lula**. Rev. Sociol. Polit., v. 24, n. 60, p. 115-135, dez. 2016.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do cárcere, volume 2**. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do cárcere, volume 3**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

GUIOT, André Pereira. **Um “moderno príncipe” da burguesia brasileira: o PSDB (1988-2002)**. Dissertação Mestrado – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2006.

HERZ, Daniel. **A história secreta da REDE GLOBO**. 14ª ed. Porto Alegre, Ortiz, 1991

KLEIN, Naomi. **Cercas e janelas: na linha de frente do debate sobre a globalização**. Rio de Janeiro: Record, 2003.

LE MONDE DIPLOMATIQUE. **Pensamiento Crítico vs Pensamiento Único**. Madrid: Debate, 1998.

LIGUORI, Guido. **Roteiros para Gramsci**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007.

MATTOS, Sérgio. **História da televisão brasileira**: uma visão econômica, social e política. 2ª. ed. Petrópolis, Editora Vozes, 2002.

MENDONÇA, Sônia Regina. Estado e Sociedade. In: MATTOS, Marcelo Badaró (org). **História**: pensar e fazer. Rio de Janeiro: Laboratório Dimensões da História, 1998.

MENDONÇA, Sonia Regina de. A nova hegemonia do patronato agrário brasileiro: da organização das cooperativas brasileiras à associação brasileira de agribusiness. In: Antítese – Marxismo e Cultura Socialista. n° 02, Maio de 2006, .

MORETZSOHN, Sylvia. **Jornalismo em tempo real**: o fetiche da velocidade. Rio de Janeiro: Revan, 2002.

MESQUITA, Flávio Agnelli. **As fontes jornalísticas no Caso Dossiê**: uma análise de enquadramento da cobertura das revistas *Veja*, *Época*, *IstoÉ* e *Carta Capital*. Dissertação de Mestrado em Arquitetura, Artes e Comunicação. Bauru, Universidade Estadual Paulista, 2008.

OLIVEIRA, Francisco de. (1972) Crítica à razão dualista. In: Crítica à Razão dualista/ O ornitorrinco. São Paulo: Boitempo, 2003.

OSÓRIO, Jaime. **O Estado no centro da mundialização**: a sociedade civil e o tema do poder. 1ª. ed. São Paulo: Outras expressões, 2014.

PAGOTTO, Ronaldo. Brasil e o petróleo: neocolonialismo e uma festa para poucos. In: IRLS – INSTITUTO ROSA LUXEMBURGO. (org). **Empresas transnacionais brasileiras na América Latina**: um debate necessário. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

PAULANI, Leda Maria. **O projeto neoliberal para a sociedade brasileira:** sua dinâmica e seus impasses. In: LIMA, J.C.F.; NEVES, L.M.W. (org). Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2006, p. 67-107.

PAULANI, Leda. **Brasil Delivery:** servidão financeira e estado de emergência econômico. São Paulo: Boitempo, 2008.

PEREIRA, Ivan Elizeu Bomfim. **O interesse nacional nas revistas Carta Capital, Época, IstoÉ e Veja:** Eles y *nosotros*. Dissertação de Mestrado em Comunicação e Informação. Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011

PSDB. **Um novo Estado para uma nova sociedade.** Disponível em: <
<https://www.psd.org.br/z-outros/eleicoes-biblioteca/plano-de-governo-fhc%E2%80%9399-02/>> Acessado: 13/10/2020 às 18:45 minutos.

RODRIGUES, Gabriela. História: uma ciência do presente. In: FERNANDES, É. P. et. all (org.) **CONTRAPONOTOS** – Ensaio de História Imediata. Porto Alegre: Folha da História/Livraria Palmarinca Editora, 1999.

SANTOS, Inalda Maria dos. **A Reforma do Estado e a política de descentralização da educação no contexto na década de 1990.** Dialogia, São Paulo, n. 29, p. 125-138, mai./ago. 2018.

SILVA, Carla Luciana Souza da. **Veja:** o indispensável partido neoliberal (1989 a 2002). Tese de doutoramento em História. Niterói, UFF, 2005.

SILVA, Carla Luciana. **Veja:** mais um partido neoliberal. In: História & Lutas de Classe. Dossiê: Linguagem, comunicação e cultura. Ano 1 – ed. n° 2, fevereiro 2006.

SILVA, Carla Luciana. Um visão segmentada para uma dominação total: editoras, projeto educativo e construção de hegemonia. **Qué Universidad necesitan los pueblos.** Rosário: Grupo de Trabajo Hacer La Historia, 2009

SILVA, Carlos Eduardo Lins da. **Muito além do Jardim Botânico**. São Paulo: Sammus Editorial, 1985.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999, p. 395.

TAVARES, Márcia. **Investimento Brasileiro no Exterior**: panorama e considerações sobre políticas públicas. Santiago: CEPAL/ONU, 2006